



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 2.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 48.^a Legislatura**

**Presidência do Senhor
Senador Humberto Lucena**

**SECRETARIA GERAL DA MESA
BRASÍLIA — 1988**

ÍNDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	7
II — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	11
III — O SENADO FEDERAL NA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 48. ^a LEGISLATURA	17
A — Composição inicial	19
B — Alterações no Quadro Partidário	21
C — Alterações na Representação dos Estados	25
D — Falecimentos	27
E — Afastamento do País	29
a) em missões do Senado	29
b) em missões do Executivo	29
c) em caráter particular	30
F — Licença para tratar de interesses particulares	33
G — Direção	35
H — Lideranças	37
I — O Senado Federal em funcionamento	39
I.1 — Sessões realizadas	39
I.1.1 — Comparecimento de Ministros de Estado	41
I.2 — Representação Externa	43
I.2.1 — Missões do Senado	43
I.2.2 — Missões do Executivo	44
I.3 — Comissões	45
I.3.1 — Comissões Permanentes	46
a) composição	46
b) direção	48
I.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito	49
a) apura problemas relacionados com racionamento de energia elétrica em vários estados brasileiros	49
b) apura política de concessões de emissoras de rádio e televisão em todo País e irregularidades ocorridas no Ministério das Comunicações	50
c) apura irregularidades e responsáveis pela importação de alimentos por órgãos governamentais, que provocaram Comissão de Sindicância através do Gabinete Civil da Presidência da República	51
d) investiga fatos relacionados a denúncias sobre intermediação de pessoas físicas e jurídicas na captação de	

	Pág.
recursos destinados a Estados e Municípios e a entidades governamentais.....	52
e) investiga fatos ligados ao acidente com a cápsula de céσιο 137, em Goiânia	52
f) investiga denúncias de irregularidades, inclusive corrupção, na Administração Pública	53
g) investiga indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos por empresas multinacionais e possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos ...	55
I.3.3 — Comissões Especiais Internas	57
a) realiza estudos sobre a questão da dívida externa brasileira e avalia as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes nos planos externo e interno	57
b) levanta o grau de estatização da economia brasileira e participação das empresas estatais no endividamento externo e interno do País	57
c) apuração de denúncia formulada contra o Procurador-Geral da República	58
I.3.4 — Comissão Especial Mista	59
a) destinada a programar a comemoração dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País	59
I.3.5 — Comissões Especiais para exame de projetos de códigos	60
a) constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 118/84, que institui o Código Civil	60
b) constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 175/84, que institui o Código de Processo Penal	60
c) constituída para exame do Projeto de Lei do Senado nº 277/86, que institui o Código Tributário Nacional	60
I.4 — Participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa.....	61
I.4.1 — Proposições apresentadas	61
I.4.2 — Pronunciamentos	65
I.5 — Matéria Legislativa	69
I.5.1 — Projetos de Lei do Senado	69
a) de sessões legislativas anteriores	69
b) da presente sessão legislativa	86
c) emendados pela Câmara dos Deputados	94
d) súmula	95
I.5.2 — Projetos de Lei do Distrito Federal	96
a) súmula	98
I.5.3 — Projetos de Lei da Câmara	99
a) de sessões legislativas anteriores	99
b) da presente sessão legislativa	133
c) súmula	140
I.5.4 — Projetos de Decreto Legislativo	141
a) de sessões legislativas anteriores	141
b) da presente sessão legislativa	146
c) súmula	149
I.5.5 — Projetos de Resolução	150

	Pág.
a) de sessões legislativas anteriores	150
b) da presente sessão legislativa	153
c) súmula	164
I.5.6 — Requerimentos	165
a) de sessões legislativas anteriores	165
b) da presente sessão legislativa	166
c) súmula	174
I.5.7 — Propostas de Fiscalização e Controle	175
I.5.8 — Escolha de autoridades	176
a) Mensagens recebidas em sessões legislativas anteriores	176
b) Mensagens recebidas nesta sessão legislativa	177
J — O Senado Federal em sua relação com outros Órgãos	179
J.1 — Elementos de ligação	179
J.2 — Jornalistas credenciados	180
 IV — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO	 183
A — Sessões realizadas	185
B — Comissões Mistas	187
B.1 — Para estudo de matéria legislativa	187
B.2 — Parlamentares de Inquérito	188
a) CPMI da Seca no Nordeste	188
b) CPMI do CIMI	189
c) CPMI da Política Nacional de Energia Nuclear	189
d) CPMI dos Direitos da Pessoa Humana	189
e) CPMI do “Grupo dos Treze”	190
f) CPMI da Crise no Esporte	190
g) CPMI do Inamps	190
C — Matéria Legislativa	191
C.1 — Propostas de Emenda à Constituição	191
C.2 — Projeto de lei	192
C.3 — Decretos-leis	193
a) com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	193
b) com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	198
c) convertidos em medidas provisórias	203
d) súmula	204
C.4 — Medidas Provisórias	205
a) decorrentes de decretos-leis editados entre 3-9 e 5-10-88	205
b) editadas após a promulgação da Constituição	205
c) súmula	207
C.5 — Propostas de Delegação Legislativa	208
C.6 — Projetos de Decreto Legislativo	209
C.7 — Projetos de Resolução	210
a) de sessões legislativas anteriores	210

	Pág.
b) da presente sessão legislativa	210
c) súmula	210
C.8 — Vetos Presidenciais	212
a) da sessão legislativa anterior	212
b) da presente sessão legislativa	212
c) súmula	214
C.9 — Requerimentos	215
a) de sessões legislativas anteriores	215
b) da presente sessão legislativa	215
c) súmula	217
D — Participação dos Senhores Parlamentares nos trabalhos do Congresso Nacional	219
V — ERRATAS DO RELATÓRIO DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1987	237

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Até cinco de outubro, quando da promulgação da Constituição e conseqüente dissolução da Assembléia Nacional Constituinte, o Senado Federal funcionou em regime de sessões extraordinárias, realizadas em períodos não coincidentes com os trabalhos de elaboração da Carta Magna.

Uma vez promulgada a Constituição, seguiu-se o que se resolveu denominar “recesso branco” do Congresso Nacional, decorrente da necessidade de os Senhores Parlamentares, legítimos representantes do Poder Político da Nação, participarem, ativamente, nos Estados de origem, do pleito municipal, realizado a 15 de novembro, para eleição de Prefeitos e Vereadores.

O Senado, entretanto, apesar dessas ocorrências, que reduziram em muito sua atividade legiferante, não deixou de cumprir qualquer das atribuições constitucionalmente a ele deferidas.

Assim é que, no cumprimento de suas atribuições privativas, o Senado aprovou 174 projetos de resolução que versaram interesses de ordem financeira de Estados e Municípios, assuntos da administração interna, do Regimento Interno e, ainda, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o projeto que regulou o funcionamento da Casa, com atribuições de Câmara Legislativa do Distrito Federal e o que fixou a remuneração do Governador e dos Secretários do Distrito Federal.

Apreciou o Senado Federal, ainda em decorrência de suas atribuições privativas, mensagens presidenciais referentes a nomeações de Chefes de Missões Diplomáticas; Ministros de Tribunais Superiores; Governador do Distrito Federal e Conselheiro de seu Tri-

bunal de Contas; Ministros do Tribunal de Contas da União; Governadores dos Estados de Roraima e Amapá e Diretor do Banco Central do Brasil.

Em seu funcionamento, como Casa revisora, o Senado Federal teve oportunidade de deliberar sobre 77 projetos de lei e 15 projetos de decreto legislativo com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.

Tiveram iniciadas a tramitação no Senado 106 projetos de lei de iniciativa de Senadores e 17 de interesse do Distrito Federal, sendo 11 de iniciativa do Governador, nos termos do disposto na Resolução nº 157, de 1º de novembro, que estabeleceu normas para que o Senado Federal pudesse exercer as atribuições de Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Com referência às bancadas partidárias, registre-se a formação do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, integrado por dissidentes do PMDB e, ainda, pelo nobre Senador Afonso Arinos, do PFL.

Foram realizadas 12 sessões ordinárias e 67 extraordinárias, sendo que, até à data das eleições municipais, por força de Resolução adotada pelo Plenário, as sessões ordinárias somente foram realizadas às segundas-feiras.

Justo assinalar neste Relatório, como mais uma homenagem, somada àquelas prestadas pelas duas Casas do Congresso Nacional, as sensíveis perdas sofridas pelo Senado Federal no decorrer da Sessão Legislativa: o desaparecimento de dois grandes vultos de homens públicos, o saudoso Senador Antonio Farias, da representação do Estado de Pernambuco, e o inesquecível Senador Virgílio Távora que, por longos anos, representou o Estado do Ceará no Congresso Nacional.

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

À vista do disposto no item I do § 3º do art. 29 da Constituição, o Congresso Nacional, em sessão solene, realizada às onze horas do dia 1º de março de 1988, instalou a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura, sob a presidência do Senhor Senador Humberto Lucena.

Presentes à Mesa, além de seus membros, o Senhor Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados e, ainda, o Senhor Ministro Luis Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a execução do Hino Nacional, deu entrada em Plenário o Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Dr. Ronaldo Costa Couto, procedendo à entrega da mensagem presidencial.

Lida a mensagem pelo Senhor Primeiro Secretário, o Senhor Presidente, Senador Humberto Lucena, proferiu a seguinte oração:

Sr. Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, Sr. Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Núncio Apostólico e demais membros do Corpo Diplomático, Srs. Presidentes dos demais Tribunais Superiores da Justiça, Srs. Membros da Mesa Diretora do Senado Federal, Srs. Ministros de Estado, Sr. Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, Srs. Líderes, minhas Senhoras e meus Senhores, há precisamente um ano, ao instalarmos a Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quadragésima Oitava Legislatura, saudamos a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, pelo Presidente José Sarney, como resgate do principal compromisso político da Nova República, enfatizando a necessidade imperiosa de compatibilizarmos a sua absoluta prioridade com o funcionamento do Congresso Nacional que foi devidamente preservado.

Adaptados os Regimentos Comuns, do Senado e da Câmara, com esse superior objetivo, o Legislativo ordinário cumpriu, embora restritamente, o seu papel constitucional,

sem prejuízo, porém, do andamento das proposições mais relevantes para a vida do País.

E para completar os nossos trabalhos em 1987, conseguimos fazer a primeira convocação extraordinária do Congresso Nacional, nos últimos vinte e três anos, graças a compreensão e ao apoio de todas as lideranças partidárias e numa prova evidente do quanto avançamos no processo de democratização.

Mas o grande fórum do debate nacional, no ano que passou, foi, sem dúvida, a Assembléia Nacional Constituinte, sob a presidência desse grande timoneiro da democracia: o Deputado Ulysses Guimarães, a quem prestamos, neste instante solene, por um dever de justiça, a homenagem do Congresso Nacional. À sua inteligência, ao seu talento, à sua cultura, mas sobretudo ao seu espírito público e à sua obstinação e coragem devemos o ordenamento e a eficiência da Assembléia Nacional Constituinte.

Vamos corresponder ao seu apelo permanente de presença em Brasília, para que possamos promulgar logo a nova Constituição que há de conciliar o Estado com a Nação, em torno de um regime político, de uma forma de Governo e de um sistema econômico modernos e ágeis que sirvam de instrumentos à realização dos anseios populares, notadamente daquelas camadas mais pobres, humildes e sofridas que são a imensa maioria da sociedade brasileira.

A esta altura, podemos afirmar, pelas decisões conhecidas, que a nova Constituição terá o perfil do povo brasileiro.

Nas suas linhas gerais, os direitos individuais e sociais já consagrados representam a tendência liberal da nossa gente e a permanente busca de padrões mais dignos e justos de convivência social.

A propósito, o grande passo foi a instituição do **mandado de segurança coletivo**, para proteger direito líquido e certo, individual ou social, por iniciativa de partido político, sindicato e outras entidades de classe. O que significa que o direito constitucional moderno encontrou, afinal, um meio de tornar efi-

cazes as normas pertinentes aos direitos e garantias, sem o que a democracia poderia se transformar, mais uma vez, numa grande e fugaz ilusão.

Cumpre-nos alertar agora, pela observação dos fatos que se sucedem diariamente, para a definição urgente das duas questões políticas mais polêmicas: o sistema de governo e o mandato do atual Presidente da República.

Urge uma decisão sobre esses temas, a fim de que a Assembléia Nacional Constituinte desfrute de um clima emocional mais tranqüilo, indispensável às discussões da ordem econômico-financeira e da ordem social e o Brasil tenha mais estabilidade política.

É o certo é que todos nós, Constituintes, nos conscientizemos de que o nosso voto não deve sofrer as influências deletérias de ordem conjuntural, sob pena de comprometermos o próprio êxito da Carta Magna que queremos durável e progressista, embora flexível — pelo menos por algum tempo —, já que não conseguimos escrevê-la tão sintética como seria o ideal.

É fundamental também que todos nós, políticos, demos uma contribuição ao desarmamento dos espíritos. Não permitamos que a paixão nos perturbe, nesta hora em que estamos voltados para a grande tarefa da construção institucional do nosso futuro.

Os sinais de confronto entre o Governo e a Constituinte são evidentes e preocupantes. Vamos dissipá-los.

Cabe ao Congresso Nacional acompanhar o desempenho do Governo e fiscalizar as suas ações político-administrativas.

A Constituinte, sobretudo nesta fase decisiva e final, deveria dedicar-se, exclusivamente, à apreciação de matéria constitucional.

Por isso propusemos que os debates sobre a conjuntura política, econômica e social sejam transferidos, por inteiro, para o plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

Por sua vez, salvo o direito dos seus componentes, de opinar, como cidadãos, não pode nem deve o Governo interferir na Assembléia Nacional Constituinte, cuja soberania e liberdade são o apanágio maior de sua convocação histórica. Este, aliás, pelo que sabemos, é o pensamento também do Sr. Presidente da República.

A Constituinte veio para retirar o País do caos político-institucional a que nos levou o autoritarismo. A sua missão é criar, no Brasil, o estado de direito democrático.

A nova Carta representará um pacto político que nos assegurará um regime de liberdade responsável e um sistema econômico

destinado a promover a mais justa distribuição de renda entre as regiões e as pessoas.

A nova Constituição não será uma panacéia capaz de resolver todos os difíceis e graves problemas nacionais. É preciso que se insista neste aspecto, antes que a decepção aumente a angústia e a amargura popular.

Se falamos esta linguagem, é para caracterizar a nossa crescente preocupação com o futuro das nossas instituições democráticas, após a nova Carta Constitucional.

Daí o discurso que vimos fazendo, no sentido de que a crise que hoje nos atinge, com tanta intensidade e, sobretudo, às categorias mais carentes da população brasileira, é fundamentalmente econômica.

Pensem alto no Brasil, com patriotismo e espírito público, pondo de lado as divergências ideológicas e partidárias, para não pormos em risco o nosso projeto democrático.

Ou encontramos uma saída para o impasse a que nos levou a crise econômica que tem raízes na injusta e perversa ordem econômica internacional, ou não vemos como resolver os ingentes problemas sociais e políticos que dela decorrem.

O que os brasileiros da classe média para baixo querem, já e agora, é a satisfação de suas necessidades essenciais, emprego, salário justo, alimentação básica, ensino público e gratuito, saúde pública o mais possível socializada, transporte coletivo e habitação popular.

Uma das conseqüências desse quadro de crise é a existência de uma profunda e generalizada desesperança entre o nosso povo. Cansado de esperar, incapaz de compreender as razões profundas das questões que enfrenta e julgando-se impotente diante de tantos problemas, o brasileiro médio é hoje um cidadão que perdeu a esperança, que não acredita mais e não encontra razões para projetar para si mesmo, para seus filhos e para sua família, um futuro de justiça e tranqüilidade.

É nesse contexto de crise que os políticos têm o dever de agir. Sabemos que o político é o alvo principal da desconfiança popular. O político é identificado como responsável único e direto por todos os males. As pesquisas de opinião estão a nos revelar os incríveis níveis que os índices de nossa popularidade vêm atingindo. Cabe, portanto, a nós, detentores de um mandato, cada vez mais corresponder com seriedade, dignidade e trabalho à delegação popular que recebemos e assim reverter o quadro de descrédito que hoje domina o País.

A nós nos parece que é chegada a hora de um grande entendimento nacional sobre a economia, não só entre todos os partidos, mas também entre os demais setores da sociedade.

Ninguém pode ficar de fora. Convoquemos todas as nossas energias morais para esse esforço comum, em favor do País.

É o momento da maturidade política. Vamos seguir o exemplo histórico dos Pactos de Moncloa, que salvaram a Espanha da instabilidade política e das imensas dificuldades econômicas.

Ninguém precisa sair do seu lugar, nem os partidos que fazem oposição, nem os que apoiam o Governo. Os governos passam e o Brasil fica.

Em torno de uma mesa se assentariam com o Sr. Presidente da República, isentos de preconceitos, todos os presidentes de partido, para tentarem um acordo sobre um programa mínimo de salvação da economia.

Creemos que os pontos cruciais são conhecidos: dívida externa de 120 bilhões de dólares; déficit público crescente e uma dívida interna de cinco trilhões de cruzados; enfim a inflação, com o seu cortejo sinistro: custo de vida em ascensão, salários defasados, nível de emprego decrescente — em suma, a recessão.

Tentamos uma unidade de opinião sobre cada um desses pontos.

Vale recordar o que afirmou o ex-Ministro Bresser Pereira, ao falar no Seminário Latino-Americano para a Dívida Externa. Disse ele que ouvia sempre a afirmação de que a solução para a dívida era a negociação política. Em tese, lembrava, tudo bem, mas na prática os fatos são diferentes. Quando se chega a um país credor, o Governo fica sempre ao lado dos seus banqueiros. Enquanto isso, nos países devedores — e citou especialmente o Brasil — nunca houve unidade nacional em torno de um caminho para se resolver o nosso endividamento externo.

Após o entendimento sobre a economia, o diálogo se ampliaria com os demais segmentos sociais, a partir dos empregados e empregadores, visando a um pacto sobre nível de emprego e salário.

E o Presidente José Sarney, pelo que sentimos, está aberto a esse entendimento. Ninguém lhe pode negar, aliás, o obstinado propósito de enfrentar os desafios de nossa desordem econômico-financeira, que é o resultado, sobretudo, de um longo período autoritário. Ele tentou, com coragem e altivez, a receita heróica do Plano Cruzado e, depois, do Plano Bresser. A inflação voltou, porém, a recrudescer.

Se não deram certo os chamados planos heterodoxos, os ortodoxos, em passado recente, também não tiveram êxito.

É nossa convicção, portanto, que somente através desse consenso de alto nível poderemos consolidar o prestígio do poder civil no Brasil.

Cumpre-nos, no entanto, advertir que, se a crise econômica não for debelada, ou pelo menos acentuadamente atenuada, corremos o risco de uma convulsão social que não aproveitará a ninguém. A não ser aos empedernidos inimigos da liberdade e da democracia que sempre estão na espreita, à espera de uma nova oportunidade.

Senhoras e Senhores Congressistas, ao inaugurarmos a Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 48.^a Legislatura do Congresso Nacional, deixemos, portanto, como presidente do Congresso, sob a inspiração maior do inesquecível e saudoso Tancredo Neves, o nosso apelo veemente às mulheres e aos homens, de todas as crenças, ideologias e partidos, pela formação desse verdadeiro mutirão cívico que há de nos conduzir ao futuro grandioso que o Brasil e os brasileiros merecem.

III – SENADO FEDERAL

Na Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

(15 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Rondônia	Odacir Soares	Pernambuco	Marco Maciel
Pará	João Menezes	Alagoas	Guilherme Palmeira Divaldo Suruagy
Maranhão	Alexandre Costa	Sergipe	Lourival Baptista
Piauí	João Lobo Álvaro Pacheco	Rio de Janeiro	Afonso Arinos
Rio Grande do Norte	José Agripino	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
Paraíba	Marcondes Gadelha	Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

(5 membros)

Estados	Senadores
Pará	Jarbas Passarinho
Maranhão	João Castelo
Ceará	Virgílio Távora
Rio Grande do Norte	Lavoisier Maia
Mato Grosso	Roberto Campos

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

(2 membros)

Estados	Senadores
Acre	Mário Maia
Distrito Federal	Maurício Corrêa

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

(2 membros)

Estados	Senadores
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto
Paraná	Afonso Camargo

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

(1 membro)

Estado	Senador
Goiás	Mauro Borges

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

(1 membro)

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO — PMB

(1 membro)

Estado	Senador
Pernambuco	Antonio Farias

SEM PARTIDO

Estado	Senador
Minas Gerais	Itamar Franco

A — COMPOSIÇÃO INICIAL

Na abertura dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa, os partidos políticos apresentavam a seguinte composição:

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

(44 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Aluízio Bezerra Nabor Júnior	Rio de Janeiro	Nelson Carneiro
Amazonas	Leopoldo Perez Carlos De'Carli Aureo Mello	Minas Gerais	Alfredo Campos Ronan Tito
Rondônia	Ronaldo Aragão Olavo Pires	São Paulo	Severo Gomes Fernando Henrique Cardoso Mário Covas
Pará	Almir Gabriel	Goiás	Iram Saraiva Irapuan Costa Júnior
Piauí	Chagas Rodrigues	Distrito Federal	Pompeu de Sousa Meira Filho
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho Mauro Benevides	Mato Grosso	Louremberg Nunes Rocha Márcio Lacerda
Paraíba	Humberto Lucena Raimundo Lira	Mato Grosso do Sul	Mendes Canale Rachid Saldanha Derzi Wilson Martins
Pernambuco	Mansueto de Lavor	Paraná	Leite Chaves José Richa
Alagoas	Teotônio Vilela Filho	Santa Catarina	Dirceu Carneiro Nelson Wedekin
Sergipe	Albano Franco Francisco Rollemberg	Rio Grande do Sul	José Paulo Bisol José Fogaça
Bahia	Luiz Viana Jutahy Magalhães Ruy Bacelar		
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira Gerson Camata João Calmon		

B — ALTERAÇÕES NO QUADRO PARTIDÁRIO

Nesta sessão legislativa, em virtude do desligamento de alguns senadores do partido de origem para filiação a outra bancada partidária e, ainda, em decorrência da criação do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, registrou-se no Senado a seguinte alteração no quadro partidário:

- 26 de abril — Comunicação do Senador Louremberg Nunes Rocha que, desligando-se do PMDB, passa a integrar a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB.
- 3 de maio — Comunicação do Senador Pompeu de Sousa desligando-se do PMDB e a 30 de junho passa a integrar a Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.
- 7 de maio — O Senador Carlos De'Carli comunica o seu desligamento do PMDB e passa a integrar a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB.
- 14 de junho — O Senador Olavo Pires passa a integrar a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, desligando-se, assim, do PMDB.
- 28 de junho — O Senador Afonso Arinos desliga-se do PFL e a 30 de junho passa a integrar a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.
- 28 de junho — Os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa, Chagas Rodrigues e José Paulo Bisol desligam-se do PMDB e passam a integrar a Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

Ao término da sessão legislativa, em virtude das alterações ocorridas no quadro partidário e em consequência de licenças concedidas e das vagas ocorridas na representação de alguns Estados e seu preenchimento pelos respectivos suplentes, as bancadas partidárias no Senado ficaram assim constituídas:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PMDB

(34 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Alúzio Bezerra Nabor Júnior	Rio de Janeiro	Nelson Carneiro
Amazonas	Leopoldo Peres Aureo Mello	Minas Gerais	Alfredo Campos Ronan Tito
Rondônia	Ronaldo Aragão	São Paulo	Severo Gomes
Pará	Almir Gabriel	Goiás	Iram Saraiva Gonzaga Jaime
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho Mauro Benevides	Distrito Federal	Meira Filho
Paraíba	Humberto Lucena Raimundo Lira	Mato Grosso	Márcio Lacerda

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Pernambuco	Luiz Piauhyllino	Mato Grosso do Sul	Mendes Canale Rachid Saldanha Derzi Wilson Martins
Alagoas	Rubens Vilar	Paraná	Leite Chaves
Sergipe	Albano Franco Francisco Rollemberg	Santa Catarina	Dirceu Carneiro Nelson Wedekin
Bahia	Luiz Viana Jutahy Magalhães Ruy Bacelar	Rio Grande do Sul	José Fogaça
Espírito Santo	Gerson Camata João Calmon		

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PFL

(14 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Rondônia	Odacir Soares	Paraíba	Marcondes Gadelha
Pará	João Menezes	Pernambuco	Marco Maciel
Maranhão	Alexandre Costa Edison Lobão	Alagoas	Guilherme Palmeira Divaldo Suruagy
		Sergipe	Lourival Baptista
Piauí	João Lobo Alvaro Pacheco	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
Rio Grande do Norte	José Agripino	Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PSDB

(8 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Piauí	Chagas Rodrigues	Distrito Federal	Pompeu de Sousa
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira	Paraná	José Richa
Rio de Janeiro	Afonso Arinos		
São Paulo	Fernando Henrique Cardoso Mário Covas	Rio Grande do Sul	José Paulo Bisol

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

PDS

(5 membros)

Estados	Senadores
Pará	Jarbas Passarinho
Maranhão	João Castelo
Ceará	Afonso Sancho
Rio Grande do Norte	Lavoisier Maia
Mato Grosso	Roberto Campos

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PTB

(5 membros)

Estados	Senadores
Amazonas	Carlos De'Carli
Rondônia	Olavo Pires
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto
Mato Grosso	Louremberg Nunes Rocha
Paraná	Affonso Camargo

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT

(2 membros)

Estados	Senadores
Acre	Mário Maia
Distrito Federal	Maurício Correa

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO

PMB

(1 membro)

Estado	Senador
Pernambuco	Ney Maranhão

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSB

(1 membro)

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

PDC

(1 membro)

Estado	Senador
Goiás	Mauro Borges

SEM PARTIDO

(1 membro)

Estado	Senador
Minas Gerais	Itamar Franco

C — ALTERAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

- 19 de abril — Em virtude do falecimento do Senador Antonio Farias, assume o mandato o senhor Ney Maranhão, filiado ao Partido Municipalista Brasileiro — PMB, integrando a representação do Estado de Pernambuco.
- 7 de junho — Em virtude do falecimento do Senador Virgílio Távora, assume o mandato o senhor Afonso Sancho, filiado ao Partido Democrático Social — PDS, integrando a representação do Estado do Ceará.
- 21 de outubro — Em virtude de licença concedida ao Senador Mansueto de Lavor, nos termos do disposto no § 1º do art. 56 da Constituição, assume o mandato o senhor Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro que, adotando o nome parlamentar “LUIZ PIAUHYLLINO”, integra a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB e a representação do Estado de Pernambuco.
- 7 de novembro — Em virtude de licença concedida ao Senador Teotônio Vilela Filho, nos termos do disposto no § 1º do art. 56 da Constituição, assume o mandato o senhor Rubens Vilar de Carvalho que, adotando o nome parlamentar “RUBENS VILAR”, integra a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB e a representação do Estado de Alagoas.
- 7 de novembro — Em virtude de licença concedida ao Senador Irapuan Costa Júnior, nos termos do disposto no § 1º do art. 56 da Constituição, assume o mandato o senhor Max Lânio Gonzaga Jaime que, adotando o nome parlamentar “GONZAGA JAIME”, integra a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a representação do Estado de Goiás.

D — FALECIMENTOS

- A 13 de abril — Senador Antonio Farias, da representação do Estado de Pernambuco, filiado ao Partido Municipalista Brasileiro — PMB.
- A 3 de junho — Senador Virgílio Távora, da representação do Estado do Ceará, filiado ao Partido Democrático Social — PDS.

E — AFASTAMENTO DO PAÍS

Comunicações enviadas à Mesa nos termos do disposto na alínea a do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal.

a) em missões do Senado

Senadores	Período
Alfredo Campos	a partir de 8 de abril, DCN (seção II), de 20-4-88.
Carlos Alberto	de 9 a 16 de abril, DCN (seção II), de 20-4-88.
Divaldo Suruagy	de 22 a 28 de agosto, DCN (seção II), de 23-8-88.
Dirceu Carneiro	a partir de 17 de junho, DCN (seção II), de 17-6-88.
Edison Lobão	de 19 a 24 de setembro, DCN (seção II), de 23-9-88.
Francisco Rollemberg	de 29 de abril a 2 de maio, DCN (seção II), de 4-5-88.
Humberto Lucena	de 5 a 23 de janeiro de 1989
José Agripino	de 29 de abril a 2 de maio, DCN (seção II), de 4-5-88.
José Ignácio Ferreira	de 5 a 23 de janeiro de 1989
João Menezes	a partir de 17 de junho, DCN (seção II), de 17-6-88.
João Lobo	de 5 a 23 de janeiro de 1989
Jamil Haddad	de 19 a 24 de setembro, DCN (seção II), de 23-9-88.
Leite Chaves	de 2 a 20 de junho, DCN (seção II), de 7-6-88.
Lourival Baptista	a partir de 27 de novembro
Márcio Lacerda	de 5 a 23 de janeiro de 1989
Marcondes Gadelha	de 31 de março a 11 de abril, DCN (seção II), de 5-4-88.
Mansueto de Lavor	de 22 a 28 de agosto, DCN (seção II), de 13-8-88.
Odacir Soares	de 19 a 24 de setembro, DCN (seção II), de 23-9-88.
Ronaldo Aragão	de 22 a 28 de agosto, DCN (seção II), de 23-8-88.
Ruy Bacelar	de 7 a 20 de julho, DCN (seção II), de 2-8-88.
Rachid Saldanha Derzi	de 14 a 28 de outubro,
b) em missões do Executivo:	de 29 de abril a 2 de maio, DCN (seção II), de 4-5-88.
João Menezes	a partir de 9 de setembro, DCN (seção II), de 13-9-88.
João Calmon	a partir de 19 de setembro, DCN (seção II), de 16-9-88.
Jutahy Magalhães	a partir de 13 de outubro, DO (seção II), de 23-9-88.
João Lobo	a partir de 30 de junho, DO (seção II), de 1º-7-88.
Jorge Bornhausen	a partir de 17 de outubro, DO (seção II), de 12-10-88.
Lourival Baptista	a partir de 30 de junho, DO (seção II), de 1º-7-88.

Senadores	Período
Mauro Benevides	a partir de 18 de novembro, DO (seção II), de 23-9-88
Marcondes Gadelha	de 1º de dezembro a 1º de janeiro de 1989, DCN (seção II), de 6-12-88
Odacir Soares	de 31 de julho a 3 de agosto, DO (seção II), de 28-7-88
Raimundo Lira	de 17 a 21 de outubro, DO (seção II), de 12-10-88
Severo Gomes	de 15 de outubro a 15 de novembro, DO (seção II), de 23-9-88

c) em caráter particular:

Senadores	Período e finalidade:
Alvaro Pacheco	de 11 a 15 de abril; de 5 a 9 de junho; a partir de 21 de agosto; de 25 de setembro a 1º de outubro; a partir de 13 de outubro; e de 21 de dezembro a 24 de janeiro de 1989
Albano Franco	de 16 a 21 de outubro, para participar da Comissão Empresarial Brasileira que acompanhará o Senhor Presidente da República em sua viagem à URSS; e a partir de 21 de outubro, em viagem aos EEUU e Europa, onde proferirá palestras no Centro de Estudos Brasileiros John Hopkins Sais.
Carlos De'Carli	a partir de 20 de abril e de 2 a 9 de novembro, para participar de conferências na Columbia University, Rockefeller Center, New York, EEUU.
Divaldo Suruagy	a partir de 3 de junho
Edison Lobão	a partir de 25 de novembro e de 26 de dezembro a 4 de janeiro de 1989.
Fernando Henrique Cardoso	de 12 a 20 de julho, em viagem aos EEUU, para assistir a convenção do Partido Democrata, como convidado; a partir de 16 de novembro, a convite da Universidade de Bolonha—Itália, para participar de um seminário sobre democracia na América Latina, e em seguida, a convite da Academia de Ciências da União Soviética — Moscou — URSS, para proferir uma conferência.
Irapuan Costa Júnior	de 28 de julho a 6 de agosto
Itamar Franco	de 16 a 22 de outubro, para participar do Conselho Argentino para as Relações Internacionais em Buenos Aires, Argentina
José Agripino	de 26 de novembro a 3 de dezembro
Jorge Bonhausen	a partir de 25 de maio, a convite do Presidente da Câmara de Comércio Brasil — EEUU
José Fogaça	de 1 a 4 de abril, ao Chile. de 13 a 15 de maio, ao Chile. de 9 de dezembro a 14 de janeiro de 1989 com destino à Espanha e França
José Ignácio Ferreira	de 16 a 25 de maio
Luiz Viana Filho	a partir de 20 de junho
Márcio Lacerda	a partir de 10 de setembro, acompanhando a comitiva do Governo de Mato Grosso — MT, a San Inacio de Velasco, Bolívia

Senadores	Período e finalidade
Marco Maciel	de 25 a 30 de maio, para participar de debates no Encontro Empresarial Brasil—Portugal, sobre Pacto Social, em Lisboa, Portugal de 11 a 28 de dezembro
Maurício Correa	de 3 a 20 de novembro, a convite do Governo da União Soviética, assistir aos atos comemorativos do aniversário da Revolução Russa
Odacir Soares	a partir de 2 de abril, para participar como observador brasileiro da Reunião da Associação dos Países Produtores de Estanho — ATPC, a realizar-se em Kuala-Lumpur, Malásia a partir de 4 de junho, ao Canadá, a convite da Embaixada do Canadá no Brasil de 11 a 30 de setembro, a convite da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, para integrar a Delegação Brasileira à XXXII Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, Áustria
Raimundo Lira	de 30 de março a 3 de abril
Roberto Campos	de 11 a 26 de maio de 6 a 12 de setembro de 18 a 23 de setembro de 31 de outubro a 5 de novembro de 15 a 20 de novembro de 28 de novembro a 2 de dezembro
Teotônio Vilela Filho	de 12 a 20 de maio

F — LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Senador Mansueto de Lavor	de 20 de outubro de 1988 a 25 de fevereiro de 1989 — 125 dias
Senador Teotônio Vilela Filho	de 31 de outubro de 1988 a 21 de março de 1989 — 122 dias
Senador Irapuan Costa Júnior	de 31 de outubro de 1988 a 20 de março de 1989 — 121 dias

G — DIREÇÃO

Dirigiu a Casa, nesta 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura, a Mesa eleita a 1º de fevereiro de 1987, sendo assim constituída:

Presidente:	Senador Humberto Lucena
1º Vice-Presidente:	Senador José Ignácio Ferreira
2º Vice-Presidente:	Senador Lourival Baptista
1º Secretário:	Senador Jutahy Magalhães
2º Secretário:	Senador Odacir Soares
3º Secretário:	Senador Dirceu Carneiro
4º Secretário:	Senador João Castelo
Suplentes de Secretários:	Senador Francisco Rollemberg
	Senador Aluizio Bezerra
	Senador João Lobo
	Senador Wilson Martins

H — LIDERANÇAS

Funcionou o Colégio de Líderes no Senado, nesta 2ª Sessão Legislativa, com a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

Líder de 10 de março a 21 de junho — Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes indicados a 26 de abril

José Fogaça
Nelson Wedekin
Mauro Benevides
Ronaldo Aragão
Raimundo Lira
Severo Gomes
Cid Sabóia de Carvalho
Leopoldo Peres
João Calmon
Olavo Pires

Líder a partir de 23 de junho — Ronan Tito

Vice-Líderes indicados em 11 de agosto

Nelson Wedekin
Leopoldo Peres
Mendes Canale
Leite Chaves
Raimundo Lira
Ronaldo Aragão
Iram Saraiva

Vice-Líderes indicados em 15 de agosto

João Calmon
Cid Sabóia de Carvalho

Vice-Líder indicado em 22 de agosto

Mauro Benevides

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Líder indicado em 15 de março — Jarbas Passarinho

Vice-Líderes indicados a 1º de abril

Roberto Campos
Virgílio Távora

Obs.: Para a vaga deixada com o falecimento do Senador Virgílio Távora foi indicado, a 17 de junho, o Senador Lavoisier Maia.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

Líder indicado em 3 de maio — Marcondes Gadelha

Vice-Líderes indicados em 6 de junho

Odacir Soares (*)
Edison Lobão
Divaldo Suruagy
João Lobo

(*) responde pela Liderança no período de 1º de dezembro de 1988 a 1º de janeiro de 1989.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

Líder indicado em 10 de março — Affonso Camargo

Vice-Líderes indicados em 10 de março e 8 de junho, respectivamente,

Carlos Alberto
Carlos De'Carli

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

Comunicação de 21 de abril — Líder Mauro Borges

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

Indicação de 4 de maio — Líder Maurício Corrêa

Vice-Líder: Mário Maia

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO — PMB

Comunicação de 19 de abril — Líder Ney Maranhão

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

Comunicação de 20 de abril — Líder Jamil Haddad

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA — PSDB

Líder indicado a 30 de junho — Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes indicados em 12 de setembro e 17 de outubro, respectivamente:

Chagas Rodrigues
José Paulo Bisol

A liderança da Maioria continuou sendo exercida pelo Senador SALDANHA DERZI que, a 27 de abril, indicou os seguintes Vice-Líderes:

João Menezes
Leopoldo Peres
Edison Lobão
João Calmon
Carlos Alberto

I — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

I.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 80 sessões plenárias, sendo:

Ordinárias	12
Extraordinárias	67
Especial	1

As demais sessões ordinárias deixaram de ser realizadas em virtude do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Como homenagem de pesar foram levantadas as seguintes sessões extraordinárias:

em 15 de abril — às 11:30 horas — falecimento do Senador Antonio Farias — Requerimento nº 27, de autoria do Senador Mansueto de Lavor e outros senadores;

em 6 de junho — às 10 horas — falecimento do Senador Virgílio Távora — Requerimento nº 53, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros senadores;

em 22 de setembro — às 18 horas — falecimento do Deputado Norberto Schwantes — Requerimento nº 137, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros senadores;

em 22 de novembro — às 14:30 horas — falecimento do Deputado Jessé Pinto Freire Junior — Requerimento nº 191, de autoria do Senador Nelson Carneiro.

A sessão especial foi destinada a reverenciar a memória do Senador Antonio Farias — Requerimento nº 45, de autoria do Senador Ney Maranhão e outros senadores.

Em virtude de requerimento aprovado em plenário, foram prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Mário David Andreazza, na sessão extraordinária do dia 21 de abril, às 10:30 horas — Requerimento nº 38, de autoria do Senador Jarbas Passarinho e outros senadores.

O tempo dos oradores da Hora do Expediente da sessão extraordinária realizada às 10:30 horas do dia 10 de maio foi dedicado ao “Dia Nacional da Mulher”.

I.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTROS DE ESTADO

Sessão extraordinária, realizada às 10 horas do dia 26 de abril

Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Mailson da Nóbrega, convocado através do Requerimento nº 22, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros senadores, para prestar ao Plenário “informações sobre estudos que, segundo a imprensa, estão sendo efetuados com o objetivo de alterar a política salarial do Governo, relativamente aos servidores públicos, da administração direta e indireta, bem como sobre a problemática que envolve a dívida externa brasileira”.

Usaram da palavra como interpelantes os Senadores Carlos Chiarelli, João Lobo, Fernando Henrique Cardoso, João Menezes, José Fogaça, Marcondes Gadelha, Lourival Baptista, Raimundo Lira, Mansueto de Lavor,

Rachid Saldanha Derzi, Jarbas Passarinho e Afonso Arinos.

Sessão extraordinária, realizada às 10 horas do dia 3 de maio

Ministro da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República — SEDAP, Dr. Aluizio Alves, convocado através do Requerimento nº 21, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli e outros senadores, para prestar ao Plenário, “informações sobre estudos que, segundo a imprensa, estão sendo efetuados com o objetivo de alterar a política salarial do Governo, relativamente aos servidores públicos da administração direta e indireta”.

Usaram da palavra como interpelantes os Senadores Nelson Wedekin e João Menezes.

I.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

I.2.1 — MISSÕES DO SENADO

Na presente sessão legislativa, foram designados para representar o Senado em missões no exterior os seguintes Senhores Senadores:

Marcondes Gadelha	De 31 de março a 11 de abril, para participar, como Presidente do Parlamento Latino-Americano, de uma Reunião em Santo Domingo — República Dominicana.
Alfredo Campos Carlos Alberto	Integrantes da 79ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se na Guatemala, de 11 a 16 de abril.
José Agripino Francisco Rollemberg Ronaldo Aragão	Participantes da Reunião do Comitê de Membros filiados da Organização Mundial de Turismo, em Paris, França, de 29 de abril a 2 de maio.
João Menezes Dirceu Carneiro	De 20 a 22 de junho, como integrantes do Encontro Internacional para a Criação de Zonas Livres de Armas Nucleares em Berlim, República Democrática da Alemanha.
Leite Chaves	Participar, como Observador Parlamentar da 75ª Conferência Internacional do Trabalho — OIT, em Genebra, Suíça, de 2 a 20 de junho.
Odacir Soares	De 7 a 20 de julho, como integrante da 20ª Reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho — ATPC, em Kuala-Lumpur, Malásia; De 14 a 28 de outubro, como participante da 6ª Sessão da Conferência de Ministros da Associação dos Países Produtores de Estanho — ATPC, em Abuja — Nigéria.
Edison Lobão Marcondes Gadelha Jamil Haddad Ruy Bacelar Saldanha Derzi	Participantes da 80ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Sófia, Bulgária, de 19 a 24 de setembro.
Marcondes Gadelha Carlos Alberto Divaldo Suruagy Mansueto de Lavor	De 22 a 28 de agosto, para participarem da Reunião do Parlamento Latino-Americano, em Buenos Aires, Argentina.
Lourival Baptista	A partir de 27 de novembro, para participar da Sexta Conferência de Presidentes dos Parlamentos Ibero-Americanos em Sucre, Bolívia.
Humberto Lucena José Ignácio Ferreira João Lobo Leite Chaves Márcio Lacerda	Integrantes da Delegação Brasileira que visitarão os Parlamentos da República Popular da China e da República da Coreia, de 5 a 23 de janeiro de 1989.

I.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu licença para aceitarem missões, para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Como integrantes de comitiva oficial durante viagens ao exterior do Senhor Presidente da República:

A República Popular da China, de 30 de junho a 10 de agosto:	João Calmon Lourival Baptista
A República da Bolívia, de 31 de julho a 3 de agosto:	Odacir Soares
A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir de 14 de outubro:	Raimundo Lira
A República Argentina, dias 29 e 30 de novembro:	João Lobo

Como Observadores Parlamentares à 43ª Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas — ONU:

De 15 de outubro a 15 de novembro:	João Menezes Jutahy Magalhães Severo Gomes
A partir de 18 de novembro:	Mauro Benevides
De 1º a 9 de dezembro:	Jorge Bornhausen
De 1º de dezembro de 1988 a 1º de janeiro de 1989:	Marcondes Gadelha

I.3 — COMISSÕES

De acordo com o art. 5º, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 1987, que estabeleceu normas de elaboração legislativa do Senado durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, as únicas Comissões Permanentes instaladas foram: Comissão Diretora, Comissão de Fiscalização e Controle e Comissão do Distrito Federal, e ainda, por força de ulterior deliberação do Plenário, as Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

Tendo sido restabelecida a Resolução nº 1/87, através da Resolução nº 137/88, permaneceram em funcionamento, até o final da sessão legislativa, as Comissões já mencionadas.

I.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

a) Composição

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(designação em 20 de maio de 1987)

Titulares

PMDB

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Louremberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lira
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
(**) Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
(***) Marcondes Gadelha

Pequenos Partidos

Roberto Campos — PDS
(*) Antônio Faria — PMB
Maurício Correa — PDT

Carlos Alberto — PTB

(*) vaga preenchida em 1.º-6-88 pelo Senador Ney Maranhão

(**) substituído em 30 de novembro pelo Senador Alexandre Costa

(***) substituído em 30 de novembro pelo Senador Álvaro Pacheco que, por sua vez, é substituído, em 14 de dezembro, pelo Senador Edison Lobão.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(designação em 30 de março de 1987)

Titulares

Suplentes

PMDB

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Rachid Saldanha Derzi
Albano Franco
(*) Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

(*) Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes
Nivaldo Machado

Pequenos Partidos

Maurício Correa — PDT
Mauro Borges — PDC

Lavoisier Maia — PDS

(*) em 16 de agosto o Senador Ronan Tito é substituído pelo Senador Aureo Mello e, a 12 de setembro, passa o Senador Aureo Mello à condição de titular em substituição ao Senador Iram Saraiva que passa a suplente da Comissão.

Em virtude do disposto no art. 6º da Resolução nº 157/88 é aumentado o número de membros da Comissão de 11 para 21, ficando a mesma assim constituída:

PMDB

Titulares

Meira Filho
Mauro Benevides
Rachid Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Aureo Mello
Márcio Lacerda
Mendes Canale
Francisco Rollemberg
Aluizio Bezerra

Suplentes

Luiz Piauhyllino
Gonzaga Jayme
Almir Gabriel
Wilson Martins
Leopoldo Peres
Ronaldo Aragão

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão
João Lobo
Vago

João Menezes
Divaldo Suruagy

Pequenos Partidos

Mário Maia — PDT
Maurício Correa — PDT
Mauro Borges — PDC
Louremberg Nunes Rocha — PTB
Jamil Haddad — PSB
Pompeu de Sousa — PSDB
Chagas Rodrigues — PSDB

José Paulo Bisol — PSDB
Afonso Sancho — PDS
Lavoisier Maia — PDS
Ney Maranhão — PMB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PMDB

Titulares

Almir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes

Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Saraiva
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

(**) Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Suruagy

Pequenos Partidos

Roberto Campos — PDS
(* Virgílio Távora — PDS
Carlos Alberto — PTB

Mário Maia — PDT
Affonso Camargo — PTB

(°) Em 8-6-88 — Indicado o Senador Afonso Sancho para preencher a vaga deixada com o falecimento do Senador Virgílio Távora.

(**) Em 7-12-88 — Substituído pelo Senador Edison Lobão.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(designação em 23 de abril de 1987)

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Rachid Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Fábio Lucena
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

Pequenos Partidos

(1) Jarbas Passarinho — PDS
Lavoisier Maia — PDS
Itamar Franco (sem partido)

Jamil Haddad — PSB

(1) substituído, em 21-6-88, pelo Senador Afonso Sancho.

b) **Direção**

Dirigiram as Comissões Permanentes os seguintes Senadores:

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Senador Alfredo Campos
1º Vice-Presidente: Senador Guilherme Palmeira
2º Vice-Presidente: Senador Chagas Rodrigues

Comissão do Distrito Federal

Presidente: Senador Meira Filho
Vice-Presidente: Senador Edison Lobão

Comissão de Relações Exteriores

Presidente: Senador Luiz Viana
1º Vice-Presidente: vago
2º Vice-Presidente: Senador Nelson Wedekin

Comissão de Fiscalização e Controle

Presidente: Senador Carlos Chiarelli
Vice-Presidente: Senador Nelson Wedekin

I.3.2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) DESTINADA A APURAR PROBLEMAS RELACIONADOS COM O RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM VÁRIOS ESTADOS BRASILEIROS.

(Criada pela Resolução nº 8/87)

Autoria — Senador Jutahy Magalhães e outros senadores

Término do prazo: 5 de dezembro de 1987

Conclusão: Relatório nº 1, de 1988, publicado no **DCN** (Seção II) do dia 22 de março de 1988, 736 a 751, apresentando as seguintes conclusões:

1º) Necessidade de fortalecer as atribuições das CPI e a sua capacitação para melhor analisar, e com profundidade, as contas públicas em questão, o que aponta para a imediata criação de um Serviço Especial de Auditoria às CPI, de forma a fortalecer institucionalmente o Senado Federal no momento em que o Parlamento recupera e amplia suas prerrogativas; os requerimentos de informação da CPI não surtem respostas satisfatórias, tal como comprovou a experiência desta Comissão.

2º) Identificação do atraso das obras de Itaparica e Xingó como causadoras do racionamento implantado em 1986 no Nordeste, sendo responsáveis as autoridades econômicas, financeiras e setoriais dos governos dos ex-Presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, que impuseram ao setor elétrico do País uma dupla perda decorrente de dietas tarifárias e elevados ônus do endividamento externo, que reduziram a rentabilidade do setor em níveis de até 4%, insuficientes para realimentar o processo de expansão planejada.

3º) Responsabilização, igualmente, das autoridades responsáveis pela manutenção de um irrealismo tarifário no setor elétrico nacional, com grandes perdas a todas as suas empresas e virtual paralisação diante das grandes tarefas de formação de capital básico para o desenvolvimento do País e suas regiões.

4º) Responsabilização dos responsáveis pela política energética pela decisão de concentrar os recursos disponíveis em 1985 e 1986 em obras do interesse do Centro-Sul do País, com inevitáveis prejuízos ao Nordeste, derivados da elevação dos riscos de déficit na região,

prejuízos estes que devem ser calculados pela agência regional de desenvolvimento, Sudene, governos estaduais e, notadamente, concessionárias de energia (que perderão, este ano, cerca de Cz\$ 2 bilhões) e cobrados a título de indenização junto ao Governo Federal.

5º) Equalização, imperiosa e necessária, dos riscos de déficit de energia para todo o Brasil, prévia definição do modelo de irrigação a ser definitivamente adotado às margens do São Francisco e entrosamento entre as autoridades e técnicos do Ministério de Irrigação e do Ministério das Minas e Energia.

6º) Proibição à implantação, com estímulos, subsídios e incentivos governamentais, de qualquer espécie de indústria de alto consumo de eletricidade no Nordeste, sem a audiência do Congresso.

7º) Realização de auditoria contábil sobre os empréstimos externos contraídos pela Eletrobrás e subsidiárias, entre 1975 e 1985.

8º) Definição de uma política industrial para o Nordeste, que tenha em consideração suas limitações de oferta, de energia e elevado nível de desemprego.

9º) Reativação do papel da Sudene como órgão central de planejamento regional do Nordeste e ativo participante das políticas setoriais do Governo Federal na região, aí incluída sua co-gestão na alocação de recursos do Finsocial, PIS, FND e sobretudo o Proterra, cuja programação deverá incorporar o Projeto de Lei Orçamentária Anual do Executivo sujeito à apreciação e voto do Congresso Nacional.

10º) Deflagração de um diálogo da União com o Congresso Nacional, comunidade científica e governos estaduais e comunidade, sobre alternativas energéticas para o Nordeste ano 2000, principalmente no tocante ao aproveitamento das seguintes fontes:

a) energia solar;

b) energia nuclear;

c) biomassa;

d) aproveitamento das pequenas possibilidades hídricas à margem esquerda do rio São Francisco e no rio Jequitinhonha;

e) energia eólica;

f) aproveitamento do resíduo asfáltico da Refinaria Landulfo Alves.

11º) Definição de uma política de saneamento financeiro para o setor elétrico, com forte aporte de recursos da União ao Sistema Eletrobrás, de forma a aliviar o ônus do endividamento externo sobre as tarifas e a elevar a rentabilidade média do setor, afinal, desde que comprovado o uso do setor elétrico para fins de fechamento do Balanço de Pagamentos no passado, com a ocorrência de grandes perdas ao sistema, nada mais justo do que deflagrar, agora, uma política de recuperação setorial compatível com um Plano de Saneamento Financeiro amplamente sustentado com recursos do Tesouro Nacional, isto não só conduziria à retomada dos investimentos e redução dos altos riscos de déficit como o faria redistribuindo o impacto inflacionário sobre o déficit público, sem pressões cumulativas, portanto, sobre os custos empresariais e pessoais.”

b) DESTINADA A APURAR A POLÍTICA DE CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EM TODO O PAÍS E IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

(Criada pela Resolução nº 16/87)

Autoria — Senador Fábio Lucena e outros Senadores

Instalação — 18 de agosto de 1987

Nº de membros — 9 (nove) — designados em 18 de junho de 1987

Prazo — até 2 de maio de 1988

Prorrogação do prazo — Requerimento nº 36/88, por 90 dias — até 31-8-88

Composição

P M D B

Titulares

Wilson Martins — Relator
Chagas Rodrigues
Luiz Viana
Teotônio Vilela Filho
Nelson Wedekin
Gerson Camata

Suplentes

Márcio Lacerda
José Paulo Bisol
Irapuan Costa Júnior
Pompeu de Sousa

P F L

Edison Lobão
(*) Marcondes Gadelha — Presidente

João Lobo

Pequenos Partidos

Mário Maia — Vice-Presidente — PDT

Lavoisier Maia — PDS

(*) Em 1º-6-88 — substituído pelo Senador João Menezes

Depoimentos prestados perante a Comissão:

8 de março — Deputada Cristina Tavares

15 de março — Deputado Antonio Britto

22 de março — Srs. Oscar Bloch e Alan Caruzo

Conclusão: em 31 de agosto, a Comissão encaminhou à Mesa do Senado seu relatório final, que, lido na sessão do dia 12 de setembro, que tomou o nº 2, de 1988, publicado no DCN (Seção II), de 13 do mesmo mês, apresentando as seguintes conclusões:

1 — A detida análise dos depoimentos até agora prestados na CPI permite as seguintes conclusões:

a) o regulamento das concessões está fulcrado na Lei nº 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações);

b) a ritualidade das concessões, em síntese, é a seguinte:

I — publica-se um edital com prazo de 45 a 60 dias, para recebimento de propostas dos interessados (empresas e entidades);

II — De posse das propostas, o Dentel faz um relatório, dando por habilitadas as empresas que atenderem as exigências formais do edital (atos constitutivos, situação fiscal, condição dos sócios e diretores, etc...). O relatório é enviado ao Ministro que, depois, leva os dados e informações ao Presidente da República que, em ato discricionário e pessoal, escolhe a empresa que deve receber a concessão, expedindo o correspondente decreto.

2 — Não resta dúvida que o sistema regulador das concessões de rádio e TV, pela legislação vigente, é autoritário e ilegítimo, ensejando práticas condenáveis.

Entretanto, do ponto de vista jurídico, o sistema é legal. Eventuais distorções possibilitadas pela lei vigente só serão superadas a partir de uma reformulação legislativa.

Tendo a matéria recebido tratamento específico na Comissão de Sistematização (Título VIII, Capítulo V, do Projeto de Constituição), tudo leva a crer que, a partir da promulgação da nova Carta, se aprovado o texto da proposta, o sistema de concessões de rádio

e TV será substancialmente alterado: o Executivo continuará com poderes para outorgar e renovar concessões, permissões e autorizações, mas os atos serão submetidos à apreciação do Congresso Nacional, em regime de urgência (art. 226. Projeto de Constituição).

Demais disso, para cumprir as novas tarefas, instituído, como órgão auxiliar do Congresso, o Conselho Nacional de Comunicação exercerá importante papel.

Por outro lado, as concessões e permissões com prazo certo (10 anos rádio e 15 anos TV), como consta da proposta constitucional, em muito contribuirá para o aprimoramento do sistema.

3 — A CPI tem 2 (dois) objetivos distintos:

a) apurar a política de concessões de emissoras de rádio e televisão em todo o País e;

b) apurar irregularidades ocorridas no Ministério das Comunicações.

Com a promulgação da nova Constituição, o primeiro objetivo supra-indicado estará prejudicado: a nova Constituição estabelecerá uma nova política para o setor.

Restará, portanto, a apuração de irregularidades no Ministério das Comunicações. Para tanto são necessárias acusações e impugnação de fatos determinados.

A partir da análise dos depoimentos até agora prestados na CPI e considerando a possibilidade dos próximos serem prestados no mesmo estilo, tudo leva a crer que nenhuma irregularidade será denunciada.

c) DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES E RESPONSÁVEIS PELAS IMPORTAÇÕES DE ALIMENTOS, POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, QUE PROVOCARAM UMA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ATRAVÉS DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

(Criada pela Resolução nº 59/87)

Autoria: Senador Mauro Borges e outros Senadores

Instalação: 25 de agosto de 1987

Nº de membros: 9 (nove), designados em 19 de agosto de 1987

Prazo: até 27 de maio de 1988

Prorrogação do prazo: Requerimento nº 35/88, por 90 dias — até 26-9-88

Requerimento nº 125/88, por 90 dias — até 24-2-89

Requerimento nº 190/88, por 120 dias — até 26-6-89

Titulares	Composição	Suplentes
	PMDB	
Dirceu Cardoso — Presidente		Márcio Lacerda
Nabor Júnior		Ronan Tito
Gergon Camata		Nelson Wedekin
José Paulo Bisol		Mendes Canale
Cid Sabóia de Carvalho		
Ronaldo Aragão		

PFL

Lourival Baptista — Vice-Presidente
(*) Guilherme Palmeira

João Lobo

Pequenos Partidos

Mauro Borges — Relator — PDC

(*) designado em 21-3-88 em substituição ao Senador Ivan Bonato

Depoimentos prestados perante a Comissão:

15-3 — Antônio José Telles Bueno
23-3 — Marco Aurélio Giovannoni
João Alfredo Coelho Ribeiro
Jorge Rodrigues
29-3 — Aristides Maria Ricci Coberllini
12-4 — Higino Felipe de Carvalho
26-4 — Christopher Rohl
10-5 — Inácio Mammana
17-5 — Carlos Henrique Leal de Moraes
7.6 — Maria Eliza Benetton

d) DESTINADA A INVESTIGAR FATOS RELACIONADOS A DENÚNCIAS SOBRE A INTERMEDIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS E A ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.

(Criada pela Resolução nº 173/87)

Autoria: Senador José Ignácio Ferreira e outros senadores

Instalação:

Nº de membros: 9 (nove), designados em 2 de fevereiro de 1988

Prazo: até 11 de abril de 1988

Composição

PMDB

Titulares

Mendes Canale
Jutahy Magalhães
Mansueto de Lavor
José Ignácio Ferreira
José Paulo Bisol
Severo Gomes

Suplentes

Chagas Rodrigues
José Fogaça
Cid Sabóia de Carvalho
Nelson Wedekin

PFL

Jorge Bornhausen
João Lobo

João Menezes

Pequenos partidos

Maurício Correa — PDT

Carlos Alberto — PTB

Extinta a comissão por decurso de prazo, nos termos do disposto no art. 77, II, do Regimento Interno.

e) DESTINADA A INVESTIGAR FATOS LIGADOS AO ACIDENTE COM A CÁPSULA DE CÉSIO 137, EM GOIÂNIA.

(Criada pela Resolução nº 184/87)

Autoria: Senador Iram Saraiva e outros senadores

Instalação: 25 de novembro de 1987

Nº de membros: 9 (nove), designados em 18 de novembro de 1987

Prazo: até 30 de março de 1988

Prorrogação do prazo:

Ofício nº 11/88, por 90 dias — até 28 de junho de 1988

Requerimento nº 101/88, por 90 dias — até 28 de outubro de 1988

Requerimento nº 182/88, por 90 dias — até 28 de março de 1989

Composição

PMDB

Titulares

Iram Saraiva — Presidente
José Ignácio Ferreira
Dirceu Carneiro
Jutahy Magalhães
José Paulo Bisol
Severo Gomes

Suplentes

Almir Gabriel
Nelson Carneiro
Alfredo Campos
Wilson Martins

PFL

Odacir Soares — Relator
Lourival Baptista — Vice-Presidente

João Menezes

Pequenos partidos

Mário Maia — PDT

Depoimentos prestados perante a comissão:

10-3 — Dr. Rex Nazaré Alves
17-5 — Dr. Licínio Marcelo Seabra

f) DESTINADA A INVESTIGAR, EM PROFUNDIDADE, AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES, INCLUSIVE CORRUPÇÃO, NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

(Criada pela Resolução nº 22/88)

(alterada pela Resolução nº 28/88)

Autoria: Senador Carlos Chiarelli e outros senadores

Instalação: 10 de fevereiro de 1988

Nº de membros: 11 (onze), designados em 2 de fevereiro de 1988

Prazo: até 26 de abril de 1988

Prorrogação do prazo:

Resolução nº 36/88, por 90 dias — até 26 de agosto de 1988

Requerimento nº 48/88, por 40 dias — até 5 de outubro de 1988

Requerimento nº 53/88, por 20 dias — até 25 de outubro de 1988

Requerimento nº 136/88, por 30 dias — até 24 de novembro de 1988

Resolução nº 158/88, por 12 dias — até 7 de dezembro de 1988

Composição

PMDB

Titulares

Mendes Canale
Jutahy Magalhães
Mansueto de Lavor
José Ignácio Ferreira — Presidente
José Paulo Bisol
Severo Gomes

Suplentes

Chagas Rodrigues
José Fogaça
Cid Sabóia de Carvalho
Nelson Wedekin

PFL

Carlos Chiarelli — Relator
José Agripino Maia (**)

Marcondes Gadelha (*)

Pequenos partidos

Maurício Correa — PDT
Affonso Camargo — PTB

Itamar Franco — Vice-Presidente
(sem partido)
Carlos Alberto — PTB

(*) Em 1-6-88, substituído pelo Senador Alexandre Costa que, por sua vez, é substituído, em 7 de novembro, pelo Senador Edison Lobão, sendo este substituído, em 29 de novembro, pelo Senador Odacir Soares.

(**) Em 7-11-88, substituído pelo Senador Alexandre Costa.

Depoimentos prestados perante esta Comissão:

- 25- 2 — Dr. José Gomes Graciosa
- 26- 2 — Dr. Romeu Tuma
- 2- 3 — Dr. Gilson Reis
- 4- 3 — Dr. Michal Gartenkraut
- 8- 3 — Dr. Lúcio Veríssimo Machado de Souza
- 10- 3 — Sr. Alencar Guimarães de Carvalho
Sr. Sergio Menin Teixeira de Souza
- 18- 3 — Sr. Sergio Menin Teixeira de Souza
- 22- 3 — Dr. Antonio Augusto dos Reis Veloso
- 28- 3 — Coronel Walter Félix
- 29- 3 — Dr. Anibal Teixeira de Souza
- 8- 4 — Dr. Anibal Teixeira de Souza
- 12- 4 — Dr. João Sayad
- 14- 4 — Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira
- 18- 4 — Dr. Dílson Funaro
- 19- 4 — Dr. Cid Heráclito de Queiroz
- 4- 5 — Dr. Andrea Calabi
— Dr. Celso Luiz Host
— Dr. Hermógenes Valter Braido
— Dr. Ubirajara Garcia
— Dr. Alvaro Tunes Soares
— Dr. Filinto de Almeida Teixeira
- 9- 5 — Dr. José Luiz Escanhoela
— Dr. José Luiz Soler de Camargo
— Dr. Antonio Claudiney Boni
- 10- 5 — Sr. Victor José Batista
— Sr. Antonio Sergio Batista
— Dr. Acácio Batista Silveira
- 16- 5 — Dr. Alcione Serafim de Santana
- 23- 5 — Dr. Maurício Monteiro Sant'Anna
- 24- 5 — Dr. Claudio Fonteles
- 31- 5 — Sr. Richard Klien
- 7- 6 — Dr. Marcelo Overbug
— Dr. José Tavares de Araújo
- 8- 6 — Dr. Edison Martins Areias
- 9- 6 — Dr. Michael Broad
— Comandante José Carlos de Franco Abreu
- 13- 6 — Dr. Washington Barbeito Vasconcelos
- 16- 6 — Dr. Elmo Serejo Farias
- 20- 6 — Dr. Paulo Sergio de Melo
- 22- 6 — Dr. Márcio João de Andrade
- 23- 6 — Almirante Alfredo Rutter
- 27- 6 — Comandante Murilo Rubens Habbema
- 28- 6 — Dr. Cloraldino Soares Severo
- 3- 8 — Dr. Camilo Calazans de Magalhães
- 4- 8 — Dr. Jorge Murad
- 8- 8 — Dr. José Reinaldo Tavares
- 5- 9 — Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence
- 12- 9 — Dr. Mailson Ferreira da Nóbrega
- 16- 9 — Dr. Jader Barbalho
- 12-10 — Dr. José Saulo Ramos

g) DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE FRAUDE NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS, POR EMPRESAS MULTINACIONAIS E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA ATUAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO PAÍS, INCLUSIVE A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR E A DESMESURADA ELEVAÇÃO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS.

(Criada pela Resolução nº 42/88)

Autoria: Senador Nelson Wedekin e outros senadores

Instalação: 21 de setembro de 1988

Nº de Membros: 9 (nove) designados em 12 de setembro de 1988

Prazo: 90 (noventa) dias — até 31-10-88

Prorrogação do prazo: Resolução nº 154/88, por 180 dias — até 29-6-89

Composição

PMDB

Titulares

Leite Chaves — Relator
Almir Gabriel
Francisco Rollemberg
Severo Gomes

Suplentes

Ronaldo Aragão
Nelson Wedekin
Leopoldo Peres

PFL

Divaldo Suruagy — Presidente
João Lobo

Álvaro Pacheco

Pequenos Partidos

José Paulo Bisol — PSDB
Afonso Sancho — PDS
Louremberg Nunes Rocha — PTB

Pompeu de Sousa — PSDB
Jamil Haddad — PSB

Depoimentos prestados perante a Comissão:

6-10 — Professor Kurt Politzer

21-11 — Sr. João Luiz Ferreira Soares
Sr. Roberto Teixeira

I.3.3 — COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

a) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS SOBRE A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO.

(Criada pelo Requerimento nº 17/87)

Autoria: Líderes do PMDB — PFL — PDS — PSB e PDT

Instalação: 14 de abril de 1987

Nº de membros: 9 (nove), designados em 6 de abril de 1987

Prazo: até 16 de maio de 1988

Prorrogação do prazo: Resolução nº 37/88, por 120 dias — até 24-10-88

Resolução nº 156/88, por 45 dias — até 8-12-88

Requerimento nº 210/88, por 90 dias — até 8-5-89

Composição

PMDB

Titulares

Aluizio Bezerra

Leopoldo Peres

Raimundo Lira

Ronan Tito

Fernando Henrique Cardoso — Relator

Suplentes

Leite Chaves

Teotônio Vilela Filho

Affonso Camargo

PFL

Carlos Chiarelli — Presidente

Odacir Soares

Jorge Bornhausen

Pequenos Partidos

(*) Virgílio Távora — Vice-Presidente — PDS

Jamil Haddad — PSB

Itamar Franco (sem partido)

(*) — 8-6-88 — indicado o Senador Roberto Campos a fim de preencher a vaga ocorrida com o falecimento do Senador Virgílio Távora.

b) DESTINADA A LEVANTAR O GRAU DE ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS NO ENDIVIDAMENTO EXTERNO E INTERNO DO PAÍS.

(Criada pelo Requerimento nº 73/87)

Autoria: Senador Irapuan Costa Júnior e outros senadores

Instalação: 18 de setembro de 1987

Nº de membros: 7 (sete), designados em 31 de agosto de 1987

Prazo: até 29 de maio de 1988

Prorrogação do prazo: Requerimento nº 46/88, por 90 dias — até 28-9-88

Requerimento nº 136/88, por 90 dias — até 27-2-89

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Irapuan Costa Júnior — Presidente
Chagas Rodrigues
José Fogaça
Dirceu Carneiro

Nabor Júnior
Rachid Saldanha Derzi
Mansueto de Lavor

PFL

Divaldo Suruagy — Relator
José Agripino Maia

Odacir Soares

Pequenos Partidos

(*) Antônio Farias — Vice-Presidente — PMB (**) Virgílio Távora — PDS

(*) falecido em 13 de abril
(**) falecido em 13 de junho

c) DESTINADA a APURAR DENÚNCIA DO DEPUTADO GERSON PERES FORMULADA CONTRA O SR. JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, POR CRIME DE RESPONSABILIDADE.

(Art. 401 do Regimento Interno)

Designação da Comissão: 23 de março de 1988

Nº de membros: 1/4 da composição do Senado — 18 membros

Instalação: 5 de abril de 1988

Prazo: até 15 de abril de 1988

Parecer nº 2/88, lido na sessão de 19 de abril de 1988, realizada às 10:30 horas e publicado no **DCN** (Seção II), de 20 do mesmo mês.

Composição

PMDB

Albano Franco
Cid Sabóia de Carvalho — Relator
Nelson Carneiro
Severo Gomes
Nelson Wedekin
Ronaldo Aragão

Alfredo Campos
Wilson Martins
Márcio Lacerda
Chagas Rodrigues
Teotônio Vilela Filho

PFL

João Menezes — Presidente
João Lobo

Odacir Soares
Edison Lobão

Pequenos Partidos

Maurício Corrêa — PDT
Jamil Haddad — PSB
Affonso Camargo — PTB

Obs.: O parecer conclui que a denúncia não satisfaz os requisitos do art. 43 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo, não devendo, portanto, ser a matéria objeto de deliberação.

I.3.4 — COMISSÃO ESPECIAL MISTA

DESTINADA A PROGRAMAR A COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA PRIMEIRA CARTA REPUBLICANA NO PAÍS.

(Criada pelo Requerimento nº 712/83)

Autoria: Senador Marco Maciel

Nº de membros: 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados, designados em 8 de agosto de 1983

Instalação: em 15 de setembro de 1983

Prazo: até 18 de novembro de 1988

Composição

Senadores

Deputados

PMDB

Luiz Viana
Fernando Henrique Cardoso
João Calmon

Israel Dias-Novaes
Virgildásio de Sena

PFL

Lourival Baptista — Presidente

Pequenos Partidos

Roberto Campos — PDS

Bocayuva Cunha — PDT
Gastone Righi — PTB

Extinta por decurso de prazo. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art. 63, cria Comissão, integrada por membros dos Três Poderes, para o mesmo fim objeto da presente Comissão.

I.3.5 — COMISSÕES ESPECIAIS CRIADAS PARA EXAME DE PROJETOS DE CÓDIGO

a) CONSTITUÍDA PARA EXAME DE PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118/84 (nº 634/75, NA CASA DE ORIGEM), QUE INSTITUI O CÓDIGO CIVIL.

Composição		
PMDB		
Titulares		Suplentes
José Ignácio Ferreira		Alfredo Campos
Cid Sabóia de Carvalho		
Nelson Carneiro		
Luiz Viana		
PFL		
Carlos Chiarelli		
Odacir Soares		
Pequenos Partidos		
Maurício Correa — PDT		João Castelo — PDS

b) CONSTITUÍDA PARA EXAME DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175/84 (nº 1.655/83, NA CASA DE ORIGEM), QUE INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Composição		
PMDB		
Titulares		Suplentes
José Ignácio Ferreira		Alfredo Campos
PFL		
João Menezes		
Odacir Soares		
Pequenos Partidos		
		João Castelo — PDS

c) CONSTITUÍDA PARA EXAME DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277/86, QUE INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Autoria — Senador Cid Sampaio

Composição		
PMDB		
Titulares		Suplentes
Jutahy Magalhães		
Fernando Henrique Cardoso		
Alfredo Campos		Albano Franco
PFL		
José Agripino		
(*) Odacir Soares		João Lobo
Pequenos Partidos		
Affonso Camargo — PTB		
Jamil Haddad — PSB		
Itamar Franco (sem partido)		Carlos Alberto — PTB

(*) designado em 29 de novembro

I.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

I.4.1 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Projeto de Decreto Legislativo	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Afonso Camargo	1	1	—	2	—	—	—
Afonso Arinos	—	—	—	1	—	1	—
Afonso Sancho	—	—	—	1	—	—	1
Alaor Coutinho	—	—	—	1	—	—	—
Albano Franco	—	—	—	—	—	1	—
Alexandre Costa	—	—	—	1	—	—	—
Alfredo Campos	2	—	—	9	—	1	9
Almir Gabriel	—	—	—	1	—	—	—
Aluízio Bezerra	—	—	—	3	—	1	—
Álvaro Pacheco	1	—	—	—	—	1	—
Aureo Mello	—	—	—	9	—	21	18
Carlos Alberto	—	—	—	2	—	1	—
Carlos Chiarelli	2	—	—	1	—	3	9
Carlos De'Carli	1	—	—	2	—	—	3
Chagas Rodrigues	—	—	—	1	—	—	—
Cid Sabóia de Carvalho	3	—	—	20	—	6	1
Dirceu Carneiro	—	—	—	1	—	3	—
Divaldo Suruagy	—	—	—	5	—	1	—
Edison Lobão	2	—	—	6	—	3	3
Fernando Henrique Cardoso	2	—	2	—	—	2	1
Francisco Rollemberg	26	—	—	2	—	1	1

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Projeto de Decreto Legislativo	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Gastão Müller	—	—	—	1	—	—	—
Gerson Camata	1	—	—	—	—	3	6
Guilherme Palmeira	—	—	—	—	—	—	1
Humberto Lucena	—	1	—	—	—	2	6
Iram Saraiva	5	—	—	6	—	3	9
Irapuan Costa Júnior	—	—	—	—	—	3	—
Itamar Franco	3	—	—	5	—	4	—
Jamil Haddad	3	—	—	12	—	7	12
Jarbas Passarinho	4	—	—	1	—	2	1
João Calmon	—	—	—	3	1	—	—
João Castelo	—	—	—	2	—	—	—
João Lobo	—	—	—	1	—	1	—
João Menezes	2	—	—	2	—	9	9
Jorge Bornhausen	—	—	—	—	—	1	1
José Agripino	—	—	—	2	—	—	1
José Fogaça	—	—	—	3	—	—	—
José Ignácio Ferreira	—	—	—	1	—	5	—
José Paulo Bisol	—	—	—	3	—	—	1
José Richa	—	—	—	1	—	—	—
Jutahy Magalhães	2	1	—	9	—	10	2
Lavoisier Maia	—	—	—	—	—	3	—
Leite Chaves	1	—	1	8	—	5	3
Leopoldo Peres	1	—	—	10	—	6	3
Lourenberg Nunes Rocha	—	—	—	3	—	—	—
Lourival Baptista	—	—	—	4	—	2	1
Luiz Viana	—	—	—	3	—	2	—
Mansueto de Lavor	—	—	—	3	—	2	—
Marco Maciel	8	—	—	—	—	—	2
Marcondes Gadelha	1	—	—	—	—	5	1
Mário Maia	—	—	—	6	1	5	—
Maurício Correa	2	—	1	13	—	2	11
Mauro Benevides	2	—	—	1	—	1	2
Mauro Borges	—	—	—	3	—	—	—
Meira Filho	—	—	—	15	—	—	—
Mendes Canale	1	—	—	—	—	3	—
Nabor Júnior	1	—	—	9	—	—	—
Nelson Carneiro	17	—	—	24	—	6	2
Nelson Wedekin	—	—	—	2	—	2	—

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Projeto de Decreto Legislativo	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Ney Maranhão	3	—	—	10	—	1	1
Odacir Soares	3	—	—	2	—	—	6
Pompeu de Sousa	1	—	—	16	—	—	1
Rachid Saldanha Derzi	—	—	—	1	—	11	5
Raimundo Lira	—	—	—	2	—	1	—
Roberto Campos	—	—	—	—	1	1	15
Ronaldo Aragão	—	—	—	3	—	1	—
Ronan Tito	2	—	—	5	—	15	—
Rubens Vilar	—	—	—	5	—	—	—
Ruy Bacelar	2	—	—	1	—	11	—
Severo Gomes	—	2	3	—	—	1	—
Teotônio Vilela Filho	—	—	—	—	—	1	—
Wilson Martins	—	—	—	10	—	—	—

I.4.2. — PRONUNCIAMENTOS

	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de Votação	Questão de Ordem
Affonso Camargo	2	4	—	3	—
Afonso Arinos	1	7	1	—	—
Afonso Sancho	7	11	—	—	—
Albano Franco	9	4	—	—	—
Alexandre Costa	1	5	—	—	—
Alfredo Campos	9	3	—	—	—
Almir Gabriel	3	—	—	—	—
Alúzio Bezerra	3	11	1	—	—
Álvaro Pacheco	1	—	—	—	—
Aureo Mello	10	18	—	2	2
Carlos Alberto	5	4	—	2	—
Carlos Chiarelli	4	14	3	2	2
Carlos De'Carli	2	—	—	—	—
Chagas Rodrigues	—	22	6	7	—
Cid Sabóia de Carvalho	6	32	7	6	6
Dirceu Carneiro	5	5	—	1	1
Divaldo Suruagy	5	30	2	—	—
Edison Lobão	10	12	6	3	4
Fernando Henrique Cardoso	7	19	3	4	1
Francisco Rollemberg	32	7	—	—	—
Gonzaga Jaime	3	—	—	—	—
Gerson Camata	—	2	2	1	—
Guilherme Palmeira	1	—	—	—	—
Humberto Lucena	1	—	—	—	—
Iram Saraiva	6	2	—	1	—
Irapuan Costa Júnior	1	—	—	—	—
Itamar Franco	12	11	7	4	9
Jamil Haddad	20	23	10	8	3
Jarbas Passarinho	8	27	4	1	4

	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de Votação	Questão de Ordem
João Calmon	5	5	—	—	—
João Castelo	—	1	—	—	—
João Lobo	—	19	—	—	—
João Menezes	12	39	3	13	5
José Agripino	1	5	—	—	1
José Fogaça	4	9	1	1	—
José Ignácio Ferreira	8	6	—	3	—
José Paulo Bisol	—	5	1	1	1
José Richa	—	2	—	—	—
Jutahy Magalhães	43	37	7	12	6
Lavoisier Maia	5	1	—	—	—
Leite Chaves	8	35	8	4	3
Leopoldo Peres	1	20	—	2	—
Luiz Piahuyllino	2	—	—	—	—
Lourenberg Nunes Rocha	—	1	—	—	—
Lourival Baptista	41	5	—	—	—
Luiz Viana	5	11	—	1	—
Mansueto de Lavor	5	13	—	—	1
Márcio Lacerda	—	2	—	—	—
Marco Maciel	22	7	—	—	—
Marcondes Gadelha	5	18	—	4	8
Mário Covas	—	1	—	—	—
Mário Maia	21	13	4	1	—
Maurício Correa	6	3	6	3	—
Mauro Benevides	15	26	1	3	1
Mauro Borges	7	6	—	—	—
Meira Filho	1	2	—	—	—
Mendes Canale	—	1	—	—	—
Nabor Júnior	4	9	1	—	1
Nelson Carneiro	26	48	10	4	3
Nelson Wedekin	13	7	—	—	—
Ney Maranhão	17	19	—	—	—
Odacir Soares	17	6	—	—	1
Olavo Pires	1	—	—	—	—
Pompeu de Sousa	6	33	2	—	1
Rubens Vilar	1	1	—	—	—
Rachid Saldanha Derzi	3	20	—	3	—
Raimundo Lira	1	4	1	—	—

	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de Votação	Questão de Ordem
Roberto Campos	2	2	3	2	1
Ronaldo Aragão	4	1	—	—	2
Ronan Tito	8	30	6	9	3
Ruy Bacelar	14	11	—	1	1
Severo Gomes	1	5	—	1	—
Teotônio Vilela Filho	4	—	—	—	—
Wilson Martins	—	3	—	—	—
Virgílio Távora	2	—	—	—	—

I.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

I.5.1 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/62 (tramita em conjunto com o PLC nº 118/84)	Afrânio Lages	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	
154/75 (Complementar)	Luiz Cavalcante	Altera as Leis Complementares nºs 7/70 e 8/70, com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares n.ºs 17/73 e 19/74; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT), e dá outras providências.	
276/76 (tramita em conjunto com o PLC nº 118/84)	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	
183/77 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei Complementar nº 26/75.	
269/77 (Complementar)	Osires Teixeira	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-Lei nº 406/68.	
305/77 (Complementar)	Itamar Franco	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 91 e acrescenta §§ à Lei nº 5.172/66 — Código Tributário Nacional.	
128/78 (Complementar — tramita em conjunto com os PLS nºs 153, 159, 252, 330/78 e 50 e 152/79)	Vasconcelos Torres	Determina que o pagamento do PIS/Pasep seja efetuado através de cheques bancários.	
153/78 (Complementar, Vide PLS nº 128/78)	Franco Montoro	Permite aos assalariados a utilização do PIS/Pasep para custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	
159/78 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simpies pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pasep.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
252/78 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26/75, que dispõe sobre o PIS/Pasep, para o fim de autorizar a concessão de empréstimo simples aos participantes do Fundo.	
330/78 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários na administração do PIS/Pasep. Dispõe sobre a descentralização do PIS/Pasep e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS/Pasep serão aplicados preferencialmente no financiamento da produção de alimentos, vestuário, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	
50/79 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o Programa de Integração Social — PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pasep.	
53/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 6.179, de 1974, que institui amparo previdenciário para os maiores de 70 anos e para os inválidos.	
152/79 (Complementar. Vide PLS nº 128/78)	Franco Montoro	Permite aos assalariados a utilização do PIS/Pasep para custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seu dependente.	
196/79 (Complementar)	Franco Montoro	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 21 de dezembro de 1971.	
238/79	Franco Montoro (sobrestado)	Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10%.	
262/79 (tramita em conjunto com o PLC nº 68/79)	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle de capital de empresa nacional para pessoa jurídica estrangeira.	
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.	
153/80 (Complementar)	Franco Montoro	Estabelece que o PIS/Pasep terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	
217/80 (Complementar)	Henrique Santillo	Faculta aos participantes do Fundo de Participação do PIS/Pasep a utilização do saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.	
298/80 (Complementar)	Amaral Furlan	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971.	
305/80 (Complementar)	Humberto Lucena	Altera a Lei Complementar nº 26, de 1975.	
25/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a isenção do IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas e fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes, produtos repelentes odoríficos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências.	
71/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-Lei nº 594, de 1969, que institui a Loteria Esportiva.	
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo e dá outras providências.	
90/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	
97/81	Humberto Lucena (Complementar)	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 1970.	
110/81	Jutahy Magalhães (Ver PLS 118/84)	Dá nova redação ao § 2º do art. 539 do Código Civil.	
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	
160/81	Nelson Carneiro (Complementar — tramita em conjunto com o PLS nº 48/83)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural).	
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicáveis na compra de ações e debêntures conversíveis em ações, mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-Lei nº 157, de 1967.	
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassis nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), para o fim de dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	
255/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o Prorural.	
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S.A. — Embrafilme, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta-metragem nas programações das estações de televisão.	
260/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
286/81 (Complementar)	Franco Montoro	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo do PIS/Pasep para a aquisição ou construção de casa própria.	
287/81 (Complementar)	Lázaro Barboza	Altera a Lei Complementar nº 26, de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS/Pasep para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.	
293/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o Prorural.	
309/81 (Complementar)	Franco Montoro	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	
312/81 Nelson Carneiro (Complementar — tramita em conjunto com os PLS nºs 342/81 e 162/83)		Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	
339/81 (Complementar)	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep.	
342/81 Nelson Carneiro (Complementar — Vide PLS nº 312/81)		Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	
379/81 (Complementar)	José Richa	Dispõe sobre a remoção na Magistratura de carreira dos Estados e dá outras providências.	
1/82 Nelson Carneiro (Complementar — tramita em conjunto com os PLS n.ºs 105/82 e 12/83)		Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviço de saúde.	
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	
75/82	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 552 do Código de Processo Civil.	
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância benzeno, da palavra “veneno” e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.	
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios da Vara Cível a fazerem comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	
105/82 Nelson Carneiro (Complementar — vide PLS nº 1/82)		Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
114/82	Eunice Michiles	Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de dois anos.	
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	
122/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o Prorural.	
124/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que institui o Prorural.	
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.	
150/82 (Complementar)	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que dispõe sobre a remuneração de vereadores.	
158/82 (Complementar)	Itamar Franco	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei, e dá outras providências.	
164/82 (Complementar)	Itamar Franco	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	
204/82	Gastão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais, venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros, e dá outras providências.	
10/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 6º, caput , da Lei nº 5.107, de 1966, elevando de 10 para 50 o percentual nele previsto e referente à complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a cargo da empresa, pela rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.	
11/83	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	
12/83 (Complementar — Vide PLS nº 1/82)	Nelson Carneiro	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar de 1971, que institui o Prorural.	
29/83	Gastão Müller	Limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.	
48/83 (Complementar — Vide PLS nº 160/81)	Álvaro Dias	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — Prorural.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
49/83 (Complementar)	Alvaro Dias	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	
58/83	Murilo Badaró	Dispõe sobre cobrança de multas pelas concessionárias de serviço público.	
66/83	Passos Pôrto	Institui o Projeto Nordeste e dá outras providências.	
98/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	
121/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep.	
129/83	Gastão Müller	Obriga os passageiros e tripulantes de embarcações a usar colete salva-vidas durante as travessias fluviais e lacustres.	
133/83	Roberto Campos	Reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio-desemprego.	
134/83	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial e dá outras providências.	
135/83	Roberto Campos	Cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.	
136/83	Roberto Campos	Autoriza a delegação de atividade de previdência social a empresas privadas.	
137/83	Roberto Campos	Cria nas empresas privadas, como alternativa à dispensa de empregados, a disponibilidade remunerada e dá outras providências.	
140/83	Roberto Campos	Favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.	
141/83	Roberto Campos	Agiliza as reduções de jornada de trabalho e conseqüentes de salários para evitar dispensa de pessoal.	
142/83	Roberto Campos	Regulariza, sem aumento de incidência, o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.	
144/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado e dá outras providências.	
145/83 (Complementar)	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep, visando possibilitar que os seus depósitos sejam utilizados na aquisição da casa própria.	
160/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o Prorural.	
162/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.	
165/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.	
176/83	Hélio Gueiros	Estabelece a garantia da estabilidade para todos os empregados.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
178/83	Gastão Müller	Veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais e dá outras providências.	
185/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a cobertura da apólice de seguro habitacional.	
187/83	Passos Pôrto	Estabelece normas de uso do solo agrícola.	
189/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a antecipação parcelada da gratificação salarial e respectiva correção monetária e dá outras providências.	
192/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-Pasep, para o fim de determinar que os trabalhadores desempregados não sejam excluídos do direito à retirada anual prevista no § 3º do art. 4º	
193/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.	
198/83 (Complementar)	Mauro Borges	Estabelece a região metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.	
205/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-Pasep.	
230/83 (Complementar)	Gastão Müller	Revoga a Lei Complementar nº 28, de 1975, e dá outras providências.	
232/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana, bem como a legislação do seguro de acidentes do trabalho e dá outras providências.	
252/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.	
256/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu o PIS.	
271/83 (Complementar) (Tramita em conjunto com o PLS nº 85/84)	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o levantamento de recursos do PIS-Pasep para aquisição da casa própria.	
292/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.	
13/84	Comissão Especial	Estabelece normas sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional, revoga o Decreto-Lei nº 898, de 1969, e dá outras providências.	
20/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo.	
29/84	Passos Pôrto	Inclui, no polígono das secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.	
48/84	Roberto Campos	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
51/84	Humberto Lucena (Complementar — Tramita em conjunto com o PLS nº 132/84)	Dá nova redação aos arts. 4º, inciso X, e 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 25, de 1975, alterada pela Lei Complementar nº 45, de 1983, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.	
62/84	Gastão Müller	Habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção e dá outras providências.	
63/84	Albano Franco	Dispõe sobre as Letras Comerciais.	
75/84	Gastão Müller	Acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	
80/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da CLT, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho.	
85/84	Nelson Carneiro (Complementar) — vide PLS nº 271/83	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, com vistas a permitir a utilização dos depósitos do PIS-Pasep na amortização de empréstimos para a casa própria.	
91/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público e da atividade privada, para efeito de aposentadoria pelo INPS.	
98/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Dispõe sobre isenção do tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19 da Constituição Federal.	
107/84	Gastão Müller	Proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.	
111/84	Gastão Müller	Estabelece o Seguro-Fiança como garantia indiscutível e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais e dá outras providências.	
114/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília.	
132/84	Henrique Santillo (Complementar) — vide PLS nº 51/84	Altera o inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 25, de 1975, com a alteração introduzida pela Lei Complementar nº 38, de 1979.	
147/84	Nelson Carneiro	Atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.	
150/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.771, de 1965, com vistas ao estabelecimento de mais restrições ao desmatamento.	
152/84	Gastão Müller	Torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam a apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo Sindicato dos Aeronautas.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
157/84	Gastão Müller	Proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.	
167/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Estatística, a produção de informações estatísticas e dá outras providências.	
177/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, com vistas a atribuir à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relacionadas com o PIS, bem como a fixar prazo de prescrição para reclamar direitos nesse campo.	
180/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-Pasep, com vistas a permitir a utilização do saldo das contas individuais, no caso que especifica.	
187/84	Gastão Müller	Dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.	
193/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-Pasep, para o fim de permitir a movimentação da conta individual, na situação que especifica.	
194/84	Gastão Müller	Torna obrigatório o laudo de peritos da Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional nas obras de arte e dá outras providências.	
227/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Autoriza a movimentação das contas individuais do PIS-Pasep, pelos participantes que especifica, durante tempo certo.	
231/84	Gastão Müller	Dispõe sobre a extração e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.	
235/84	Henrique Santillo	Substitui no texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e nos artigos onde constar o termo Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo.	
244/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Isenta de encargos fiscais as transmissões imobiliárias que especifica.	
246/84 (Complementar)	Raimundo Parente	Altera a redação do art. 7º da Lei Complementar nº 1, de 1967, modificada pelas Leis Complementares nºs 28, de 1975; 32, de 1977; 33, de 1978, e 46, de 1984.	
250/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.	
10/85 (Complementar)	Afonso Camargo	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1982, que altera a Lei Complementar nº 5, de 1970, que estabeleceu casos de inelegibilidade.	
14/85 (Complementar)	Fábio Lucena	Restringe a exigência do art. 6º da Lei Complementar nº 1, de 1967.	
19/85 (Complementar)	Odacir Soares	Cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
44/85 (Complementar)	Carlos Chiarelli	Altera a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que regula o Programa de Integração Social — PIS, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pasep.	
64/85 (Complementar)	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias o material fotográfico nacional.	
91/85 (Complementar)	Carlos Alberto	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), com vistas a facultar a movimentação das contas individuais no caso de calamidade pública, decorrente de enchente ou inundação.	
95/85 (Complementar)	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, alterada pela Lei Complementar nº 16, de 1973, e dá outras providências.	
105/85	Jutahy Magalhães	Cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, e dá outras providências.	
106/85	Gastão Müller	Institui a Semana Nacional da Democracia, cujo Patrono é Tancredo de Almeida Neves.	
122/85 (Complementar)	Carlos Alberto	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para o fim de permitir, ao titular de conta individual, o recebimento do respectivo saldo, na hipótese de desemprego involuntário.	
127/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis n.ºs 3.502, de 1958, e 3.164, de 1957, a outros casos que especifica, e dá outras providências.	
154/85	Gastão Müller	Denomina Rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.	
182/85	Virgílio Távora	Altera o “caput” do art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	
184/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 11, de 1971, com vistas a atribuir aos sindicatos a competência para comprovar a condição de trabalhador rural de pretendente a benefício do Prorural.	
202/85 (Complementar)	Heráclito Rollemberg	Altera o Código Tributário.	
208/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu o PIS, de modo a determinar que reverta em favor do trabalhador prejudicado a multa aplicada ao empregador por omissão dolosa ou declaração falsa.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
216/85	Gastão Müller	Modifica o "caput" do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor.	
220/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que estabelece critérios e limites para fixação da remuneração dos vereadores, com vistas a determinar um piso para tal remuneração.	
231/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Florestal, e dá outras providências.	
232/85	Gastão Müller	Torna isenta de custas judiciais e cartorárias a ação ou contestação judicial de qualquer natureza, visando a preservação do meio ambiente.	
254/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, concedendo o direito de saque do Fundo PIS-Pasep a todos os participantes casados, mesmo que o casamento tenha sido realizado anteriormente.	
275/85 (Complementar)	Raimundo Parente	Isenta do Imposto Predial os promitentes compradores de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.	
280/85	Poder Executivo DF	Concede ao Dr. Plínio Catanhede, ex-Prefeito do Distrito Federal, um subsídio mensal e vitalício e dá outras providências.	
289/85	Jutahy Magalhães	Altera a base de cálculo e alíquotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, de que trata o Decreto-Lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980, e dá outras providências.	
309/85	Heráclito Rollemberg	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — Funabei, e dá outras providências.	
311/85 (Complementar)	Jorge Kalume	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).	
317/85	Gastão Müller	Altera o art. 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.	
319/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo e dá outras providências.	
320/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aviários, nas funções que especifica.	
337/85 (Complementar)	Enéas Faria	Dispõe sobre o subsídio de vereadores e dá outras providências.	
352/85	Nivaldo Machado	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 1978, para o fim de permitir a transferência de pensão especial, devida a ex-combatente, a dependentes específicos, e a acumulação desta com a pensão previdenciária.	
353/85	Nivaldo Machado	Isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra e dá outras providências.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
358/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a profissão de Zootecnista.	
360/85	Gastão Müller	Retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.	
363/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.	
367/85	Gastão Müller	Fixa o valor da taxa de inscrição e expediente cobrada pelo agente financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.	
373/85	Gastão Müller	Obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.	
376/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a referência obrigatória às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.	
378/85	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.277, de 10-12-84, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1985.	
22/86 (Complementar)	Aloysio Chaves	Extingue a candidatura nata e a sublegenda nas eleições para o Senado Federal.	
23/86 (Complementar)	Alvaro Dias	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1º de fevereiro de 1982.	
24/86 (Complementar)	Odacir Soares	Altera o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).	
32/86	Gastão Müller	Acrescenta parágrafo ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.063, de outubro de 1983, que dispõe sobre a regulamentação para execução de serviços de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências.	
47/86 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-Pasep.	
80/86	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.426, de 17 de dezembro de 1985, alterada pelo Decreto nº 9.320, de 14 de março de 1986, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1986.	
88/86	Gastão Müller	Institui o salário profissional do músico.	
98/86	Cesar Cals	Regula a sistemática de registro e controle do transporte rodoviário, a granel, de álcool para fins de combustíveis e de derivados de petróleo para fins energéticos, exceto GLP.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
99/86	Severo Gomes	Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.	
108/86	Gastão Müller	Cria a Residência Fonoaudiológica para os formandos em Fonoaudiologia e dá outras providências.	
109/86	Jutahy Magalhães	Faculta aos herdeiros a compensação do Imposto de Renda lançado contra espólio.	
111/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a inclusão da licença-prêmio nas declarações de rendimentos do Imposto de Renda.	
113/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudo de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários.	
114/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o calendário escolar nas zonas rurais e determina outras providências.	
115/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o Sistema Financeiro de Habitação.	
120/86	Gastão Müller	Dispõe sobre o direito de preferência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões e dá outras providências.	
124/86	Passos Pôrto	Autoriza o servidor civil da União a indicar pessoa que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão e dá outras providências.	
127/86	Passos Pôrto	Altera disposições da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoaudiólogo.	
129/86	Passos Pôrto	Dispõe sobre a proteção do trabalho do empregado em serviços domésticos e dá outras providências.	
131/86 (Complementar)	Alfredo Campos	Veda o registro de candidato que não tenha sido submetido à aprovação da Convenção Partidária e dá outras providências.	
150/86	Cesar Cals	Altera o Decreto-Lei nº 1.497, de 20 de dezembro de 1976, que reformula critérios de distribuição das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980.	
158/86	Gastão Müller	Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de posto de serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única agência bancária em determinado município.	
167/86	Gastão Müller	Institui a Residência em Psicologia Clínica, cria a Comissão Nacional de Residência em Psicologia Clínica e estabelece outras providências.	
169/86	Cesar Cals	Altera a legislação da Previdência Social Urbana.	
170/86 (Complementar)	Octávio Cardoso	Altera disposições da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, que tomou o nº 170, de 1986, Complementar.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
181/86	Gastão Müller	Torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos.	
192/86	Cesar Cals	Estabelece percentual mínimo para preenchimento de vagas no serviço público federal, estadual e municipal, por deficientes físicos.	
215/86	Jorge Kalume (Complementar)	Isenta, na forma da lei estadual, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, os veículos automotores quando especificamente adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de dirigir veículos comuns.	
220/86	Cesar Cals	Dispõe sobre a construção de cidades de idosos e dá outras providências.	
221/86	Cesar Cals (Complementar)	Concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre os produtos hortifrutícolas, em geral, gado para abate, carne verde resfriada ou congelada de bovinos, ovinos, suínos e caprinos.	
226/86	Carlos Chiarelli (Complementar)	Acrescenta alínea ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 11, de 1971, e altera a redação do § 2º do mesmo artigo, para assegurar à esposa ou companheira do trabalhador rural a condição de titular de direitos previdenciários.	
230/86	Gastão Müller	Assegura aos contribuintes do Imposto de Renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o art. 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências.	
233/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 396 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	
234/86	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo único ao art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	
235/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os arts. 1º, 3º e 7º da Lei nº 605, de 1949, instituindo em 40 horas semanais a duração máxima do trabalho.	
240/86	Nivaldo Machado (Complementar)	Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis de passageiros adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça.	
245/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.140, de 26 de junho de 1984, dispondo sobre a carga horária do Odontólogo da Previdência Social.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
255/86	Comissão Diretora	Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, que reajusta os vencimentos dos servidores do Senado Federal.	
270/86	Comissão Diretora	Altera dispositivo da Lei nº 7.338, de 8 de julho de 1985.	
275/86	Cesar Cals	Sujeita à apreciação do Senado a escolha dos Presidentes e Diretores de Sociedades de Economia Mista.	
277/86 (Complementar)	Cid Sampaio	Institui um novo Código Tributário Nacional.	
3/87	Iram Saraiva	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.	
4/87	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre as medidas de incentivo e amparo à família, institui o Sistema de Compensações Diferenciais, regula o respectivo Fundo e dá outras providências.	
5/87	Divaldo Suruagy	Revoga o item I do art. 26 da Lei nº 5.682/71, que veda aos titulares de cargos executivos o exercício de funções executivas nos Diretórios Partidários.	
6/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Social Bancário — Sesb, nos moldes do Sesi e Sesc, com as modificações recomendáveis, criados, respectivamente, pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25-6-46 e Decreto-Lei nº 9.853, de 13-9-46.	
7/87	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o treinamento de menores nos estabelecimentos industriais, propiciando-lhes aprendizagem entre os 14 e os 18 anos.	
8/87	Louremberg Nunes Rocha	Dá nova redação ao art. 325 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.	
10/87	Edison Lobão	Altera a Lei nº 6.045, de 16 de maio de 1974 e dá outras providências.	
12/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — Senab, nos moldes do Senai e Senac com as adaptações pertinentes, criados respectivamente pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22-1-42 e Decreto-Lei nº 8.621, de 10-1-46.	
13/87	Poder Executivo DF	Dispõe sobre as cartas-patentes dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	
14/87	Poder Executivo DF	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Datilógrafo, do Grupo Serviços Auxiliares, e dá outras providências.	À sanção
15/87	Francisco Rollemberg	Disciplina a fiscalização do setor de alimentos por qualquer profissional de medicina.	
17/87 (Complementar)	Odacir Soares	Autoriza os empregados a utilizar o saldo do Programa PIS/Pasep, para a aquisição de casa própria.	
18/87	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a presença de técnicos agropecuários no corpo docente das escolas públicas de 1º e 2º graus, localizadas na área rural.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
20/87	Marcondes Gadelha	Dispõe sobre a organização sindical e dá outras providências.	
21/87	Jarbas Passarinho	Obriga as emissoras de televisão a exibir, em suas programações diárias de filmes estrangeiros, pelo menos um filme com legendas em português.	
22/87	Carlos Chiarelli	Altera a legislação tributária federal para revogar incentivos fiscais relativos à exploração de empreendimentos industriais petroquímicos na área de atuação da Sudene e dá outras providências.	
23/87	Carlos Chiarelli	Autoriza o Poder Executivo a estender ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, disposições da Lei nº 7.388, de 23 de outubro de 1985.	
24/87	Irapuan Costa Júnior	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.	
25/87	Marcondes Gadelha	Cria, nos Municípios de Sousa e Antenor Navarro, no Estado da Paraíba, o Parque Nacional do Vale dos Dinossauros e dá outras providências.	A Câmara
26/87	Francisco Rollemberg	Obriga os Cartórios de Registro Civil a comunicarem, por ofício, todo registro de nascimento ao Posto de Saúde da comarca correspondente.	
28/87	Jamil Haddad	Define o crime de tortura e dá outras providências.	
29/87	Jamil Haddad	Acrescenta parágrafo ao art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho.	
30/87	Jamil Haddad (Tramita em conjunto com o PLC nº 175/84)	Altera a redação dos arts. 6º e 23 do Código de Processo Penal.	
32/87	Jamil Haddad	Altera a redação do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	
33/87	Carlos Chiarelli	Cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento, e dá outras providências.	A Câmara
34/87	Jamil Haddad	Dispõe sobre a data do pagamento de salários dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.	
35/87	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre o ensino obrigatório da língua espanhola nos estabelecimentos de primeiro grau.	
36/87	Jamil Haddad	Revoga a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal.	
38/87	Jamil Haddad	Dá nova redação ao caput do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.	
39/87	Mauro Borges	Inclui a Ferrovia Norte/Sul na relação descritiva das ferrovias do Plano Nacional de Viação.	
40/87	Jamil Haddad	Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.	
41/87	Meira Filho	Dispõe sobre compensação do Imposto de Renda que especifica.	

Nº	Autor	Ementa	Resultado
42/87	Leite Chaves (Complementar)	Isenta o fubá de milho do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.	
43/87	Edison Lobão	Institui o sistema oficial de indexação econômica.	
44/87	Francisco Rollemberg	Permite o abatimento das despesas de creche para fins de apuração da renda líquida sujeita ao imposto sobre a renda progressivo.	
48/87-DF	Poder Executivo	Introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	A sanção Veto total
49/87	Jamil Haddad	Dispõe sobre o cálculo de custas em processos trabalhistas e dá outras providências.	
50/87	Edison Lobão	Determina a equalização dos preços de energia elétrica.	
51/87	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a correção monetária do Imposto de Renda retido na fonte pagadora do rendimento.	
1/88	Virgílio Távora	Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e dá outras providências.	
3/88	Dirceu Carneiro	Define limites para as remessas de recursos ao exterior a título de pagamento de serviços de dívida externa brasileira.	
4/88	Jamil Haddad	Dispõe sobre o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências.	
5/88	Carlos Chiarelli	Assegura auxílio financeiro complementar aos segurados da Previdência Social Urbana, aposentados por invalidez.	

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
6/88	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a liberação e aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo e dá outras providências.	Em tramitação
7/88	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a inscrição dos componentes químicos nos rótulos, etiquetas, bulas e embalagens de alimentos, medicamentos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneamentos domissanitários industrializados.	Em tramitação
8/88	Jamil Haddad	Altera o Decreto-Lei nº 5.461, de 25-6-68, que dispõe sobre as contribuições para o ensino profissional marítimo.	Em tramitação
9/88	Nabor Júnior	Dispõe sobre benefícios fiscais do Imposto de Renda, relativo às doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados do Acre e do Rio de Janeiro, em 1988.	A Câmara
10/88	Francisco Rollemberg	Estabelece a obrigatoriedade da inscrição de material reaproveitado ou impróprio para consumo em locais determinados nas embalagens ou rótulos de produtos fabricados com esse material, em qualquer proporção, visando a prevenir a propagação de doenças, e dá outras providências.	Em tramitação
11/88	Affonso Camargo	Dispõe sobre a filiação partidária para as eleições municipais de 1988.	Em tramitação
12/88	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência e funcionamento das Comissões de Infecção Hospitalar nos hospitais do País.	Em tramitação
13/88	Poder Executivo	Aprova a alteração da denominação do Banco Regional de Brasília S/A — BRB, dispõe sobre sua participação no capital de empresas, e dá outras providências.	Em tramitação
14/88	Marcondes Gadelha	Cria a Fundação Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — Fundação Cebrae.	Em tramitação
15/88	Francisco Rollemberg	Estabelece prazo para distribuição dos formulários de declarações de rendimentos e para entrega aos contribuintes dos documentos necessários ao preparo e instrução dessas declarações.	Em tramitação
16/88	Jarbas Passarinho	Revigora, por 180 dias, dispositivo do Decreto-Lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o FGTS às entidades de fins filantrópicos.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
17/88	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan.	Em tramitação
18/88	Carlos Chiarelli	Estabelece critérios para a conversão em cruzados do saldo do imposto de renda a pagar das pessoas físicas abrangidas pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988.	À Câmara
19/88	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a publicação mensal, pelo Denatran, no Diário Oficial da União, da relação de veículos furtados e de veículos apreendidos.	Em tramitação
20/88	Francisco Rollemberg	Fixa limites às instituições financeiras quanto às exigências para abertura e manutenção de contas do sistema de caderneta de poupança.	Em tramitação
21/88	Jutahy Magalhães	Inclui o "cacau em pó" na merenda escolar nas unidades militares e nos programas sociais da União.	Em tramitação
22/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a adoção de temas curriculares versando sobre a educação quanto à necessidade de doação post mortem de órgãos nos cursos de 3º grau e outros profissionalizantes.	Em tramitação
23/88	Jamil Haddad	Faculta aos enfermeiros desempenho remunerado de dois cargos.	Em tramitação
24/88	Francisco Rollemberg	Estabelece a obrigatoriedade de programas de educação ambiental, educação para o trânsito e prevenção do uso indevido de drogas e da criminalidade.	Em tramitação
25/88	Odacir Soares	Proíbe o uso de fumo nos vãos domésticos a bordo de aeronaves comerciais.	Em tramitação
26/88	Edison Lobão	Estabelece normas aplicáveis à sistemática de compras governamentais das indústrias de pequeno porte.	Em tramitação
27/88	Mendes Canale e Márcio Lacerda	Institui medidas de auxílio às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e de incentivo à recuperação da economia das áreas atingidas.	Em tramitação
28/88	Nelson Carneiro	Estabelece a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe, nos casos e condições que especifica.	Em tramitação
29/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos.	Em tramitação
30/88	Leite Chaves	Altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, tornando obrigatório que as emissoras de televisão, ao final das programações diárias, transmitam imagens de crianças desaparecidas ou seqüestradas.	À Câmara
31/88	Marco Maciel	Estabelece a isenção alfandegária à importação de cordeamentos de instrumentos sinfônicos de corda.	Em tramitação
32/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, a cargo da ECT, e dá outras providências.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
33/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a explicitação, na Carteira Nacional de Habilitação, da opção do portador pela condição de ser ou não doador de órgãos para transplante e dá outras providências.	Em tramitação
34/88	Francisco Rollemberg	Veda a cobrança em OTN de valor referente ao mês posterior sobre obrigação cujo vencimento ocorrer em feriado, sábado ou domingo, desde que seja quitada no primeiro dia útil subsequente.	Em tramitação
35/88	Nelson Carneiro Complementar	Introduz modificação na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-Pasep.	Em tramitação
36/88	Ronan Tito	Dispõe sobre a forma de representação dos acionistas minoritários no Conselho de Administração e na Diretoria das companhias abertas e nas de capital autorizado.	Em tramitação
37/88	Francisco Rollemberg	Proíbe o emprego do mercúrio e seus compostos não degradáveis em processos de aglutinação e amalgamação do ouro em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial, estabelece penalidades e dá outras providências.	Em tramitação
38/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre obrigações de proprietários de imóveis não edificadas no Distrito Federal, nas condições que especifica.	Em tramitação
39/88	Marco Maciel	Determina a contagem como tempo de serviço no exterior para todos os fins, os períodos em que o diplomata tenha estado em licença para acompanhar cônjuge no exterior, nos termos da Lei nº 5.887, de 31 de maio de 1973.	Em tramitação
40/88	Nelson Carneiro	Fixa o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau, e dá outras providências.	Em tramitação
41/88	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, estabelecendo novas exigências a serem cumpridas no recibo de pagamento de salários.	Em tramitação
42/88	Nelson Carneiro	Estabelece isenção de pagamento de pedágio para os táxis e transporte de carga.	Em tramitação
43/88	Francisco Rollemberg	Proíbe a produção, comercialização e utilização, em todo o território nacional, de aerossóis que contenham clorofluorcarbono, e dá outras providências.	À Câmara
44/88	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, com vistas a determinar participação de aposentados e representantes de APAE nos órgãos de administração previdenciária que especifica.	Em tramitação
45/88	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que disciplina o exercício da profissão de médico-veterinário.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
46/88	Francisco Rollemberg	Permite o abatimento para fins de apuração da renda líquida sujeita ao imposto sobre a renda progressivo, no exercício de 1989, ano-base de 1988 que dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica e dá outras providências.	Em tramitação
47/88	Marco Maciel	Estabelece normas para a cobrança de laudêmio nas transferências do domínio útil de terrenos da União vinculados a programas habitacionais e dá outras providências.	Em tramitação
48/88	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da CLT, com vistas a assegurar o pagamento das horas em que os ferroviários — mesmo os de estações do interior que realizam serviço intermitente ou de pouca densidade — ficam à disposição da empresa.	Em tramitação
49/88	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
50/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a utilização de robôs nas atividades industriais salubres.	Em tramitação
51/88	Nelson Carneiro	Assigura um dia de folga por mês aos presidentes de associações de classe, para tratar de interesses da entidade, remunerando-se a falta.	Em tramitação
52/88	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos do Código Civil e dá outras providências.	Em tramitação
53/88	Jamil Haddad	Dispõe sobre concursos para livre docência e dá outras providências.	Em tramitação
54/88	Marco Maciel	Dispõe sobre o Ouvidor-Geral e dá outras providências.	Em tramitação
55/88	Comissão do DF	Fixa o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.687, de 13-12-88
56/88	Francisco Rollemberg	Prorroga isenção do imposto de renda incidente sobre juros, dividendos e rendimentos de caderneta de poupança.	Em tramitação
57/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação do art. 3º, caput , da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o FGTS, com a finalidade de estabelecer correção monetária mensal por seus depósitos.	Em tramitação
58/88	Alvaro Pacheco	Prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda.	Em tramitação
59/88	Marco Maciel	Prorroga o prazo de aplicação de incentivos fiscais do imposto sobre a renda para empreendimentos localizados nas áreas da Sudene e da Sudam.	Em tramitação
60/88	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	A Câmara
61/88	Francisco Rollemberg	Introduz dispositivos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, "que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias".	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/88	Poder Executivo DF	Institui o programa de desenvolvimento industrial do Distrito Federal, cria incentivos à incrementação e à expansão das atividades produtivas do setor e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6 - DF, de 29-12-88
63/88	Poder Executivo DF	Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1989.	A sanção Lei nº 3 - DF, de 21-12-88
64/88	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos do Código Civil e altera outros, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.	A Câmara
65/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação do art. 250 do Código Penal Brasileiro, com acréscimo de parágrafo.	Em tramitação
66/88	Jarbas Passarinho	Consolida a legislação sobre atividades dos corretores de navios, com as alterações que contém e revoga o art. 21, seus itens e parágrafo único do Decreto nº 52.090, de 4 de junho de 1963.	Em tramitação
67/88	Alfredo Campos	Garante os benefícios do seguro-desemprego ao pescador profissional durante a piracema, desova e reprodução de peixes.	Em tramitação
68/88	João Menezes	Institui o "Dia Nacional do Fotógrafo Profissional" e oficializa, no Brasil, a comemoração do "Dia Mundial da Fotografia".	Em tramitação
69/88	João Menezes	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo profissional, de técnico em fotografia e dá outras providências.	Em tramitação
70/88	Francisco Rollemberg	Acrescenta artigo ao Capítulo II — "Do tratamento e da recuperação" — da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que "dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica", suprimindo-lhe o art. 16 do Capítulo III — "Dos crimes e das penas" —, discriminando o usuário de drogas dependenciantes e prevendo as medidas cabíveis à sua recuperação psicossocial".	Em tramitação
71/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
72/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
73/88	Carlos De'Carli	Altera a redação do § 4º do art. 1º da Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988, "que altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências".	Em tramitação
74/88	Alfredo Campos	Modifica a redação dos arts. 1º e 2º da Lei nº 3.557, de 17 de maio de 1959, e dá outras providências.	A Câmara
75/88	Nelson Carneiro	Fixa jornada de trabalho semanal à categoria profissional de farmacêutico.	Em tramitação
76/88	Ruy Bacelar	Dispõe sobre o mandado de injunção.	Em tramitação
77/88	Ruy Bacelar	Regulamenta o art. 208, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal, que tratam da obrigatoriedade do ensino.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
78/88	Marco Maciel	Estabelece, na forma do art. 153, § 2º, item II, da Constituição Federal, os termos e limites da imunidade fiscal das pensões e dos proventos percebidos pelos maiores de 65 anos de idade.	Em tramitação
79/88	Ronan Tito	Dispõe sobre o financiamento das atividades agrícolas e pecuárias, e dá outras providências.	Em tramitação
80/88	Tribunal de Contas do DF	Transforma, no Quadro de Pessoal dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, os cargos de técnico de controle externo e auxiliar de controle externo, em igual número de cargos de analista de finanças e controle externo e técnico de finanças e controle externo.	Retirado pelo Autor
81/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia — Finam, e dá outras providências.	Em tramitação
82/88	Marco Maciel	Modifica o Decreto-Lei nº 2.234, de 23 de janeiro de 1985, que limita a remuneração e demais vantagens devidas a diplomatas casados servindo juntos no exterior.	Em tramitação
83/88	Ney Maranhão	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio do Estado de Pernambuco dos bens pertencentes ao extinto Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.	Em tramitação
84/88	Itamar Franco	Define o crime de tortura e dá outras providências.	Em tramitação
85/88	Itamar Franco	Declara nulas as provas obtidas mediante o emprego de tortura.	Em tramitação
86/88	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências.	A Câmara
87/88	Mauro Benevides	Cria o Adicional de Tarifa Portuária — ATP, e dá outras providências.	A Câmara
88/88	Mauro Benevides	Dispõe sobre as fundações de apoio às instituições federais de ensino superior e dá outras providências.	A Câmara
89/88	Marco Maciel Complementar	Estabelece normas gerais de elaboração legislativa.	Em tramitação
90/88	Francisco Rollemberg	Proíbe a incineração de produtos oriundos de caça e dá outras providências.	Em tramitação
91/88	Pompeu de Sousa	Dispõe sobre o processo legislativo, a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e dá outras providências.	Em tramitação
92/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação e acrescenta parágrafo ao art. 84 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Em tramitação
93/88	Francisco Rollemberg	Altera o art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Em tramitação
94/88	Cid Sabóia de Carvalho	Dispõe sobre a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências.	Em tramitação
95/88	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a escolha e nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
96/88	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o abono de faltas ao serviço na administração pública federal e dá outras providências.	À Câmara Veto total
97/88	Ney Maranhão	Revoga o Decreto-Lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966.	Em tramitação
98/88	Francisco Rollemberg	Dá nova redação ao art. 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Em tramitação
99/88	Leopoldo Peres	Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores do Banco de Roraima S/A, criado pela Lei nº 5.476, de 24 de julho, e em liquidação pelo Decreto nº 96.583, de 24 de agosto de 1988, e dá outras providências.	À Câmara Veto total
100/88	Francisco Rollemberg	Estabelece, para a fabricação de veículos automotores, critérios de controle do percentual de veículos movidos a álcool em relação aos veículos movidos a gasolina.	Em tramitação
101/88	Jarbas Passarinho	Altera o texto da Lei nº 7.681, de 2 de dezembro de 1988, que dispõe sobre prazo para liquidação de débitos que menciona.	À Câmara Lei nº 7.704, de 21-12-88
102/88	Cid Sabóia de Carvalho	Regulamenta o direito de greve, previsto no art. 9º da Constituição Federal.	Em tramitação
103/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o ensino das modalidades esportivas em clubes, academias e estabelecimentos congêneres.	Em tramitação
104/88	Ney Maranhão	Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores.	Em tramitação
105/88	Iram Saraiva	Caracteriza a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes hediondos, tornando eficaz o inciso XLIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação
106/88	Iram Saraiva	Estabelece os casos em que acontecerá a identificação criminal, tornando eficaz o art. 5º, item LVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação
107/88	Iram Saraiva	Torna obrigatória a reserva, no Serviço Público, de emprego para pessoas portadoras de deficiência, fixa percentual e dá outras providências.	Em tramitação
108/88	Odacir Soares	Dispõe sobre a movimentação dos recursos financeiros da Petrobrás e de suas subsidiárias em bancos oficiais e dá outras providências.	Em tramitação
109/88	Odacir Soares	Estabelece normas para o processo de privatização de empresas sob o controle direto ou indireto do Governo Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
110/88	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o Depósito Legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências.	Em tramitação
111/88	Cid Sabóia de Carvalho	Estabelece o aproveitamento, pelo Ministério da Fazenda, mediante concurso, de servidores do Serpro que, na data da vigência da Constituição Federal, prestavam serviço em órgãos da Receita Federal.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
112/88	Iram Saraiva	Concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos, nas condições que específica.	Em tramitação
113/88	Edison Lobão	Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Universidade Federal de Imperatriz" com sede na cidade de idêntica denominação, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Em tramitação
114/88	Gerson Camata	Mantém o atual sistema de tributação para todas as exportações de produtos industrializados semi-elaborados.	Em tramitação
115/88	Iram Saraiva	Regula a concessão do benefício mensal de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, nas condições que específica.	Em tramitação

c) EMENDADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SF	Nº CD	Autor	Ementa	Resultado
145/76	2.942/76	Itamar Franco	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. a transferir para o Museu Mariano Procópio o vagão de transporte pessoal utilizado pelo Imperador D. Pedro I.	Em tramitação
4/79	1.677/79	Nelson Carneiro	Estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.	Em tramitação
244/79	2.883/80	Amaral Furlan	Altera o título da Seção IV do Título I da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e acrescenta parágrafo ao seu art. 154.	Em tramitação
135/86	7.822/86	Alfredo Campos	Fixa o número de candidatos que os partidos políticos poderão registrar nas primeiras eleições.	Em tramitação
37/87	306/87	Nelson Carneiro	Determina a instalação de equipamento anti-poluição em veículos automotores de uso urbano.	Em tramitação
2/88	315/88	Affonso Camargo	Altera dispositivo da Lei nº 6.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Em tramitação
87/88	1.285/88	Mauro Benedites	Cria o adicional de tarifa portuária — ATP, e dá outras providências.	Rejeitada a Emenda da Câmara À sanção Lei nº 7.700, de 21-12-88

d) SÚMULA

Foram os seguintes, os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos	366
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	256
desta Sessão Legislativa	110
Aprovados e enviados à sanção	6
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	2
desta Sessão Legislativa	4
Aprovados e enviados à Câmara	15
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	2
desta Sessão Legislativa	13
Em andamento	344
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	252
desta Sessão Legislativa	92
Retirado pelo Autor	1
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	—
desta Sessão Legislativa	1
II — Emendados pela Câmara dos Deputados	7

I.5.2 — PROJETOS DE LEI DO DISTRITO FEDERAL

Apresentados a partir da vigência da Resolução nº 157, de 1º de novembro de 1988, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Senado Federal, com as atribuições de Câmara Legislativa do Distrito Federal, manifestou-se sobre os seguintes projetos:

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/88	Governo do DF	Dispõe sobre a concessão de abono aos servidores civis e militares do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações públicas e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.	À sanção Lei nº 1 - DF de 30-11-88 (Veto parcial)
2/88	Tribunal de Contas do DF	Transforma, no Quadro de Pessoal dos Servidores Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, os cargos que especifica e dá outras providências.	À sanção Lei nº 2 - DF de 30-11-88
3/88	Governo do DF	Institui, no Distrito Federal, o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8 - DF de 29-12-88 (Veto parcial)
4/88	Governo do DF	Aprova pauta de valores imobiliários para o Distrito Federal, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9 - DF de 29-12-88
5/88	Tribunal de Contas do DF	Dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.	À sanção Lei nº 5 - DF de 29-12-88 (Veto parcial)
6/88	Governo do DF	Cria no Quadro de Pessoal do Distrito Federal a carreira de Finanças e Controle e seus cargos, fixa seus vencimentos, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 13 - DF de 30-12-88
7/88	Governo do DF	Cria no Quadro de Pessoal do Distrito Federal a carreira Orçamento e seus cargos, fixa seus vencimentos, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 14 - DF de 30-12-88
8/88	Governo do DF	Dispõe sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos integrantes do plano de classificação de cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 12 - DF de 30-12-88
9/88	Governo do DF	Institui, no Distrito Federal, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7 - DF de 29-12-88
10/88	Governo do DF	Institui, no Distrito Federal, o Imposto sobre Transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos a eles relativos, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 11 - DF de 29-12-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/88	Governo do DF	Institui, no Distrito Federal, o adicional do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação
12/88	Governo do DF	Institui, no Distrito Federal, o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10 - DF de 29-12-88
13/88	Governo do DF	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores, civis e militares, da administração direta, das autarquias, das fundações públicas e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 4 - DF de 28-12-88

SÚMULA

Foram os seguintes, os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Distrito Federal:

Total dos Projetos	13
Aprovados e enviados à sanção	12
Em andamento	1

I.5.3 -- PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em tramitação
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em tramitação
88/76	1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
49/77 (Tramita em conjunto com os PLC nºs 111/81, 124/83 e 38/84)	395/75	Altera a redação da letra a do art. 3º da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em tramitação
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas oficinas protegidas e em trabalho competitivo.	Em tramitação
19/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Em tramitação
37/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em tramitação
51/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
71/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Em tramitação
78/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 1971, que institui o Código de Propriedade Industrial.	Em tramitação
82/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em tramitação
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Em tramitação
68/79 (Tramita em conjunto com o PLS nº 262/79)	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em tramitação
21/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em tramitação
25/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação
49/80	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, e determina outras providências.	Em tramitação
53/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, acrescentando-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Em tramitação
96/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em tramitação
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembléias gerais.	Em tramitação
49/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da Sudene.	Em tramitação
51/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
54/81	435/79	Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal, civil, militar ou autárquico.	Em tramitação
55/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-Lei nº 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da administração federal e determina outras providências.	Em tramitação
66/81	1.412/79	Dispõe sobre alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
70/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Em tramitação
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
109/81	337/79	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da CLT.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motorista, nas empresas de ônibus que específica.	Em tramitação
111/81 (Vide PLC nº 49/77)	2.665/80	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
124/81	3.437/80	Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Em tramitação
133/81	4.630/81	Estabelece, atendendo ao disposto no art. 175 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 12, de 1978, normas de amparo à pessoa deficiente, e determina outras providências.	Em tramitação
134/81 (Vide PLC nº 118/84)	1.270/79	Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Em tramitação
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que específica, e dá outras providências.	Em tramitação
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação
23/82	687/79	Assegura a contagem do tempo de serviço prestado por docentes, nas condições que especifica.	Em tramitação
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	Em tramitação
34/82	452/79	Modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
39/82 (Vide PLC nº 175/84)	4.104/80	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
41/82	1.652/79	Altera dispositivo da Lei nº 3.857, de 1960, e a Lei nº 6.533, de 1978, e dá outras providências.	Em tramitação
56/82 (Vide PLC nº 175/84)	1.078/79	Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 1941.	Em tramitação
57/82	2.074/79	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou o problema da criança e do menor carentes no Brasil.	Em tramitação
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleeducação.	Em tramitação
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Em tramitação
88/82	4.919/81	Acrescenta alínea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
96/82	4.596/81	Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos e dá outras providências.	Em tramitação
98/82	362/79	Altera a redação do art. 189 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
100/82	4.022/80	Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
101/82	292/79	Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não fumantes, e dá outras providências.	Em tramitação
102/82	4.697/81	Altera a Lei nº 1.390, de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
104/82	2.004/79	Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 4.281, de 1963, que institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados da Previdência Social.	Em tramitação
110/82	1.569/79	Assegura a todo empregado o salário-assiduidade, e determina outras providências.	Em tramitação
114/82	1.713/79	Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Em tramitação
117/82	5.268/81	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
119/82	4.698/81	Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Em tramitação
126/82	1.226/79	Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 1.075, de 1970.	Em tramitação
128/82	2.465/79	Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº 5.890, de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Em tramitação
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em curso de água.	Em tramitação
154/82	559/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, de 1964.	Em tramitação
155/82	3.391/80	Altera a redação do art. 9º do Decreto-Lei nº 891, de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 1971.	Em tramitação
1/83	3.027/80	Dispõe sobre a utilização do sistema de arbitramento na solução dos conflitos verificados na celebração de acordos ou convenções coletivas.	Em tramitação
2/83	3.366/80	Altera o caput do art. 492 da CLT e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
3/83 (Vide PLC nº 175/84)	3.419/80	Altera o art. 408 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal, relativo à sentença de pronúncia.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
4/83	1.627/79	Institui o salário mínimo profissional dos farmacêuticos, e dá outras providências.	Em tramitação
5/83	5.356/81	Regulamenta as profissões da área de processamento eletrônico de dados e dá outras providências.	Em tramitação
10/83	170/83	Institui o seguro-desemprego.	Em tramitação
12/83	283/79	Não permite sejam os proventos da aposentadoria por invalidez de valor abaixo do salário mínimo regional.	Em tramitação
13/83	112/79	Dá nova redação ao art. 243 da CLT.	Em tramitação
14/83	191/79	Torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.	Em tramitação
15/83	277/79	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, dispondo sobre o pagamento de percentuais ao empregado despedido sem justa causa.	Em tramitação
18/83	1.622/79	Altera a redação do art. 143 da CLT.	Em tramitação
23/83	5.199/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
29/83	4.616/81	Revoga o art. 6º da Lei nº 3.419, de 1958, e determina outras providências.	Em tramitação
30/83	4.563/81	Altera a redação do art. 446 da CLT.	Em tramitação
31/83	4.524/81	Torna obrigatória a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação — CRS, quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, para os fins que menciona.	Em tramitação
32/83	330/79	Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas, e dá outras providências.	Em tramitação
33/83	4.283/81	Acrescenta parágrafo ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
(Tramita em conjunto com o PLC nº 71/83)			
34/83	4.258/80	Introduz alteração no Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, determinando a reserva de parte dos terrenos de marinha para construção de casas de pescadores.	Em tramitação
36/83	3.776/80	Altera o art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
38/83	3.773/80	Estabelece normas sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário, e dá outras providências.	Em tramitação
39/83	528/79	Dispõe sobre a contagem, para efeitos previdenciários, do tempo correspondente ao exercício do mandato de Prefeito Municipal.	Em tramitação
40/83	215/79	Acrescenta dispositivo ao art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
41/83	4.255/80	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
43/83	536/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas à prestação.	Em tramitação
44/83	193/79	Altera a redação dos arts. 76 e 81, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para acrescentar os itens previdência social, educação, saúde e lazer à cláusula que define salário mínimo.	Em tramitação
45/83	427/79	Considera insalubre as atividades do pessoal empregado nos serviços de limpeza urbana de coleta e destino de lixo e dá outras providências.	Em tramitação
47/83	5.615/81	Introduz alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.	Em tramitação
48/83	5.019/81	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
49/83	4.295/81	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
52/83	197/79	Autoriza os agentes do Sistema Nacional de Crédito Rural a adotarem medidas financeiras emergenciais, e dá outras providências.	Em tramitação
58/83	1.343/79	Altera a redação do parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando o direito de sindicalização aos empregados das empresas públicas.	Em tramitação
60/83	2.355/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a fim de garantir ao empregado doméstico o direito à gratificação natalina instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
63/83	1.442/79	Dispõe sobre o afastamento de empregados eleitos para os Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional.	Em tramitação
64/83	1.003/79	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação
65/83	1.916/79	Concede aposentadoria especial ao piloto agrícola e determina outras providências.	Em tramitação
68/83	2.009/79	Acrescenta dispositivos aos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que “institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação — BNH, e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências”.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
69/83	323/79	Dá nova redação ao inciso VI do art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias”.	Em tramitação
71/83 (Vide PLC nº 33/83)	2.156/79	Altera o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o pagamento de salários.	Em tramitação
72/83	1.180/79	Dispõe sobre a colocação de preços nos invólucros de leite.	Em tramitação
73/83	975/79	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Feira de Santana.	Em tramitação
74/83	603/83	Modifica a redação do art. 492 da CLT, assegurando a estabilidade do trabalhador a partir da data de sua admissão, e dá outras providências.	Em tramitação
77/83	1.559/79	Comete à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relativas a contrato de locação entre empregado e empregador.	Em tramitação
78/83	1.263/79	Dá nova redação ao art. 487 da CLT.	Em tramitação
80/83	1.246/79	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.179, de 1974.	Em tramitação
81/83 (Tramita em conjunto com os PLC n.ºs 204 e 233/83; 252/84 e 132/85)	731/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da CLT.	Em tramitação
82/83	1.810/79	Isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma.	Em tramitação
91/83	2.498/79	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da CLT.	Em tramitação
92/83	2.984/80	Acrescenta § 3º ao art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.	Em tramitação
93/83	3.471/80	Altera a redação do inciso III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, para permitir que o empregado do sexo feminino possa, por motivo de casamento, levantar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, na vigência do contrato de trabalho.	Em tramitação
94/83	3.496/80	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 1973, que altera a legislação da Previdência Social.	Em tramitação
95/83	2.580/80	Modifica dispositivos das Leis nºs 4.594, de 1964, e 6.435, de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros.	Em tramitação
99/83	3.358/77	Introduz alterações na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, no que se refere à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Em tramitação
102/83	3.059/80	Altera o Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca.	Em tramitação
104/83	1.768/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 467 da CLT.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
105/83	2.693/80	Dispensa do pagamento de multas e penalidades os cidadãos que deixarem de providenciar, em tempo hábil, os documentos que menciona.	Em tramitação
107/83	317/79	Acrescenta parágrafo ao art. 482 da CLT.	Em tramitação
108/83	2.456/79	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca, e dá outras providências.	Em tramitação
109/83	508/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da CLT.	Em tramitação
114/83	1.775/79	Proíbe às agências noticiosas de fornecerem notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato.	Em tramitação
121/83	439/83	Acrescenta parágrafo ao art. 130 da CLT, para permitir que o período de férias seja desdobrado em dois.	Em tramitação
123/83	3.931/80	Proíbe ao condutor de veículo de transporte coletivo acumular a função de cobrador.	Em tramitação
124/83 (Vide PLC nº 49/77)	1.385/83	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
125/83	3.632/80	Altera a redação do caput do art. 392 da CLT.	Em tramitação
126/83	3.657/80	Considera insalubre a atividade profissional do linotipista.	Em tramitação
127/83	4.074/80	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.179, de 1974, que institui o amparo previdenciário para os maiores de 70 (setenta) anos e para os inválidos.	Em tramitação
128/83	4.013/80	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da CLT.	Em tramitação
130/83	3.832/80	Dá nova redação ao caput do art. 156 da CLT.	Em tramitação
131/83	4.546/81	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da CLT.	Em tramitação
133/83	4.199/80	Autoriza o Poder Executivo a promover a realização de recenseamentos bianuais em regiões pioneiras.	Em tramitação
135/83	3.816/80	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 605, de 1949, dispondo sobre descontos na remuneração de empregados.	Em tramitação
136/83	3.772/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operem com Raios X e substâncias radioativas.	Em tramitação
137/83	4.084/80	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
138/83	4.075/80	Altera a redação dos incisos II e III do art. 131 da CLT, que trata das faltas ao serviço não consideradas para efeito de concessão de férias.	Em tramitação
140/83	4.214/80	Dispõe sobre a complementação do 13º salário aos empregados em gozo de auxílio-doença.	Em tramitação
142/83	4.019/80	Altera a redação do art. 524 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
144/83	4.539/81	Dispõe sobre o fornecimento de água e luz ao trabalhador desempregado, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
145/83	4.077/80	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil, dispondo sobre o pagamento de honorários advocatícios nas ações de mandado de segurança.	Em tramitação
148/83	4.159/80	Dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior.	Em tramitação
149/83	4.506/81	Fixa em 6 (seis) horas a jornada diária de trabalho nos serviços de coqueria e bateria de fornos, e determina outras providências.	Em tramitação
150/83	4.791/81	Proíbe a divulgação, em veículo de comunicação social, da fotografia do indiciado ou suspeito de crime ou contravenção, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	4.748/81	Faculta ao pescador profissional filiar-se à Previdência Social Urbana, na qualidade de autônomo.	Em tramitação
152/83	4.746/81	Altera a redação do art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/83	4.702/81	Altera o caput do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar, ao empregado, a conversão de um terço até a metade do período de férias em abono pecuniário.	Em tramitação
154/83	4.168/80	Altera o art. 288 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
163/83	5.237/81	Altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais.	Em tramitação
166/83	3.731/80	Dispensa de qualquer ônus o requerimento de segunda via do título de eleitor, revogando o art. 54 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
167/83	5.419/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, sobre admissão de excepcionais no serviço público civil da União.	Em tramitação
168/83	4.989/81	Disciplina o exercício da profissão de Tecnólogo em Cooperativismo.	Em tramitação
169/83	5.043/81	Assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral.	Em tramitação
171/83	5.064/81	Introduz modificações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, para o fim de estabelecer a participação das Polícias Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Trânsito.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
172/83	5.573/81	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terra onde está localizado o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte — MG, para a constituição de um Parque Público.	Em tramitação
173/83	5.567/81	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de conceder estabilidade provisória ao empregado que ingressar em juízo com reclamatória.	Em tramitação
174/83	5.365/81	Estende a ex-servidores da extinta Fundação Brasil Central e da antiga Prefeitura do Distrito Federal os benefícios da Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
175/83	5.670/81	Dispõe sobre a divulgação de documentos sigilosos e a proibição de destruí-los.	Em tramitação
177/83	5.197/81	Determina a adoção do princípio de sucumbência no processo judiciário trabalhista, mediante acréscimo de parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/83	4.945/81	Dispõe sobre o exercício do magistério no Sistema Braille, e dá outras providências.	Em tramitação
179/83	4.977/81	Reativa a faculdade prevista no art. 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, que autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, e dá outras providências.	Em tramitação
180/83	3.713/80	Altera a redação do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
181/83	5.551/81	Dispõe sobre a padronização do boletim de acidentes de trânsito.	Em tramitação
182/83	5.287/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações...” para o fim de determinar a obrigatoriedade de instalação de medidores individuais em todos os serviços públicos remunerados mediante tarifa, em cada unidade autônoma.	Em tramitação
183/83	5.277/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, para o fim de beneficiar também servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição imposta a seus maridos.	Em tramitação
184/83	5.704/81	Estabelece as normas a serem cumpridas pelas empresas que exploram os serviços públicos especificados.	Em tramitação
185/83	4.874/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
187/83	5.957/82	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
188/83	5.641/81	Dispõe sobre férias para os segurados autônomos.	Em tramitação
189/83	5.794/81	Define como crime de responsabilidade, dos prefeitos municipais, pagar a seus servidores salários abaixo do valor correspondente ao salário mínimo da região, introduzindo disposição no art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
190/83	4.046/80	Dispõe sobre o uso de veículo oficial em fim de semana e dia feriado.	Em tramitação
193/83	5.921/82	Autoriza o Poder Executivo a criar um Fundo para o Alistamento Eleitoral.	Em tramitação
194/83	5.966/82	Dispõe sobre prazos de inscrição em concursos ou provas de habilitação da União, suas autarquias, empresas públicas e entidades mistas e dá outras providências.	Em tramitação
195/83	5.709/81	Altera a redação do art. 35 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal — para efeito de garantir à mulher casada o direito de queixa, e dá outras providências.	Em tramitação
196/83	3.642/80	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio público dos presentes e doações recebidos pelas autoridades que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
197/83	5.729/81	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que instituiu a modalidade de sorteio de números — LOTO.	Em tramitação
198/83	803/83 (Tramita em conjunto com o PLC nº 236/83)	Dispõe sobre a realização de concursos públicos e determina outras providências.	Em tramitação
199/83	263/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, os municípios de Amambá, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
200/83	5.311/81	Assegura ao guarda-noturno o direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e determina outras providências.	Em tramitação
202/83	5.109/81	Regula o exercício da profissão de motorista, e determina outras providências.	Em tramitação
204/83	4.969/81 (Vide PLC nº 81/83)	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
207/83	6.011/82	Altera a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Em tramitação
208/83	1.318/79	Dispõe sobre a criação de Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Araras, Estado de São Paulo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
209/83	236/83	Extingue o período de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez no âmbito da Previdência Social, e determina outras providências.	Em tramitação
210/83	4.294/81	Revoga o § 4º do art. 37 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — Lei de Imprensa.	Em tramitação
212/83	4.802/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.474, de 18 de junho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.	Em tramitação
213/83	761/83	Revoga o art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o horário dos ferroviários de estações do interior.	Em tramitação
214/83	6.038/82	Revoga o art. 2º do Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contribuição previdenciária por parte de aposentados e pensionistas.	Em tramitação
215/83	553/83	Altera o art. 1º e seu § 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.	Em tramitação
217/83	505/75	Determina a obrigatoriedade da incidência de juros e correção monetária nos débitos de entidades públicas.	Em tramitação
218/83	566/75	Assegura o direito de preferência, dos atuais ocupantes de imóveis residenciais do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, à aquisição das unidades respectivas.	Em tramitação
219/83	405/75	Dispõe sobre a aplicação de produtos saneantes clorados.	Em tramitação
220/83	12/75	Institui o “Dia da Bíblia”, para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro.	Em tramitação
221/83	316/75	Acrescenta parágrafos ao art. 77 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
222/83	416/75	Dispõe sobre a anotação do salário, na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos barbeiros, cabeleireiros, manicures e massagistas.	Em tramitação
223/83	3.322/80	Assegura ao aposentado por invalidez que retorna à atividade, após se recuperar parcialmente, ou para trabalho diverso do que habitualmente exercia, direito a manter seus proventos.	Em tramitação
224/83	600/75	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
225/83	138/75	Institui o “Dia da Comunidade Afro-Brasileira” e determina outras providências.	Em tramitação
227/83	2.555/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regime especial de férias para os tripulantes de unidades mercantes.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
228/83	5.566/81	Introduz alterações no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, para o fim de incluir o crime de porte de arma e seus consectários.	Em tramitação
229/83	593/75	Introduz alterações no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que trata da responsabilidade dos prefeitos e vereadores, dispondo sobre maior proteção do mandato legislativo dos vereadores.	Em tramitação
230/83	5.480/81	Altera o art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
231/83	614/75	Erige em monumento nacional o túmulo de Getúlio Dornelles Vargas, na cidade de São Borja.	Em tramitação
233/83 (Vide PLC nº 81/83)	318/75	Concede dispensa de pagamento das prestações relativas à aquisição de casa própria, e dá outras providências.	Em tramitação
234/83	607/79	Altera dispositivo do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, ratificado pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.	Em tramitação
235/83	4.141/80	Altera dispositivos da Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968, estendendo seus benefícios aos filhos menores de policiais mortos em serviço.	Em tramitação
236/83 (Vide PLC nº 198/83)	6.064/82	Dispõe sobre a realização de concursos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
238/83	4.009/80	Altera o art. 1º da Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970, para estender aos documentos que menciona a autenticação pelo processo de chancela mecânica.	Em tramitação
240/83	191/75	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência, e determina outras providências.	Em tramitação
243/83	6.200/82	Altera a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao funcionário e sua família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.	Em tramitação
244/83	6.105/82	Determina a contratação, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dos representantes do Funrural que contem mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.	Em tramitação
245/83	3.398/80	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
247/83	842/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que “dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins, e dá outras providências”.	Em tramitação
249/83	1.743/76	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que “cria o Fundo de Garantia do	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências”.	
250/83	1.833/76	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a proibição de fixar valores diferentes do salário mínimo em um mesmo Estado, a partir de 1976.	Em tramitação
253/83	1.661/75	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 5.668, de 23 de junho de 1971, que “dispõe sobre a filiação dos empregados das Bolsas de Valores no sistema orgânico da Previdência Social, e dá outras providências”.	Em tramitação
254/83	905/75	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação do pessoal à disposição do Funrural, dispondo sobre a obrigatoriedade da apresentação do Certificado de Regularidade de situação e Certificado de Quitação, que serão exigíveis a partir de 1º de janeiro de 1976.	Em tramitação
256/83	1.327/75	Altera a redação do § 2º do art. 2º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, que extingue as contribuições sobre benefícios da Previdência Social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade.	Em tramitação
257/83	1.658/75	Acrescenta parágrafo ao art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
259/83	826/75	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a dispensa da gestante nas condições que especifica.	Em tramitação
261/83	648/75	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Em tramitação
262/83	1.619/75	Altera disposições da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e dá outras providências.	Em tramitação
263/83	1.851/76	Eleva para 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo da remuneração do trabalho noturno sobre o diurno, e fixa o período noturno entre as 20 horas de um dia e as 6 horas do seguinte, modificando a redação ao art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
264/83	2.076/76	Dá nova redação ao inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
266/83	2.120/83	Dispõe sobre o vestibular para os Cursos de Comunicação Social, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
278/83 (Poder Executivo)	4.941/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a transferir o imóvel que menciona, situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
279/83	1.370/83	Aplica aos denominados "Soldados da Borracha" disposições das Leis nºs 5.315, de 12 de setembro de 1967, e 5.698, de 31 de agosto de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
280/83	2.674/80	Estabelece condições de associado efetivo de entidade de Previdência Privada, e dá outras providências.	Em tramitação
282/83	6.030/82	Dá nova redação ao art. 133 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
283/83	1.013/83	Dispõe sobre o alistamento de quem venha a completar dezoito anos de idade entre a data de encerramento do alistamento e a véspera do dia da eleição.	Em tramitação
284/83	2.101/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
285/83	2.353/76	Equipara as associações de classe aos sindicatos para os fins previstos no Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966, que institui Programa Especial de Bolsas de Estudo.	Em tramitação
287/83	2.197/76	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação da Previdência Social.	Em tramitação
288/83	4.330/81	Altera os arts. 523 e 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
289/83	2.397/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitar inscrição, em concurso público, de candidato que, não estando de posse do diploma do curso escolar exigido, possa provar havê-lo concluído.	Em tramitação
291/83	661/83	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.	Em tramitação
1/84	2.445/76	Dispõe sobre a resistência de veículos, altera o art. 36 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, e dá outras providências.	Em tramitação
2/84	3.061/76	Dá nova redação à alínea g do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciária Militar.	Em tramitação
4/84	2.401/76	Dispõe sobre requisitos de segurança para fabricação de veículos automotores e dá outras providências.	Em tramitação
6/84	3.791/77	Limita a contratação de empréstimos pelos prefeitos municipais e dá outras providências.	Em tramitação
12/84	2.518/76	Fixa a multa máxima permitida em casos de atrasos nos pagamentos de mensalidades ou anuidades escolares.	Em tramitação
13/84	2.716/76	Dá nova redação ao § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com as modificações da legislação posterior.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
14/84	2.867/76	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias.	Em tramitação
15/84	2.760/76	Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.	Em tramitação
16/84	3.013/76	Altera o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1º-9-73, incluindo ligações na EF-116, no trecho Crato—Salgueiro.	Em tramitação
18/84	3.313/77	Acrescenta dispositivo ao texto da Lei nº 5.108, de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, objetivando facilitar o transporte de pessoas que necessitem de atendimento médico urgente.	Em tramitação
22/84	3.603/77	Amplia o traçado da ligação ferroviária EF-465, da Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1973.	Em tramitação
23/84	126/79	Acrescenta dispositivo à CLT.	Em tramitação
27/84	2.567/83	Institui o “Dia da Solidariedade ao povo libanês” e dá outras providências.	Em tramitação
28/84	56/79	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os motoristas profissionais.	Em tramitação
30/84	75/79	Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.	Em tramitação
31/84	87/79	Proíbe a dispensa de empregado acidentado, até 12 (doze) meses após a sua volta ao trabalho, nas condições que menciona.	Em tramitação
32/84	32/79	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
33/84	2.103/76	Revigora, por 180 dias, dispositivo do Decreto-Lei nº 194, de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.	Em tramitação
34/84	91/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Em tramitação
38/84 (Vide PLC nº 49/77)	753/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.726, de 1965, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências.	Em tramitação
39/84	611/79	Dispõe sobre não-incidência tributária nos casos que especifica.	Em tramitação
40/84	3.006/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação anti-ftosa, e dá outras providências.	Em tramitação
44/84	619/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Direito Agrário nas Faculdades de Agronomia e de Direito do País.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
46/84	615/79	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.	Em tramitação
47/84 (Vide PLC nº 175/84)	702/79	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 — Código Penal e do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
48/84	705/79	Altera a redação do § 1º do art. 475 da CLT.	Em tramitação
51/84 (Poder Executivo)	6/83	Estabelece normas sobre o processo de trabalho.	Em tramitação
53/84	66/79	Dispõe sobre a situação do empregado que se candidate ou que seja eleito vereador.	Em tramitação
57/84	577/83	Altera a redação do art. 237 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
58/84	3.886/77	Modifica a redação do Capítulo II da Convenção de Condomínio — do Título I da Lei nº 4.591, de 1964.	Em tramitação
60/84	4.152/80	Dispõe sobre a perda da pensão do cônjuge credor, introduzindo alteração no art. 29 da Lei nº 6.515, de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Em tramitação
61/84 (Vide PLC nº 175/84)	944/79	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
62/84	820/79	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975, para equiparar ao empregador rural os filhos maiores de idade.	Em tramitação
63/84	871/79	Inclui nos encargos de famílias as importâncias pagas a título de alimentos ou pensões, em nome da mãe adotiva, para efeito de abatimento da renda bruta do contribuinte do Imposto de Renda.	Em tramitação
64/84	1.447/79	Dispõe sobre a criação de 2 (duas) Escolas Agrícolas no Estado do Pará, a nível de 2º grau.	Em tramitação
67/84	818/79	Estabelece medidas de proteção ao trabalhador rural exposto a substâncias químicas nocivas.	Em tramitação
68/84	864/79	Dispõe sobre amparo a inválidos congênitos, introduzindo alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
69/84	867/79	Autoriza as entidades públicas ou privadas, em todo o território nacional, a aproveitar a capacidade ociosa de suas instalações e do seu pessoal para fins educativos, e dá outras providências.	Em tramitação
70/84	928/79	Acrescenta parágrafos aos arts. 766 e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
71/84	1.174/79	Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
72/84	1.206/79	Estabelece condições para a alienação de empresas desestatizadas.	Em tramitação
73/84	1.223/79	Modifica o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
79/84	1.224/79	Introduz alterações na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.	Em tramitação
81/84 (Poder Executivo)	6.228/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
83/84	1.583/79	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de ampliar o alcance da estabilidade do art. 492 ao empregado que tenha exercido cargo de direção ou representação sindical, e dá outras providências.	Em tramitação
87/84	1.115/75	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.138, de 8 de novembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes.	Em tramitação
89/84	307/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
92/84	170/79	Obriga o plantio de árvores nativas e frutíferas nos projetos de florestamento e reflorestamento.	Em tramitação
93/84	2.932/76	Introduz alterações na Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Em tramitação
96/84	302/79	Altera a redação do art. 85 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
97/84	990/75	Dispõe sobre a prescrição dos processos ético-disciplinares contra profissionais liberais, e dá outras providências.	Em tramitação
98/84	235/79	Acrescenta § 2º ao art. 11 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Em tramitação
99/84	3.818/77	Dispõe sobre a plantação da árvore pau-brasil em parques nacionais, e dá outras providências.	Em tramitação
100/84	200/79	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial na hipótese que especifica.	Em tramitação
101/84	1.075/75	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
102/84	389/75	Dispensa a exigência do visto de saída para brasileiro residente no exterior.	Em tramitação
104/84	282/79	Estabelece a gratuidade da expedição de atestados médicos e carteiras de saúde, pelos órgãos públicos federais.	Em tramitação
105/84	2.105/76	Dispõe sobre financiamentos a agricultores.	Em tramitação
106/84	231/83	Assegura os benefícios da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos que foram punidos por	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		motivos políticos, embora sem fundamento nos Atos Institucionais e Complementares, e dá outras providências.	
107/84	291/79	Acrescenta § 4º ao art. 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 (com nova redação dada pela Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972), isentando as instituições filantrópicas do pagamento da "Taxa de Distribuição de Prêmios".	Em tramitação
108/84	586/75	Faculta o pagamento do empregado através de cheque, e determina outras providências, alterando a redação dos arts. 463 e 465 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
109/84	273/79	Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
110/84	1.816/76	Assegura aos beneficiários do empregado não optante pelo regime do FGTS, quando de sua morte, a indenização prevista no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
111/84	192/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade de decisão no processo judiciário trabalhista estabelecer os honorários advocatícios quando vencido o empregador, alterando a redação do § 2º do art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
112/84 (Tramita em conjunto com o PLC nº 120/84)	1.473/79	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958 — Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Em tramitação
114/84	234/79	Institui o seguro obrigatório para atletas profissionais.	Em tramitação
115/84 (Poder Executivo)	295/79	Dispõe sobre a filiação facultativa da dona-de-casa ao regime da Previdência Social.	Em tramitação
118/84 (Poder Executivo) (Tramita em conjunto com os PLC nº 134/81 e PLS nºs 54/62; 276/76 e 110/81)	634/75	Institui o Código Civil.	Em tramitação
119/84	272/79	Institui o tombamento do sítio cultural denominado Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
120/84 (Vide PLC nº 112/84)	305/75	Altera a redação do art. 4º e acrescenta dispositivos ao art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Em tramitação
121/84	496/79	Dispõe sobre a aplicação obrigatória da jornada-padrão de trabalho (arts. 58 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decre-	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		to-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) aos vigilantes ou guardas de segurança em estabelecimentos de crédito.	
122/84	2.742/76	Introduz alterações na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, para o fim de compatibilizá-la integralmente com a Constituição em vigor.	Em tramitação
125/84	2.951/76	Torna obrigatória a criação, em todos os municípios brasileiros, de parques especificamente destinados à preservação do meio ambiente e dá outras providências.	Em tramitação
127/84	148/79	Dispõe sobre a comercialização de defensivos destinados à agropecuária, institui a obrigatoriedade de receituário agrônomo e veterinário para sua aquisição, e dá outras providências.	Em tramitação
128/84	547/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o trabalho noturno e o executado em condições de insalubridade.	Em tramitação
131/84	459/79	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
132/84	764/75	Dispõe sobre a concessão de meia-entrada a estudantes em cinemas e teatros.	Em tramitação
133/84	553/79	Altera o art. 33 e o § 2º do art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
134/84	28/83	Torna eliminatória a prova de Língua Portuguesa no concurso vestibular.	Em tramitação
135/84	170/75	Dispõe sobre a contagem recíproca do tempo de serviço prestado pelo trabalhador como segurado do INPS e beneficiário do Funrural.	Em tramitação
136/84	544/79	Altera o inciso IX do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, incluindo a obtenção de empréstimos excedentes da capacidade de pagamento da receita orçamentária do município, durante o último ano de mandato entre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais.	Em tramitação
137/84	294/79	Altera a redação do caput do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
138/84	3.386/77	Dispõe sobre a velocidade máxima de 100km/h (cem quilômetros horários) para veículos que trafegam em auto-estradas e 90km/h (noventa quilômetros horários) nas demais rodovias pavimentadas em todo o território nacional.	Em tramitação
139/84	428/79	Dispõe sobre a supressão do art. 555 e suas alíneas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
142/84 (Tramitando em conjunto com o PLC nº 141/85)	329/79	Considera insalubre o trabalho de coleta, transporte e tratamento de lixo, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
144/84	558/79	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Agrícola e de Economia Doméstica, no Município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
145/84	486/79	Acrescenta § 3º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
146/84	2.394/76	Altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modifica a legislação de previdência social e dá outras providências.	Em tramitação
147/84	331/79	Altera a redação do inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
148/84	401/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula ao seu regime, após completar 60 (sessenta) anos de idade.	Em tramitação
149/84 (Tramita em conjunto com o PLC nº 195/84)	322/79	Introduz alterações no art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
159/84	2.529/76	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
175/84 (Poder Executivo) (Tramita em conjunto com os PLC nºs 39 e 56/82; 3/83; 47 e 61/84)	1.655/83	Institui o Código de Processo Penal.	Em tramitação
177/84	2.039/79	Acrescenta parágrafos ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/84	2.241/79	Estabelece a obrigatoriedade de constar das capas de discos de músicas nacionais as respectivas letras e os dados biográficos dos seus autores e dá outras providências.	Em tramitação
179/84	1.521/79	Veda aos cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, entre si, até o 3º grau, pertencerem ao mesmo diretório partidário, acrescentando inciso ao art. 26 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em tramitação
180/84	379/79	Atribui aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento a função de conciliar os dissídios individuais e dá outras providências.	Em tramitação
181/84	1.797/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reforma bancária, para o fim de determinar que as instituições financeiras privadas tornem públicas as suas tabelas de juros.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
182/84	2.106/79	Proíbe o fumo nas salas de aula, auditórios e bibliotecas dos estabelecimentos de todos os graus e modalidades de ensino e dá outras providências.	Em tramitação
184/84	1.578/83	Inclui, no cálculo dos proventos de aposentadoria, gratificações de complementação salarial e de serviço extraordinário percebidas por servidor público na atividade e dá outras providências.	Em tramitação
185/84	2.189/79	Dispõe sobre a criação de um Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, no Estado do Acre.	Em tramitação
186/84	871/83	Altera dispositivos da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	386/83	Determina a devolução aos municípios do montante das retenções efetuadas a título de custeio do serviço de lançamento e arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Em tramitação
188/84	260/83	Acrescenta parágrafo ao art. 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
189/84	2.550/79	Modifica o Plano Nacional de Viação.	Em tramitação
190/84	2.804/80	Torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos residenciais de Cooperativas Habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação — BNH.	Em tramitação
193/84	2.816/80	Estabelece multa pelo descumprimento do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
195/84 (Vide PLC nº 149/84)	2.065/79	Altera o art. 50 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.	Em tramitação
198/84	2.925/80	Veda a concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais da área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — Sudam, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — Sudene, às empresas que especifica.	Em tramitação
199/84	1.718/79	Dispõe sobre a contribuição para a Previdência Social de servidor público sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sobre a fixação do valor dos benefícios.	Em tramitação
200/84	504/79	Dispõe sobre a possibilidade de os sindicatos de trabalhadores poderem reclamar em juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.	Em tramitação
201/84	2.232/79	Altera os arts. 29 e 53 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		de 1º de maio de 1943, para instituir penalidade para os casos de recusa de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social.	
202/84	1.735/79	Dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.	Em tramitação
203/84	2.516/79	Dispõe sobre o advogado dativo, modificando artigo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação
204/84	2.762/80	Altera a redação do art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências.	Em tramitação
208/84	1.678/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
209/84	525/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte relativa ao adicional de periculosidade, e determina outras providências.	Em tramitação
210/84	522/79	Acrescenta parágrafo ao art. 489 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregado, durante o período do aviso prévio.	Em tramitação
213/84	586/79	Dispõe sobre a concessão de salário-família aos empregados domésticos.	Em tramitação
215/84 (Poder Executivo)	635/75	Institui a Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
216/84	380/79	Dispõe sobre reescalonamento de débitos bancários dos produtores do Vale do São Francisco atingidos por inundações.	Em tramitação
221/84	1.850/79	Modifica legislação sobre supervisão ministerial e dá outras providências.	Em tramitação
222/84	1.959/79	Revoga incisos do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
223/84	2.099/79	Modifica a redação do art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
224/84	1.907/79	Acrescenta Seção ao Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho.	Em tramitação
225/84	2.170/79	Dá nova redação ao caput do art. 143 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 1984.	Em tramitação
227/84	1.737/79	Faculta ao prefeito municipal, na hipótese que menciona, a filiação à Previdência Social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
228/84	1.759/79	Altera a redação do art. 469 da CLT.	Em tramitação
229/84	2.145/79	Acrescenta § 4º ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.691, de 1979, para autorizar o Poder Executivo a fixar a porcentagem de participação dos Municípios no produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, atendendo-se ao limite mínimo de 20% do total arrecadado.	Em tramitação
230/84	1.822/79	Altera a redação do inciso VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
231/84 (Complementar)	232/84	Dispõe sobre os empregados das empresas agroindustriais e agrocomerciais que exercem suas atividades no meio rural.	Em tramitação
232/84	2.045/79	Dá nova redação ao inciso II do art. 54 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.132, de 1984.	Em tramitação
234/84	4.493/84	Concede anistia aos que efetuaram conversão desautorizada em veículos.	Em tramitação
236/84	1.298/83	Disciplina e limita o comprometimento da renda familiar dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e os reajustes da casa própria.	Em tramitação
244/84	4.637/84	Altera a redação do art. 156 da Lei nº 7.210, de 1984 — Lei de Execução Penal.	Em tramitação
249/84	526/83	Altera os arts. 58, 59 e 374 da CLT, fixando a jornada semanal em 40 (quarenta) horas de trabalho.	Em tramitação
252/84 (Vide PLC nº81/83)	3.031/84	Introduz modificação no Sistema Financeiro de Habitação — SHF, e dá outras providências.	Em tramitação
4/85	185/79	Altera dispositivo da CLT, para estender a exigência da proporcionalidade de 2/3 de empregados brasileiros a outros setores.	Em tramitação
6/85	4.352/81	Estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências	Em tramitação
13/85	3.413/80	Institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente.	Em tramitação
15/85	4.248/80	Institui a Caderneta de Controle de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.	Em tramitação
19/85	2.789/83	Dá o nome de “Guarulhos” ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências.	Em tramitação
23/85	1.558/83	Altera o art. 1º da Lei nº 883, de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.	Em tramitação
24/85	4.211/84	Dispõe sobre os pré-requisitos para o desempenho de cargos de chefia e assessoramento do Grupo-DAS, na Secretaria da Receita Federal.	Em tramitação
25/85	818/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da segurança nacional, os Municípios de Cubatão, São Sebastião, Paulínea e Castilho, no Estado de São Paulo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
26/85	3.365/77	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos dados que especifica.	Em tramitação
29/85	5.163/85	Dispõe sobre o processo de liquidação extrajudicial de entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.	Em tramitação
34/85	1.969/83	Altera dispositivos do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei nº 5.108, de 1966, para assegurar a municipalização do trânsito.	Em tramitação
35/85	129/79	Introduz alterações no texto da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.	Em tramitação
36/85	1.371/75	Estabelece a obrigatoriedade de qualidade artística para os cartazes publicitários localizados ao longo das rodovias e dá outras providências.	Em tramitação
37/85	2.988/80	Altera os arts. 293 e 294 da CLT, para o fim de assegurar direitos especiais aos trabalhadores em minas de carvão e fluorita e em quaisquer atividades que liberem poeiras minerais e orgânicas.	Em tramitação
38/85	2.981/80	Altera o art. 147 da CLT, para o fim de assegurar direito as férias proporcionais aos empregados que pedirem demissão, com menos de um ano de serviço.	Em tramitação
40/85	458/79	Concede aposentadoria, aos 25 anos de serviço, aos trabalhadores em áreas perigosas das refinarias de petróleo e determina outras providências.	Em tramitação
68/85	2.043/83	Atribui vantagens aos ocupantes de cargos ou funções em comissão.	Em tramitação
70/85	1.310/83	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.857, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.	Em tramitação
71/85	727/83	Introduz modificações nas disposições penais da Lei nº 6.435, de 1977, e dá outras providências.	Em tramitação
72/85	4.721/81	Altera a redação de dispositivo da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
77/85	2.816/83	Dá o nome de José Antônio Mendes Sansano à CEASA — Campinas.	Em tramitação
78/85	525/83	Torna privativo dos bacharéis em Direito o cargo de Diretor de Secretaria dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.	Em tramitação
79/85	1.243/83	Obriga a realização de exames pré-anestésicos em pacientes sujeitos a cirurgia, para evitar choques anestésicos.	Em tramitação
82/85	632/83	Acrescenta dispositivo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decre-	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		to-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a realização de exame ou teste de gravidez por ocasião da admissão de emprego.	
86/85 (Poder Executivo)	3.541/84	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, a doar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa o imóvel que menciona.	Em tramitação
87/85	322/83	Introduz dispositivos na Lei nº 6.727, de 21 de novembro de 1979, que “acrescenta parágrafo ao art. 10 do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista”.	Em tramitação
88/85	815/83	Revoga o parágrafo único do art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 descaracterizando a prática de ato atentatório à segurança nacional como justa causa para dispensa de empregado.	Em tramitação
90/85	286/83	Permite ao cônjuge não cabeça do casal declarar em separado, para incidência do Imposto de Renda, os rendimentos de seu trabalho e de seus bens.	Em tramitação
93/85	3.724/84	Dispõe sobre a conservação do Memorial de Juscelino Kubitschek.	Em tramitação
94/85	1.261/83	Altera dispositivo da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, para permitir que seja adotado sistema de votação através de meios eletrônicos e determina outras providências.	Em tramitação
96/85	1.762/83	Dispõe sobre o transporte rodoviário de passageiros em veículos de carga.	Em tramitação
98/85	1.579/83	Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em tramitação
101/85 (Complementar)	93/83	Modifica a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que “estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios”.	Em tramitação
102/85	3.305/84	Dispõe sobre a criação de uma Escola Técnica Federal, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
103/85	2.527/83	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, destinando 5% (cinco por cento) sobre o total do preço de transferência ao sindicato profissional do atleta.	Em tramitação
104/85	3.138/84	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral.	Em tramitação
105/85	2.569/76	Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/85	4.543/84	Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, instituindo o Estatuto Nacional dos Portuários, e dá outras providências.	Em tramitação
107/85 (Poder Executivo)	4.791/84	Altera as redações dos §§ 2º e 3º do art. 139, da alínea a do art. 140, e do art. 141, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 — Código de Águas.	Em tramitação
112/85	1.675/85	Permite a utilização, como combustível de gás de gasogênio, biogás, gás de pântano e assemelhados, nos veículos automotores.	Em tramitação
113/85	378/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Jacuí, em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
117/85	92/83	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 856, parágrafo único ao art. 862 e parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 872, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
119/85	343/83	Estabelece normas sobre a utilização dos livros didáticos e dá outras providências.	Em tramitação
124/85	4.014/84	Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.643, de 18-12-87
129/85	3.076/80	Altera a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para incluir a dona-de-casa entre os segurados facultativos da Previdência Social.	Em tramitação
132/85 (Vide PLC nº 81/83)	3.157/80	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, dispondo sobre a utilização da conta vinculada pelo empregado para o fim de adquirir moradia.	Em tramitação
133/85	3.379/80	Libera o transporte de material esportivo referente ao esporte do vôo livre.	Em tramitação
134/85	3.469/80	Proíbe a utilização de chapas de cor amarela em veículos utilizados pela Administração Pública Federal Direta e Indireta, inclusive Fundações.	Em tramitação
135/85	3.736/80	Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores da Mata Norte do Estado de Pernambuco.	Em tramitação
136/85	3.098/84	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas.	Em tramitação
138/85	3.844/80	Dispõe sobre a correção monetária incidente sobre honorários advocatícios, inclusive em mandado de segurança, e dá outras providências.	Em tramitação
139/85	3.782/80	Torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores, de passageiros e de carga, destinados ao transporte rodoviário.	Em tramitação
140/85	3.760/80	Estende os financiamentos e demais benefícios do Proálcool, às miniusinas de álcool destinadas a consumo próprio.	Em tramitação
141/85 (Vide PLC nº 142/84)	1.914/83	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados nos serviços de coleta, transportes e tratamento de lixo, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
145/85	4.362/84	Denomina "Senador Nilo Coelho" a Rodovia BR-428, que liga Cabrobó a Petrolina, no Estado de Pernambuco.	Em tramitação
146/85	4.324/85	Autoriza a criação, em Guarulhos, no Estado de São Paulo, de Escola Técnica Federal, em nível de 2º grau.	Em tramitação
147/85	1.297/83	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, que concede amparo aos ex-combatentes julgados incapazes definitivamente para o serviço militar.	Em tramitação
148/85	3.295/84	Dispõe sobre a isenção de limite mínimo de idade para admissão de professores às escolas oficiais em decorrência de concurso público.	Em tramitação
150/85	4.118/80	Determina o afastamento da autoridade responsável por violação dos direitos humanos e dá outras providências.	Em tramitação
151/85	3.908/84	Declara de utilidade pública o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor — IAJES, com sede em Andradina, Estado de São Paulo.	Em tramitação
152/85	4.086/80	Acrescenta parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/85	2.061/83	Acrescenta parágrafos ao art. 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações".	Em tramitação
154/85	2.270/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Em tramitação
155/85	2.622/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
156/85	2.751/83	Altera o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências".	Em tramitação
158/85	1.586/83	Dispõe sobre a obrigatória utilização de legendas nos programas de televisão que especifica, visando a possibilitar a sua percepção por deficientes auditivos.	Em tramitação
159/85	1.087/83	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que disciplina o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
160/85	1.322/83	Eleva a cidade de Oeiras, no Estado do Piauí, à condição de monumento nacional.	Em tramitação
163/85 (Poder Executivo)	5.661/81	Dispõe sobre medidas aplicáveis às empresas beneficiárias de recursos dos Fundos de Investimentos criados pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
164/85	3.122/80	Extingue a censura prévia para o livro, teatro e cinema e dá outras providências.	Em tramitação
166/85	2.975/83	Altera a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, acrescentando alínea ao art. 3º e modificando a	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		redação do art. 7º, instituindo a obrigatoriedade de assistência social nas delegacias.	
167/85	3.622/84	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Gurupi, no Estado de Goiás, e dá outras providências.	Lei nº 7.708, de 21-12-88 (Veto parcial)
168/85	2.935/83	Estabelece o salário mínimo profissional para os diplomados em Ciências Econômicas.	Em tramitação
169/85	2.247/83	Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
172/85	2.266/83	Autoriza a desapropriação e o tombamento, por necessidade pública, do imóvel em que nasceu Graciliano Ramos, em Quebrangulo, no Estado de Alagoas.	Em tramitação
173/85	1.080/83	Assegura autonomia às organizações sindicais e estabelece elegibilidade dos dirigentes de sindicato destituídos por atos do Poder Executivo.	Em tramitação
174/85	5.499/81	Dispõe sobre autorização do Poder Executivo para eletrificação do metrô de superfície na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Em tramitação
176/85	1.224/83	Modifica o art. 84 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências".	Em tramitação
186/85 (Poder Executivo)	5.083/85	Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis da União.	Em tramitação
216/85	2.929/83	Altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	À Câmara
221/85	6.876/85	Autoriza o Poder Executivo a promover a publicação das obras completas de José Américo de Almeida, nas condições que especifica.	Em tramitação
17/86	6.692/85	Dispõe sobre as unidades orgânicas das Indústrias Gráficas na Administração Federal e dá outras providências.	Em tramitação
25/86	6.793/85	Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	Em tramitação
27/86	5.967/85	Proíbe a demissão imotivada do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
36/86	7.457/86	Dispõe sobre o abuso do poder econômico na campanha eleitoral de 1986.	Em tramitação
39/86	6.777/85	Institui o Programa Nacional de Minerais Estratégicos, e dá outras providências.	Em tramitação
45/86	7.675/86	Dispõe sobre o direito à percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior a inativos e pensionistas dos Ministérios Militares, nas condições que estabelece.	Em tramitação
48/86	5.055/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caxias, no Estado do Maranhão.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
49/86	6.462/85	Autoriza o Poder Executivo a transformar a "Escola Estadual Américo Renê Giannetti" situada em Uberlândia, Minas Gerais, em "Escola Técnica Federal de Uberlândia", e dá outras providências.	Em tramitação
50/86	3.158/84	Introduz alteração no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
51/86	3.001/80	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Relações Internacionais e dá outras providências.	Em tramitação
52/86	5.159/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal em Imperatriz, no Estado do Maranhão.	Em tramitação
53/86	3.319/84	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Lei nº 7.676, de 6-10-88 (Veto parcial)
56/86	5.114/85	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, permitindo ao município decretar feriado municipal na data de sua fundação ou emancipação, mesmo quando esta data não coincida com feriado religioso.	Em tramitação
57/86	4.559/84	Dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais.	Em tramitação
58/86	1.597/83	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto-Lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, que alterou a legislação referente às contribuições compulsórias recolhidas pelo Iapas à conta de diversas entidades.	Em tramitação
59/86	3.332/84	Altera dispositivos da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para estender aos empregados da indústria petroquímica e de refinação de petróleo, sujeitos ao regime de escala de revezamento, direito à jornada de trabalho de 6 (seis) horas.	Em tramitação
60/86	3.424/84	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas contra países que dificultem as exportações brasileiras de bens e serviços.	Em tramitação
61/86	3.895/84	Torna obrigatório o emprego de substâncias e produtos retardantes de combustão em materiais, utensílios e peças suscetíveis de queima, usados nas indústrias de construção civil e automobilística, e dispõe sobre normas para sua fabricação.	Em tramitação
62/86	4.351/84	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Arquivistas.	Em tramitação
63/86	4.048/84	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.	Em tramitação
64/86	1.743/79	Dispõe sobre a profissão de Garçom, fixa o salário mínimo profissional, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº		Ementa	Resultado
		CD		
65/86	4.138/84		Dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo congênito nos hospitais e maternidades do País.	Em tramitação
67/86	4.329/84		Autoriza o Ministério da Agricultura a doar ao Município de Viçosa do Ceará os imóveis que indica.	Em tramitação
68/86	5.072/85		Obriga a instalação de telefones públicos em locais densamente povoados.	Em tramitação
70/86	4.280/81		Altera a redação do inciso III do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
71/86	7.598/86		Estabelece medidas destinadas à comemoração dos setenta anos de existência do Código Civil.	Em tramitação
72/86	1.934/83		Garante a todo contribuinte da Previdência Social com 10 (dez) ou mais anos de contribuição, e a seus dependentes, assistência médica integral.	Em tramitação
73/86	7.658/86		Obriga as instituições financeiras oficiais a divulgar as concessões de crédito subsidiado.	Em tramitação
74/86	3.363/84		Acrescenta parágrafo ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
75/86	4.251/84		Dá nova redação ao inciso III do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
76/86	5.391/85		Institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções, e dá outras providências.	Em tramitação
77/86	5.131/85		Altera o art. 102 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
78/86	1.945/83		Inclui o fotógrafo autônomo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
79/86	5.217/85		Considera patrimônio histórico nacional a cidade de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Em tramitação
80/86	7.162/86		Determina a obrigatoriedade do pagamento de indenização aos Estados, Territórios e Municípios pelos titulares de direitos minerários.	Em tramitação
81/86	4.818/84		Introduz dois parágrafos ao art. 626 da CLT, fixando a competência dos sindicatos para exercer a fiscalização das normas de proteção ao trabalho.	Em tramitação
82/86	1.561/83		Dispõe sobre atos relativos aos servidores públicos civis da União, dos Estados e Municípios em período eleitoral, e dá outras providências.	Em tramitação
83/86	1.476/83		Institui o dia 23 de junho como o "Dia Olímpico" e determina outras providências.	Em tramitação
84/86	4.799/84		Reduz o prazo para o pagamento de salários.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
85/86	3.137/84	Declara de utilidade pública a Associação São Pedro de Pesquisas Científicas, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
86/86	2.388/83	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar maior autonomia de trabalho aos membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPA.	Em tramitação
89/86	647/79	Dispõe sobre a permissão de misturar outras farinhas de origem vegetal à farinha de trigo, e dá outras providências.	Em tramitação
90/86	4.099/84	Modifica a redação do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
91/86	1.894/83	Torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões.	Em tramitação
92/86 (Complementar)	201/84	Inclui os Municípios de Cascavel e Pacajus na Região Metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
93/86	2.033/83	Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais da União, situados na área urbana de Boa Vista, Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
95/86	1.594/83	Obriga a adição de 10% (dez por cento), no mínimo, de farinha de milho à farinha de trigo e determina outras providências.	Em tramitação
96/86	3.839/77	Dispõe sobre os depósitos judiciais feitos perante a Justiça Federal.	Em tramitação
97/86	5.002/85	Erige à condição de Monumento Histórico Nacional a cidade de Vigia, no Estado do Pará.	Em tramitação
98/86	2.743/83	Revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983, que “altera a redação do § 2º do art. 72 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito”.	Em tramitação
99/86	5.289/85	Regula a profissão de Supervisor Educacional e determina outras providências.	A Câmara
100/86	2.213/79	Dispõe sobre a revisão do cálculo do benefício aos segurados da Previdência Social que se aposentaram durante a vigência do art. 3º da Lei nº 5.890, de 1973, em sua redação original.	Em tramitação
101/86	344/83	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, transferindo ao empregador o ônus de provar a inocorrência ou atenuação de periculosidade e insalubridade.	Em tramitação
102/86	390/83	Manda computar no cálculo do descanso semanal remunerado as horas extras habitualmente prestadas.	Em tramitação
103/86	962/83	Altera dispositivo da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir aos geólogos o regime de trabalho assegurado ao pessoal do setor de exploração, beneficiamento e transporte de petróleo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
104/86	1.797/83	Fixa em 60 (sessenta) anos a idade para aposentadoria por velhice de ex-combatente.	Em tramitação
105/86 (Poder Executivo)	7.679/86	Atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais.	A sanção Lei nº 7.675, de 4-10-88
106/86	3.149/80	Dispõe sobre o aproveitamento de cegos nas empresas estatais de telecomunicações e de serviços postais e dá outras providências.	Em tramitação
107/86	3.083/84	Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências.	Em tramitação
108/86	84/83	Obriga a indicação do preço e do prazo de validade na embalagem de produtos colocados à disposição do consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
109/86 (Complementar)	60/83	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a liberação dos saldos dos depósitos que menciona para pagamento das prestações da casa própria.	Em tramitação
111/86 (Complementar)	171/80	Institui a co-gestão dos trabalhadores e funcionários públicos no fundo PIS-Pasep.	Em tramitação
112/86	3.850/84	Substitui a abreugrafia pelos hemogramas periódicos, como exigência para a obtenção de carteira de saúde pelos que lidam com radiações ionizantes no trabalho cotidiano.	Em tramitação
113/86	69/83	Assegura pensão vitalícia aos excepcionais, a partir dos 21 (vinte e um) anos de idade, no valor de 1 (uma) vez o salário mínimo, alterando a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que ampara os idosos e inválidos.	Em tramitação
114/86	2.036/83	Cria o Polígono Castanheiro da Amazônia, e dá outras providências.	Em tramitação
115/86	2.237/83	Autoriza a criação da Fundação Universidade de Uruguaiana, e dá outras providências.	Em tramitação
117/86	6.703/82	Dispõe sobre a profissão de Barbeiro e Cabeleireiro e define o seu exercício.	Em tramitação
118/86 (Complementar)	138/80	Introduz alterações na Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Em tramitação
120/86	6.631/85	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica Agrícola no Município de Quixerambim, no Estado do Ceará.	Em tramitação
121/86	3.082/80	Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, que institui a fiscalização democrática das empresas de capital estrangeiro mediante a obrigatoriedade de divulgação de dados, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
122/86 (Poder Executivo)	5.780/85	Concede isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, das taxas pelo exercício do poder da polícia e remissão de créditos tributários às microempresas estabelecidas nos territórios federais do Amapá e de Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
127/86 Do Tribunal Superior do Trabalho	6.623/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.	Em tramitação
142/86	7.750/86	Autoriza o Poder Executivo a constituir uma base naval em São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.	Em tramitação
147/86	6.379/85	Dispõe sobre honorários advocatícios.	Em tramitação
152/86	4.490/84	Dispõe sobre a aposentadoria dos professores, conforme o previsto no inciso XX do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
153/86	797/79	Dispõe sobre as compensações dos municípios detentores de potenciais de energia hidráulica, explorados por concessionária com sede em estado diverso, e determina outras providências.	Em tramitação
154/86	3.085/84	Altera a Lei nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957, para impor sanção à quebra de sigilo e à prestação de informação errada, praticada por empresas de informações reservadas ou confidenciais.	Em tramitação
156/86 (Poder Executivo)	6.694/85	Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.652, de 3-2-88
2/87	5.047/85	Altera dispositivos da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recursos nos orçamentos da União e dá outras providências.	Em tramitação
27/87 (Poder Executivo)	8.331/86	Autoriza a Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás, e a Petrobrás Distribuidora S/A — BR a, nas condições que estabelece, participarem do capital de outras sociedades.	Em tramitação
43/87	193/87	Dispõe sobre pensões, proventos e benefícios.	Em tramitação
49/87	2.350/83	Cria o Serviço Social dos Bancários e Securitários — SESBS.	Em tramitação
50/87 (Poder Executivo)	171/87	Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas, e dá outras providências.	Em tramitação
52/87 (Poder Executivo)	215/87	Altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.	A sanção Lei nº 7.659, de 10-5-88
53/87 (Poder Executivo)	214/87	Altera dispositivo da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.	A sanção Lei nº 7.666, de 22-8-88
54/87 (Poder Executivo)	223/87	Altera o limite da receita bruta anual das pessoas jurídicas e firmas individuais para o fim de sua caracterização como microempresas.	Em tramitação
59/87	255/87	Dispõe sobre a obrigatoriedade de abertura de concurso de projetos arquitetônicos para edifícios públicos do Governo Federal e dá outras providências	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO UEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
4/88	401/88	Altera dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.	À sanção Lei nº 7.657, de 21-3-88
5/88 (Poder Executivo)	240/87	Faculta aos servidores públicos federais a opção pelo regime de que trata a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.662, de 17-5-88 (veto parcial)
6/88 (Poder Executivo)	8.169/86	Dispõe sobre a estrutura das Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário dos Serviços Auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.667, de 22-8-88
7/88 (Poder Executivo)	8.387/86	Cria a 16ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.671, de 21-9-88
8/88	409/83	Altera a Lei nº 6.939, de 9 de setembro de 1981, que trata do regimento sumário de registro e arquivamento no Registro do Comércio.	Em tramitação
9/88	206/87	Dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.	Em tramitação
10/88	186/87	Revoga o artigo 10 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e dá outras providências.	Em tramitação
11/88	235/87	Cria o Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, estabelece normas para a sua implantação, e dá outras providências.	Em tramitação
12/88 (Poder Executivo)	405/88	Declara feriado nacional, destinado às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, o dia 13 de maio de 1988.	À sanção Lei nº 7.658, de 29-4-88
13/88 (Poder Executivo)	304/87	Dá nova redação ao disposto na Lei nº 6.503, de 13 de dezembro de 1977, que "dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino".	À sanção Lei nº 7.692, de 20-12-88
14/88 (Poder Executivo)	381/88	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.669, de 23-8-88
15/88 (Poder Executivo)	260/87	Dispõe sobre a Organização do Quadro de Engenheiros Militares no Ministério do Exército, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.660, de 10-5-88

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
16/88	313/88	Altera o inciso I e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências”, e dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 6.420, de 3 de julho de 1977.	Em tramitação
17/88	425/88	Altera os arts. 7º e 71 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.663, de 27-5-88
18/88 (Poder Executivo)	7.135/86	Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol, e dá outras providências.	Em tramitação
19/88 (Poder Executivo)	216/87	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.661, de 16-5-88 (veto parcial)
20/88 (Complementar)	17/88	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	Em tramitação
21/88	6.718/85	Reconhece de utilidade pública as associações de bairro.	Em tramitação
22/88	1.932/83	Estabelece normas para o funcionamento das frentes de serviço organizadas em períodos de seca e dá outras providências.	Em tramitação
23/88	406/88	Incorpora terrenos da União Federal ao patrimônio da Cohab — RJ para loteamento e venda aos flagelados das enchentes do Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
24/88	408/88	Dispõe sobre as medidas de proteção e amparo às vítimas das enchentes e desabamentos ocorridos nos Estados do Rio de Janeiro e Acre e de fomento às atividades econômicas das áreas atingidas.	À sanção Veto total
25/88	205/87	Autoriza o Poder Executivo a criar incentivos fiscais para o Polo Petroquímico do Sul, nas condições que menciona.	Em tramitação
26/88	201/87	Estabelece normas para a realização de eleições municipais de 15 de novembro de 1988 e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.664, de 29-6-88 (veto parcial)
27/88 (Poder Executivo)	400/88	Altera o § 8º do art. 2º do Decreto-Lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, que “altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Gasosos e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.693, de 20-12-88
28/88	1.183/86	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos e dá outras providências.	À sanção (veto total)
29/88	277/86	Estabelece norma para fixação do salário mínimo.	Em tramitação
30/88 (Poder Executivo)	549/88	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares — FCP e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.668, de 22-8-88

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
31/88 (Poder Executivo)	615/88	Autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS, a doar imóveis à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, para assentamento de famílias carentes.	À sanção Lei nº 7.694, de 20-12-88
32/88 (Poder Executivo)	665/88	Altera dispositivos da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.	À sanção Lei nº 7.672, de 23-9-88
33/88	5.775/85	Considera penosa, para efeito de concessão de aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, a atividade profissional de telefonista.	Em tramitação
34/88	275/87	Altera a composição do Conselho Nacional de Vitivinicultura (Conavin) e dá outras providências.	Em tramitação
35/88	293/88	Declara feriado nacional o dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, consagrado pela comunidade Afro-Brasileira como “Dia Nacional da Consciência Negra”.	Em tramitação
36/88	396/88	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Planalto do Araxá.	À sanção Lei nº 7.703, de 21-12-88 (veto parcial)
37/88	478/88	Estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida/Aids) os benefícios que especifica e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.670, de 8-9-88
38/88 (Poder Executivo)	558/88	Autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS, a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.	À sanção Lei nº 7.674, de 4-10-88
39/88	869/88	Modifica a redação do inciso I do art. 28 da Lei nº 7.664, de 29 de junho de 1988, estabelecendo novo horário para veiculação de propaganda eleitoral para as eleições municipais de 15 de novembro de 1988.	À sanção Lei nº 7.673, de 29-9-88
40/88	307/87	Cria, no Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, os cargos que especifica e dá outras providências.	À sanção (veto total)
41/88 (Poder Executivo)	548/88	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983, que dispõe sobre a retribuição dos serviços de registros do comércio e dá outras providências.	Lei nº 7.695, de 20-12-88 (veto parcial)
42/88 (Poder Executivo)	243/87	Cria cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, fixa o valor de seu vencimento e dá outras providências.	Em tramitação
43/88	418/88	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto de Renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador.	À Câmara (veto total)
44/88	533/88	Institui o “Dia Nacional da Inspeção do Trabalho”.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
45/88 (Poder Executivo)	7.835/86	Concede pensão especial a Jacira Braga de Oliveira, Rosa Braga e Belchior Beltrão Zica, trinetos de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.	À sanção Lei nº 7.705, de 21-12-88
46/88 (Poder Executivo)	7.861/86	Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.678, de 8-11-88 (veto parcial)
47/88	682/88	Proíbe a utilização de clorofluorcarbonetos como propelentes em aerosol do tipo spray e dá outras providências.	Em tramitação
48/88 (Poder Executivo)	843/88	Dispõe sobre a criação, pelo Poder Executivo, de entidade destinada a promover o desenvolvimento da tecnologia mineral e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.677, de 21-10-88
49/88	796/88	Inclui Categoria Funcional de Inspetor de Segurança Judiciária no Grupo-Atividades de Apoio Judiciário de Quadro Permanente da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, fixa os respectivos valores de vencimentos e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.707, de 21-12-88
50/88 (Poder Executivo)	547/88	Acrescenta o termo "Universitário" na denominação do Hospital Professor Edgard Santos, da Universidade Federal da Bahia.	À sanção Lei nº 7.696, de 20-12-88
51/88	139/87	Acrescenta parágrafo à Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que "estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados".	Em tramitação
52/88	668/88	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.	À Câmara Lei nº 7.716, de 5-1-89 (veto parcial)
53/88 (Poder Executivo)	339/88	Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.	À Câmara
54/88 (Poder Executivo)	545/88	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Trabalho o crédito especial até o limite de Cz\$ 1.703.004.000,00 (um bilhão, setecentos e três milhões e quatro mil cruzados), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.697, de 20-12-88
55/88 (Poder Executivo)	316/88	Altera a Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.	Em tramitação
56/88	678/88	Estabelece a inclusão da matéria "História Geral da África e do Negro no Brasil" como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório.	Em tramitação
57/88	489/88	Transforma cargos nos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.	À sanção (veto total)
58/88 (Complementar)	18/88	Possibilita afastamento de magistrados dirigentes de Classe.	Em tramitação
59/88 (Poder Executivo)	546/88	Altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.	À sanção Lei nº 7.698, de 20-12-88

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
63/88	993/88	Dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências.	À sanção (veto total)
64/88 (Poder Executivo)	1.064/88	Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.713, de 22-12-88 (veto parcial)
65/88 (Poder Executivo)	1.220/88	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cz\$ 3.586.086.605.000,00 (três trilhões, quinhentos e oitenta e seis bilhões, oitenta e seis milhões e seiscentos e cinco mil cruzados), e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.688, de 15-12-88
66/88 (Poder Executivo)	7.783/86	Autoriza a Universidade Federal de Goiás a doar imóvel à União Estadual dos Estudantes de Goiás, nas condições que menciona.	À sanção Lei nº 7.718, de 6-1-89
67/88 (Poder Executivo)	1.202/88	Dispõe sobre a remuneração dos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.702, de 21-12-88
68/88 (Ministério Público da União)	207/88	Dispõe sobre as remunerações dos membros do Ministério Público da União.	À sanção Lei nº 7.725, de 6-1-89 (veto parcial)
69/88 (Tribunal de Recursos)	1.207/88	Dispõe sobre as remunerações dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos e dos Juízes Federais.	À sanção Lei nº 7.724, de 6-1-89 (veto parcial)
70/88 (Tribunal de Justiça e dos Territórios)	1.299/88	Dispõe sobre as remunerações dos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos, Juízes de Direito dos Territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios.	À sanção Lei nº 7.728, de 9-1-89 (veto parcial)
71/88 (Superior Tribunal Militar)	1.301/88	Dispõe sobre as remunerações dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal.	À sanção Lei nº 7.723, de 6-1-89 (veto parcial)
72/88 (Tribunal de Contas da União)	1.302/88	Dispõe sobre as remunerações dos membros do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.726, de 6-1-89 (veto parcial)
73/88 (Tribunal Superior do Trabalho)	1.298/88	Dispõe sobre as remunerações dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e Juízes do Trabalho.	À sanção Lei nº 7.722, de 6-1-89 (veto parcial)
74/88 (Poder Executivo)	8.337/86	Cria, mediante transformação, cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.717, de 6-1-89
75/88 (Poder Executivo)	261/87	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores alcançados pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987.	À sanção Lei nº 7.709, de 22-12-88
76/88 (Poder Executivo)	844/88	Altera dispositivo da Lei nº 6.265, de 19 de novembro de 1975, que dispõe sobre o ensino no Exército.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
60/88 (Complementar)	28/88	Dá nova redação ao § 3º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).	À sanção Lei Complementar nº 59, de 22-12-88
61/88 (Poder Executivo)	719/88	Prorroga o prazo estabelecido no art. 1º da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, que regula o procedimento para o registro de propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.	À sanção Lei nº 7.699, de 20-12-88
62/88	1.071/88	Dispõe sobre a composição inicial dos Tribunais Regionais Federais e sua instalação, cria os respectivos quadros de pessoal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.727, de 9-1-89 (veto parcial)
77/88 (Tribunal Superior Eleitoral)	918/88	Inclui a Categoria Funcional de Inspetor de Segurança Judiciária no Grupo-Atividades de Apoio Judiciário, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, fixa os respectivos valores de vencimentos e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.719, de 6-1-89
78/88	973/88	Altera a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
79/88 (Tribunal Superior do Trabalho)	1.127/88	Inclui a Categoria Funcional de Inspetor de Segurança Judiciária no Grupo-Atividades de Apoio Judiciário, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, fixa os respectivos valores de vencimentos e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.720, de 6-1-89
80/88	1.210/88	Dispõe sobre a eleição para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios novos criados até 15 de julho de 1988, e determina outras providências.	À sanção Lei nº 7.710, de 22-12-88
81/88	1.284/88	Dispõe sobre a transformação em Autarquia Especial da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e dá outras providências.	Rejeitado
82/88 (Poder Executivo)	1.286/88	Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.	À sanção Lei nº 7.721, de 6-1-89
83/88 (Poder Executivo)	1.268/88	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições, e dá outras providências.	À sanção
84/88 (Poder Executivo)	805/88	Amplia as atividades da Fundação Habitacional do Exército — FHE, e dá outras providências.	À Câmara
85/88 (Supremo Tribunal Federal)	1.270/88	Dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	À sanção (veto total)
86/88 (Tribunal de Justiça do DF e Territórios)	1.300/88	Dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos Ofícios Judiciais do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.	À sanção (veto total)
87/88 (Tribunal Federal de Recursos)	1.304/88	Institui gratificação extraordinária aos servidores do Tribunal Federal de Recursos, da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.	À sanção (veto total)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
88/88	1.303/88 (Tribunal Superior do Trabalho)	Dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	À sanção (veto total)
89/88	1.316/88 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias federais e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.712, de 22-12-88 (veto parcial)
90/88	1.322/88 (Tribunal Superior Eleitoral)	Dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores da Justiça Eleitoral e dá outras providências.	À sanção (veto total)
91/88	1.323/88 (Superior Tribunal Militar)	Dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências.	À sanção (veto total)
92/88	1.360/88 (Ministério Público da União)	Dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Ministério Público da União e dá outras providências.	À sanção (veto total)
93/88	1.410/88 (Poder Executivo)	Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.711, de 22-12-88
94/88	1.411/88 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e militares, da administração federal direta, das autarquias, dos extintos Territórios Federais e das fundações públicas e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.706, de 21-12-88
95/88	1.412/88	Altera a legislação dos incentivos fiscais relacionados com o Imposto de Renda.	À sanção Lei nº 7.714, de 29-12-88

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:

Total dos Projetos	632
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	540
desta sessão legislativa	92
Aprovados e enviados à sanção	69
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	7
desta sessão legislativa	62
Emendados e devolvidos à Casa de origem	7
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	3
desta sessão legislativa	4
Em andamento	556
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	532
desta sessão legislativa	24

I.5.4 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/83	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo denuncie, no prazo de 48 horas, o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Em tramitação
24/83	6/83	Aprova a correção do artigo XV, alínea b , do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — Intelsat, assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74.130, de 28 de maio de 1974.	Em tramitação
8/84	44/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983.	Em tramitação
10/84	17/83	Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — Inmarsat, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.	Em tramitação
16/84	58/84	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação
18/84	50/84	Aprova os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referente à licença remunerada para estudos, adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.	Em tramitação
21/84	66/84 (*)	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, em 16 de dezembro de 1983.	Em tramitação
23/84	62/84	Aprova o texto do Ato Constitutivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-americana — Ritla, celebrado em Brasília, a 26 de outubro de 1983.	Em tramitação

(*) Não constou do Relatório de 1987.

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
25/84	70/84	Aprova o texto da Convenção nº 133, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre alojamento a bordo de navios (disposições complementares), adotada em Genebra a 30 de outubro de 1970, durante a 55ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
29/84	69/84	Aprova o texto da Convenção nº 119, sobre “Proteção das Máquinas”, adotado na 47ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, realizada em Genebra, em junho de 1963.	Em tramitação
3/85	64/84	Aprova o texto da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de Imposto sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas, celebrado em Brasília, a 29 de setembro de 1983.	Em tramitação
4/85	59/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Energia Nuclear para fins pacíficos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 30 de novembro de 1983.	Em tramitação
5/85	31/83	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1981, no valor de Cr\$ 150.000.000.000.	Em tramitação
6/85	78/84	Aprova os textos da Convenção nº 137, e da Recomendação nº 145, da Organização Internacional do Trabalho, relativas às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos, adotados em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
7/85	77/81	Aprova o texto da Recomendação nº 131, referente a aposentadoria por invalidez e por velhice e pensões por morte, adotada na 51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.	Em tramitação
8/85	85/85	Aprova os textos da Convenção nº 136 e da Recomendação nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre “proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno”, adotadas em Genebra, a 30 de junho de 1971, durante a LVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
9/85	90/85	Aprova o texto do Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, celebrado em Brasília, a 17 de julho de 1984.	Em tramitação
12/85	98/85	Aprova o texto do protocolo adicional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha ao Acordo Cultural de 25 de junho de 1960, assinado em Brasília em 1º de fevereiro de 1985.	Decreto Legislativo nº 74, de 9-12-88

SF	Nº CD	Ementa	Resolução
16/85	94/85	Aprova o texto do Adendo ao Acordo para funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-americana de Saúde — Opas, Organização Mundial de Saúde — OMS, no Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-americana, assinado em Brasília, a 21 de dezembro de 1984.	Decreto Legislativo nº 75, de 9-12-88
18/85	96/85	Aprova as contas do Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1983.	Em tramitação
19/85	72/84	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
22/85	83/85	Aprova o texto da Convenção nº 134, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho dos Marítimos, adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
23/85	84/85	Aprova o texto da Recomendação nº 116, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Redução da Duração do Trabalho, adotada em Genebra, a 26 de junho de 1962, durante a XLVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
34/85	74/84	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1983, nos valores de Cr\$ 950.000.000.000.	Em tramitação
37/85	91/85	Aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o funcionamento do Escritório em Brasília da Comissão Econômica para a América Latina, concluído em Santiago, Chile, em 27 de julho de 1984.	Decreto Legislativo nº 4, de 11-3-88
2/86	97/85	Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, concluída em Viena, a 21 de maio de 1963.	Em tramitação
3/86	113/85	Aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade Parcial na Execução de Cartas Rogatórias, celebrado, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 5 de outubro de 1978.	Em tramitação
4/86	86/85	Aprova o texto da Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, relativa à Idade Mínima para Admissão em Emprego, adotada, a 26 de junho de 1973, em Genebra, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
8/86	112/85	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor de Cr\$ 400.000.000.000 (quatrocentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
9/86	116/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor global de Cr\$ 1.900.000.000.000 (um trilhão e novecentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
10/86	117/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor global de Cr\$ 10.000.000.000.000 (dez trilhões de cruzeiros).	Em tramitação
12/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização ao Presidente da República para ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de julho de 1986 a 31 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação
16/86	109/85	Aprova o texto do Acordo de Comércio, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, a 12 de setembro de 1984.	Em tramitação
17/86	120/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e afins do Atlântico, aprovado pela Conferência de Plenipotenciários, em 9 e 10 de julho de 1984.	Decreto Legislativo nº 7, de 6-6-88
19/86	123/86	Aprova o texto do Acordo Internacional do Açúcar de 1984, concluído em Genebra, em 5 de julho de 1984.	Em tramitação
20/86	129/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em Moscou, a 10 de dezembro de 1985.	Decreto Legislativo nº 68, de 16-9-88
21/86	130/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai na área de Rádio e Televisão, celebrado em Montevideú, em 14 de agosto de 1985.	Em tramitação
22/86	110/85	Aprova o texto do Acordo sobre a criação de Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Brasília, em 5 de julho de 1985.	Decreto Legislativo nº 3, de 11-3-88
23/86	121/86	Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, a 16 de julho de 1985.	Em tramitação
2/87	153/86	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada por Consenso na XXXIX Sessão (1984) da Assembleia Geral das Nações Unidas, e assinada em 23 de setembro de 1985, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
4/87	131/86	Aprova os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados, junto com o Protocolo Facultativo relativo a esse último Pacto, na XXI Sessão (1966) da Assembléia Geral das Nações Unidas.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/88	9/87	Aprova o texto do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, assinado em Lima, a 16 de novembro de 1987.	Decreto Legislativo nº 6, de 21-3-88
2/88	8/88	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no período compreendido entre 1º de março de 1988 e 28 de fevereiro de 1989.	Decreto Legislativo nº 5, de 18-3-88
3/88	6/87	Aprova os textos das Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que especifica.	À Câmara
4/88	7/87	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, assinado pelo Brasil em 31 de outubro de 1986.	Decreto Legislativo nº 71, de 11-10-88
5/88	12/88	Homologa o ato do Conselho Monetário Internacional que autorizou a emissão de papel-moeda no exercício de 1987, no valor global de Cz\$ 95.000.000.000,00 (noventa e cinco bilhões de cruzados).	Em tramitação
6/88	143/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, em Budapeste, a 20 de junho de 1986.	Em tramitação
7/88	150/86	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, a 2 de julho de 1985.	Em tramitação
8/88	11/88	Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção de Aviação Civil Internacional (art. 83 Bis) assinado em Montreal, a 6 de outubro de 1980.	Em tramitação
9/88	10/88	Aprova o texto do Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO — Referente à Ajuda do Programa Mundial de Alimentos, celebrado em Brasília, a 2 de fevereiro de 1987.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
10/88	152/86	Aprova o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos — OEA, denominado “Protocolo de Cartagena das Índias”, aprovado no XIV Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, realizado em Cartagena das Índias, Colômbia, no período de 2 a 4 de dezembro de 1985.	Decreto Legislativo nº 67, de 16-9-88
11/88	154/86	Aprova o texto da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, concluída em Cartagena das Índias, Colômbia, em 9 de dezembro de 1985, por ocasião da XV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA, e assinada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1986.	Em tramitação
12/88	13/88	Aprova os textos das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985.	Em tramitação
13/88	17/88	Aprova o texto da Convenção nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre consultas tripartites para promover a aplicação das normas internacionais do trabalho, adotada em Genebra, em 1976, durante a 61ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
14/88	19/88	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal, celebrado em Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988.	Em tramitação
15/88	20/88	Aprova o texto da Convenção nº 154, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o incentivo à negociação coletiva, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Reunião Internacional do Trabalho.	Em tramitação
16/88	21/88	Aprova o texto da Convenção nº 140 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a licença remunerada para estudos, adotada em Genebra, em 1974, durante a 59ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
17/88	23/88	Aprova o texto do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, assinado com a República do Paraguai, em Brasília, a 29 de março de 1988.	Em tramitação
18/88	26/88	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em Brasília, a 30 de setembro de 1987.	Decreto Legislativo nº 69, de 11-10-88
19/88	25/88	Aprova o texto do acordo sobre Programa a Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo das Repúblicas Socialistas Soviéticas em Brasília, a 30 de setembro de 1987.	Decreto Legislativo nº 70, de 11-10-88

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
20/88	24/88	Aprova o texto do Acordo, por troca de notas, que define procedimentos para a restituição de veículos roubados ou furtados, no Brasil ou no Paraguai, e localizados no território de outra Parte, celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Federativa do Paraguai, em Assunção, a 28 de julho passado.	Decreto Legislativo nº 73, de 2-12-88
21/88	Severo Gomes	Dispõe sobre a suspensão da vigência dos atos internacionais ainda não aprovados pelo Congresso Nacional.	Em tramitação
22/88	Fernando Henrique Cardoso	Susta o Decreto nº 96.814, de 28 de setembro de 1988, que "transforma a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden/PR), e dá outras providências".	Em tramitação
23/88	Severo Gomes	Dispõe sobre a concessão de emissoras de rádio e televisão.	Em tramitação
24/88	Severo Gomes	Dispõe sobre a sustação dos atos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.	Em tramitação
25/88	Leite Chaves	Susta o Decreto nº 96.991, de 14 de outubro de 1988, que "atribui competência para autorização de pagamentos e recebimentos por meio de outras instituições financeiras".	Em tramitação
26/88	Maurício Corrêa	Susta o Decreto nº 96.930, de 4 de outubro de 1988, que "altera o Estatuto da Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.	Em tramitação
27/88	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a não aplicação do Decreto Legislativo nº 72, de 1988, na hipótese que especifica.	A Câmara

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos Projetos de Decreto Legislativo:

I — Total dos Projetos	68
Sendo:	
oriundos de Sessões Legislativas anteriores	41
desta Sessão Legislativa	27
Aprovados e promulgados	13
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	6
desta Sessão Legislativa	7
Permanecem em estudo	53
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	35
desta Sessão Legislativa	18
Enviados à Câmara	2
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	—
desta Sessão Legislativa	2
II — Os Projetos de Decreto Legislativo versaram sobre:	
Atos internacionais	53
Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País	2
Autorização para emissão de papel-moeda	6
Sustação de decreto	3
Sustação de Decreto Legislativo	1
Concessão de emissoras de rádio e TV	1
Sustação de atos do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil	1
Aprovação de contas do Presidente da República	1

I.5.5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Em tramitação
37/82	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
17/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o uso da palavra e dá outras providências.	Resolução nº 49, de 24-8-88
145/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as comissões e dá outras providências.	Em tramitação
17/87	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
21/87	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação do seu substituto eventual.	Em tramitação
57/87	Nelson Carneiro	Dispõe sobre operação de crédito dos estados e municípios, fixa critérios e condições.	Em tramitação
442/87	Pompeu de Sousa	Cria a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.	Em tramitação
443/87	Mendes Canale	Altera, temporariamente, o mandato dos membros das comissões permanentes.	Em tramitação
28/88	Carlos Chiarelli (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 3.689,02 OTN.	Resolução nº 74, de 21-9-88
29/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberaí (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 13.650,42 OTN.	Resolução nº 58, de 16-9-88
30/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 48.000,00 OTN.	Resolução nº 77, de 21-9-88
31/88	Cid Sabóia de Carvalho (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduís (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 8.424,51 OTN.	Resolução nº 108, de 27-9-88
32/88	Marcondes Gadelha (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monteiro (PB) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 66, de 19-9-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
33/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mococa (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.146,62 OTN.	Resolução nº 109, de 27-9-88
34/88	Itamar Franco (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alvinópolis (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.000,00 OTN.	Resolução nº 87, de 21-9-88
37/88	Rachid Saldanha Derzi (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.600,00 OTN.	Resolução nº 70, de 20-9-88
38/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul (RS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.519,74 OTN.	Resolução nº 110, de 27-9-88
39/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduís (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.790,00 OTN.	Resolução nº 126, de 3-10-88
40/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura de Anastácio (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 49.342,11 OTN.	Resolução nº 79, de 21-9-88
41/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Antonio João (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.800,00 OTN.	Resolução nº 80, de 21-9-88
42/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aral Moreira (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.411,27 OTN.	Resolução nº 88, de 21-9-88
45/88	José Richa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Toledo (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.864,66 OTN.	Resolução nº 89, de 21-9-88
46/88	Chagas Rodrigues (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Altos (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 111, de 27-9-88
47/88	José Richa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Astorga (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.806,39 OTN.	Resolução nº 127, de 3-10-88
48/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bandeirantes (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.699,00 OTN.	Resolução nº 97, de 22-9-88
49/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaporã (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.800,00 OTN.	Resolução nº 98, de 22-9-88
50/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Taquarassu (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.098,68 OTN.	Resolução nº 90, de 21-9-88
51/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poxoréu (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 197.554,0 OTN.	Resolução nº 91, de 21-9-88
52/88	José Richa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maria Helena (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.116,12 OTN.	Resolução nº 151, de 13-10-88
53/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.821.876,00 OTN.	Resolução nº 75, de 21-9-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 414.810,00 OTN.	Resolução nº 32, de 2-3-88
55/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 417.951,00 OTN.	Resolução nº 33, de 2-3-88
56/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 357.768,00 OTN.	Resolução nº 34, de 2-3-88
57/88	Francisco Rollemberg (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Propriá (SE) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 79.860,00 OTN.	Resolução nº 60, de 16-9-88
58/88	Ronan Tito (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itauçu (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 25.293,79 OTN.	Resolução nº 99, de 22-9-88
59/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.912,68 OTN.	Resolução nº 100, de 22-9-88
60/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 74.922,78 OTN.	Resolução nº 35, de 2-3-88
61/88	Alfredo Campos (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 48,500,000.00 (quarenta e oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 96, de 22-9-88

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/88	Comissão Diretora	Institui a Gratificação de Natal.	Em tramitação
63/88	Mário Maia (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Norte, RS, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.986,19 OTN.	Resolução nº 128, de 3-10-88
64/88	José Agripino (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, RN, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 55.000 OTN.	Resolução nº 119, de 3-10-88
65/88	Carlos Alberto (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aquidabã, SE, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 39.941,55 OTN.	Resolução nº 61, de 16-9-88
66/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranavaí, PR, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 OTN.	Resolução nº 120, de 3-10-88
67/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraná, PR, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.448,34 OTN.	Resolução nº 150, de 12-10-88
68/88	Mário Maia (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba, RN, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.645,45 OTN.	Resolução nº 101, de 22-9-88
69/88	Ronan Tito (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santos Dumont, MG, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 180.000 OTN.	Resolução nº 76, de 21-9-88
70/88	Alexandre Costa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Turiaçu, MA, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.738,72 OTN.	Resolução nº 129, de 3-10-88
71/88	José Richa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Peabiru, PR, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.775,48 OTN.	Resolução nº 107, de 27-9-88
72/88	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Assu, RN, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.965,23 OTN.	Resolução nº 112, de 27-9-88
73/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim, RS, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.033,00 OTN.	Resolução nº 149, de 12-10-88
74/88	Edison Lobão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Luciara, MT, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 42.437,69 OTN.	Resolução nº 113, de 27-9-88
75/88	Aluizio Bezerra (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, MT, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 62.192,00 OTN.	Resolução nº 81, de 21-9-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
76/88	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caicó, RN, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 OTN.	Resolução nº 114, de 27-9-88
77/88	Aluizio Bezerra (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 800.000 OTN.	Resolução nº 38, de 29-6-88
78/88	Mário Maia (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco, AC, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.927,84 OTN.	Resolução nº 40, de 30-6-88
79/88	Áureo Mello (Relator)	Rerratifica a Resolução nº 160, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 363.865,70 OTN.	Resolução nº 46, de 18-8-88
80/88	Ronan Tito e outros	Altera o art. 64 do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução nº 47, de 18-8-88
81/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, RJ, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.500,00 OTN.	Resolução nº 39, de 29-6-88
82/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.100.000 OTN.	Resolução nº 41, de 30-6-88
83/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir 16.700.000 Obrigações do Tesouro do Estado — OTRJ, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 43, de 18-8-88
84/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.750.000 OTN.	Resolução nº 72, de 20-9-88
85/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paracambi (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 61.000 OTN.	Resolução nº 45, de 18-8-88
86/88	Leopoldo Peres (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.458.000 OTN.	Resolução nº 102, de 22-9-88
87/88	Carlos Alberto (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.450.000 OTN.	Resolução nº 54, de 15-9-88
88/88	Nelson Wedekin (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar temporariamente em Cz\$ 7.856.160.741,00 (sete bilhões oitocentos e cinquenta e seis milhões, cento e sessenta mil setecentos e quarenta e um cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 44, de 18-8-88
89/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre horário e frequência no Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
90/88	Affonso Camargo	Acrescenta o item II ao art. 97 da Resolução nº 93, de 1970, renumerando-se os demais.	Em tramitação
91/88	Comissão Diretora	Altera a lotação nos gabinetes a que se refere o item V do art. 357 do Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
92/88	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 10.000,00 OTN.	Resolução nº 152, de 13-10-88
93/88	Iram Saraiva (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Turiaçu (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 72.000,00 OTN.	Resolução nº 115, de 27-9-88
94/88	Alfredo Campos (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir 13.292.652,00 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 50 de 24-8-88
95/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Valença (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 121, de 3-10-88
96/88	José Pauso Bisol (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir 12.609.235 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 51, de 24-8-88
97/88	Jamil Addad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a emitir 2.100.000 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 52, de 24-8-88
98/88	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 368, inciso I, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Em tramitação
99/88	Affonso Camargo (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 47.947.185,70 OTN.	Resolução nº 55, de 15-9-88
100/88	Affonso Camargo (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 32.038.173,54 OTN.	Resolução nº 56, de 15-9-88
101/88	Mário Maia (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Linhares (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 69.954,00 OTN.	Resolução nº 57, de 15-9-88
102/88	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 431.150 OTN.	Resolução nº 92, de 21-9-88
103/88	Louremberg Nunes Rocha (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Colider (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 93.000,00 OTN.	Resolução nº 67, de 19-9-88
104/88	Louremberg Nunes Rocha (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 300.000,00 OTN.	Resolução nº 82, de 21-9-88
105/88	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.468.560,00 OTN.	Resolução nº 68, de 19-9-88
106/88	Lourival Baptista (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 30.000.000,00 OTN.	Resolução nº 62, de 16-9-88
107/88	Alfredo Campos (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir 4.882.158,00 Obrigações do Tesouro do Estado elevando, temporariamente, o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 69, de 19-9-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
108/88	Leopoldo Peres (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 36.161,03 OTN.	Resolução nº 153, de 13-10-88
109/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 800.000,00 OTN.	Resolução nº 93, de 21-9-88
110/88	José Ignácio Ferreira (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cariacica (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 600.000,00 OTN.	Resolução nº 59, de 16-9-88
111/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 200.000,00 OTN.	Resolução nº 94, de 21-9-88
112/88	Mauro Borges (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ipameri (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 103, de 22-9-88
113/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de João Câmara (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 65.000,00 OTN.	Resolução nº 83, de 21-9-88
114/88	Louremberg Nunes Rocha (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alta Floresta (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 200.000,00 OTN.	Resolução nº 104, de 22-9-88
115/88	Itamar Franco (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Gaspar (SC) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 125.000,00 OTN.	Resolução nº 95, de 21-9-88
116/88	Itamar Franco (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patos de Minas (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 300.000,00 OTN.	Resolução nº 84, de 21-9-88
117/88	Itamar Franco (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Casa Branca (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 250.000,00 OTN.	Resolução nº 85, de 21-9-88
118/88	Lourival Baptista (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.000,00 OTN.	Resolução nº 63, de 16-9-88
119/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.315.000,00 OTN.	Resolução nº 64, de 19-9-88
120/88	Mauro Borges (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Nacional (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 105, de 22-9-88
121/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.645.800,00 OTN.	Resolução nº 65, de 19-9-88
122/88	Mauro Borges (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia (GO) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 69.954,43 OTN.	Resolução nº 86, de 21-9-88
123/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de US\$ 16,744,016.28 (dezesseis milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, dezesseis dólares e vinte e oito centavos).	Resolução nº 78, de 21-9-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
124/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (RJ) a elevar em 1.700.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 73, de 20-9-88
125/88	Leopoldo Peres (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.700.000,00 OTN.	Resolução nº 71, de 20-9-88
126/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.414,38 OTN.	Resolução nº 122, de 3-10-88
127/88	Wilson Martins (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Miranda (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 83.082,71 OTN.	Resolução nº 130, de 3-10-88
128/88	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberaba (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 250.000,00 OTN.	Resolução nº 123, de 3-10-88
129/88	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Gongogi (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 73.309,00 OTN.	Resolução nº 131, de 3-10-88
130/88	Alfredo Campos (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.400.000,00 OTN.	Resolução nº 106, de 23-9-88
131/88	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Toledo (PR) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 591.259,398 OTN.	Resolução nº 132, de 3-10-88
132/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.200.000,00 OTN.	Resolução nº 133, de 3-10-88
133/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bonito (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.575,32 OTN.	Resolução nº 124, de 3-10-88
134/88	Mansueto de Lavor (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paratininga (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 66.075,65 OTN.	Resolução nº 117, de 30-9-88
135/88	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.000,00 OTN.	Resolução nº 116, de 30-9-88
136/88	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sinop (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 713.546,03 OTN.	Resolução nº 134, de 3-10-88
137/88	João Calmon (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 OTN.	Resolução nº 135, de 3-10-88
138/88	João Calmon (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.855.086,13 OTN.	Resolução nº 125, de 3-10-88
139/88	Edison Lobão (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000.000 OTN.	Resolução nº 118, de 6-10-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
140/88	Humberto Lucena e Jutahy Magalhães	Prorroga o prazo de vigência da Resolução nº 1, de 1987.	Resolução nº 137, de 6-10-88
141/88	Severo Gomes	Dispõe sobre os limites de remuneração dos títulos da dívida pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.	Em tramitação
142/88	Severo Gomes	Dispõe sobre as operações de conversão da dívida externa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em investimentos no País e dá outras providências.	Em tramitação
143/88	Mário Maia (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.313.240 OTN.	Resolução nº 138, de 11-10-88
144/88	Ronan Tito (Relator)	Autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 217.158.571,43 OTN.	Resolução nº 143, de 11-10-88
145/88	Francisco Rollemberg (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba (RN) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.000 OTN.	Resolução nº 144, de 11-10-88
146/88	Edison Lobão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Turiaçu (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.071,43 OTN.	Resolução nº 145, de 11-10-88
147/88	Leopoldo Peres (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paratinga (MT) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 OTN.	Resolução nº 146, de 11-10-88
148/88	Leopoldo Peres (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anastácio (MS) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 147, de 11-10-88
149/88	Edison Lobão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José de Ribamar (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 148, de 11-10-88
150/88	Alfredo Campos (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Irecê (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 139, de 11-10-88
151/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 240.000,00 OTN.	Resolução nº 140, de 11-10-88
152/88	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguaquara (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 330.234,80 OTN.	Resolução nº 141, de 11-10-88
153/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 14.571.000,00 OTN.	Resolução nº 142, de 11-10-88
154/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre a Gratificação Especial de Desempenho.	Resolução nº 155, de 20-10-88
155/88	Comissão Diretora	Estabelece normas para que o Senado Federal exerça a competência de Câmara Legislativa do Distrito Federal.	Resolução nº 157, de 1º-11-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
156/88	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão (PE), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 172, de 30-11-88
157/88	Meira Filho (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Corda (MA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 175, de 30-11-88
158/88	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carpina (PE), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 163, de 28-11-88
159/88	Meira Filho (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís, Estado do Maranhão, a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o limite de endividamento do município, até o valor de Cz\$ 259.977.013,83 (duzentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e setenta e sete mil, treze cruzados e oitenta e três centavos), equivalente a US\$ 1,891,567.33 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e sete dólares e trinta e três centavos).	Resolução nº 161, de 28-11-88
160/88	Comissão Diretora	Altera dispositivos da Resolução nº 1, de 1987, modificada pela Resolução nº 54, de 1987 e revalidada pela de nº 137, de 1988.	Resolução nº 159, de 22-11-88
161/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ubaitaba (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 146.520,13 OTN.	Resolução nº 173, de 30-11-88
162/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tremedal (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 283.510,18 OTN.	Resolução nº 164, de 29-11-88
163/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coelho Neto (MA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 177, de 30-11-88
164/88	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santarém (PA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 347.102,50 OTN.	Resolução nº 174, de 30-11-88
165/88	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Central (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 57.500,00 OTN.	Resolução nº 179, de 30-11-88
166/88	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 169, de 30-11-88
167/88	Divaldo Suruagy (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Maior (PI), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 51.585,00 OTN.	Resolução nº 176, de 30-11-88
168/88	Divaldo Suruagy (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 300.000,00 OTN.	Resolução nº 165, de 29-11-88
169/88	Divaldo Suruagy (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Chapadinha (MA), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 162, de 28-11-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
170/88	Divaldo Suruagy (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Amaro (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 OTN.	Resolução nº 185, de 7-12-88
171/88	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 749.354,98 OTN.	Resolução nº 168, de 30-11-88
172/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.417,90 OTN.	Resolução nº 160, de 28-11-88
173/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.550.430,00 OTN.	Resolução nº 178, de 30-11-88
174/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 327.636,74 OTN.	Resolução nº 171, de 88-11-08
175/88	Jarbas Passarinho (Relator)	Autoriza o Governo da União a contratar operação de crédito no valor de LIT 22.645.371.000,00 (vinte e dois bilhões seiscentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e setenta e uma mil libras italianas).	Resolução nº 167, de 29-11-88
176/88	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza o Governo da União a contratar operação de crédito externo no valor de LIT..... 81.561.400.000,00 (oitenta e um bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, quatrocentas mil libras italianas).	Resolução nº 166, de 29-11-88
177/88	Chagas Rodrigues (Relator)	Rerratifica a Resolução nº 148, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Belém (PA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 440.996,24 OTN.	Resolução nº 170, de 30-11-88
178/88	Pompeu de Sousa (Relator)	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 141.949,24 OTN.	Resolução nº 181, de 2-12-88
179/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.121.544,05 OTN.	Resolução nº 180, de 1-12-88
180/88	Rubens Vilar (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Central (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 76.905,00 OTN.	Resolução nº 182, de 2-12-88
181/88	Luis Viana (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Irecê (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.000,00 OTN.	Resolução nº 183, de 2-12-88
182/88	Luis Viana (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jequié (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 263.157,90 OTN.	Resolução nº 184, de 2-12-88
183/88	Comissão Diretora	Revoga o item VI do art. 406 e o art. 412 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Em tramitação
184/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre o funcionamento do Pecúlio do Senado e dá outras providências.	Em tramitação
185/88	Jutahy Magalhães	Estabelece a Estrutura Administrativa Básica do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
186/88	Comissão Diretora	Dá nova redação aos arts. 3º e 62, do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
187/88	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 10 de novembro de 1972, nas partes referentes à Secretaria de Divulgação e Relações Públicas e à Subsecretaria Técnica de Operações e Manutenção Eletrônica.	Resolução nº 191, de 15-12-88
188/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.000.000,00 OTN.	Resolução nº 186, de 9-12-88
189/88	Rubens Vilar (Relator)	Autoriza o Governo da União a contratar operação de crédito externo no valor de US\$. 300,000.00 (Trezentos milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 193, de 15-12-88
190/88	Ronan Tito (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 81,900,000.00 (oitenta e um milhões e novecentos mil dólares).	Resolução nº 187, de 13-12-88
191/88	Nelson Carneiro (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 39,899,100.00 (trinta e nove milhões oitocentos e noventa e nove mil e cem dólares norte-americanos).	Resolução nº 188, de 13-12-88
192/88	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 155, de 1988, que dispõe sobre a Gratificação Especial de Desempenho.	Resolução nº 197, de 15-12-88
193/88	Comissão Diretora	Extingue e transforma cargos do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e dá outras providências.	Resolução nº 208, de 15-12-88
194/88	João Menezes (Relator)	Autoriza o Governo da União a contratar operação de crédito externo no valor de US\$. 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 194, de 15-12-88
195/88	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza a Caixa Econômica Federal a contratar operação de crédito externo no valor de US\$. 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 209, de 15-12-88
196/88	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, na parte relativa à estrutura administrativa da Assessoria, e dá outras providências.	Resolução nº 210, de 15-12-88
197/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre a execução de programas assistenciais para os servidores do Senado Federal.	Resolução nº 211, de 15-12-88
198/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito interno junto à rede bancária nacional, no valor de 4.100.000 OTN para despesa de custeio e pagamento de dívidas a curto prazo, já vencidas, retificando a Resolução nº 41, de 1988 do Senado Federal.	Resolução nº 189, de 13-12-88
199/88	Leite Chaves (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 63,000,000.00 (sessenta e três milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 190, de 13-12-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
200/88	Comissão do Distrito Federal	Fixa, para o exercício de 1989, a remuneração do Governador do Distrito Federal e dos respectivos Secretários, e dá outras providências.	Resolução nº 213, de 15-12-88
201/88	Comissão Diretora	Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, na Subsecretaria de Comissões e dá outras providências.	Em tramitação
201-A/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos, salários e proventos dos servidores do Senado Federal e dá outras providências.	Resolução nº 198, de 15-12-88
202/88	Aluizio Bezerra (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 1.701.000,00 OTN.	Resolução nº 195, de 15-12-88
203/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Petrópolis (RJ), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 4.620.000,00 OTN.	Resolução nº 202, de 15-12-88
204/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 1.427.818,89 OTN.	Resolução nº 196, de 15-12-88
205/88	Rubens Vilar (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a emitir 7.519.457,00 Obrigações do Tesouro do Estado-OTC elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 207, de 15-12-88
206/88	Gerson Camata (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 1.500.000,00 OTN.	Resolução nº 199, de 15-12-88
207/88	José Paulo Bisol (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir 11.514.582,00 Obrigações do Tesouro do Estado OTE-RS, elevando temporariamente o limite da sua dívida consolidada.	Resolução nº 200, de 15-12-88
208/88	Rubens Vilar (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 26,450,000.00 (vinte e seis milhões quatrocentos e cinquenta mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 203, de 15-12-88
209/88	João Menezes (Relator)	Autoriza o Governo da União a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 71,000,000.00 (setenta e um milhões de dólares americanos).	Resolução nº 214, de 15-12-88
210/88	Edison Lobão (Relator)	Autoriza o Governo da União a celebrar contratos bilaterais no valor aproximado de US\$ 5,000,000,000.00 (cinco bilhões de dólares americanos) junto aos governos de países credores, no âmbito do chamado "Clube de Paris".	Resolução nº 201, de 15-12-88
211/88	Alfredo Campos (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir 14.853.996 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 204, de 15-12-88
212/88	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir 13.200.000 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 212, de 15-12-88

Nº	Autor	Ementa	Resultado
213/88	Nabor Junior (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir 35.500.000 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 205, de 15-12-88
214/88	José Agripino (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a emitir 1.750.000 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada.	Resolução nº 192, de 15-12-88
215/88	Mario Maia (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas (BA), a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 155.000,00 OTN.	Resolução nº 206, de 15-12-88

c) SÚMULA

Eis os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

Total dos projetos	194
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	39
apresentados nesta sessão legislativa	155
Aprovados	174
Sendo:	
desta sessão legislativa	143
de sessões legislativas anteriores	31
Em tramitação	20
Sendo:	
desta sessão legislativa	12
de sessões legislativas anteriores	8
Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos	14
operações de crédito internas	147
assuntos da administração interna do Senado Federal	7
alteração do Regimento Interno	5
remuneração do Governador do DF	1

I.5.6 — REQUERIMENTOS

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Finalidade	Resultado
10/87	Ruy Bacelar	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
12/87	Itamar Franco	Cria Comissão Especial	Em tramitação
18/87	José Agripino Maia	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
74/87	Lavoisier Maia	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
79/87	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais	Em tramitação
91/87	Divaldo Suruagy	Cria Comissão Especial	Em tramitação
116/87	Roberto Campos	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
151/87	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
158/87	Pompeu de Sousa	Transcrição nos Anais	Em tramitação
174/87	Luiz Viana	Informações	Em tramitação
179/87	João Menezes	Adiamento de discussão	Em tramitação
269/87	Lavoisier Maia	Adiamento de discussão	Retirado pelo autor
270/87	Guilherme Palmeira	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
10/88	Jamil Haddad	Informações	Aprovado
17/88	Carlos Alberto	Realização de sessão especial	Aprovado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Finalidade	Resultado
19	Leite Chaves	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
20	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais	Aprovado
21	Líderes do PMDB, PFL, PSB, PDT, PTB, e PDS	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
22	Líderes do PFL, PSB, PTB e PDT	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
23	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (371, b)	Aprovado
24	Nelson Wedekin	Transcrição nos Anais	Em tramitação
25	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Prejudicado
26	Líderes do PTB, PFL, PDS, PMDB, PDT e PSB	Urgência (371, b)	Prejudicado
27	Mansueto de Lavor	Homenagem de pesar	Aprovado
28	Alfredo Campos	Licença para participar de conferência interparlamentar	Deferido
29	Carlos Alberto	Licença para participar de conferência interparlamentar	Deferido
30	João Menezes e outros Senadores	Homenagem na Hora do Expediente	Aprovado
31	João Menezes e outros Senadores	Homenagem na Hora do Expediente	Aprovado
32	Jamil Hadad	Adiamento de discussão	Aprovado
33	Áureo Mello	Adiamento de discussão	Aprovado
34	Afonso Arinos	Adiamento de discussão	Aprovado
35	Dirceu Carneiro	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
36	Marcondes Gadelha	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
37	Itamar Franco	Informações	Aprovado
38	Jarbas Passarinho	Homenagem de pesar	Aprovado
39	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PTB e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
40	Líderes do PMDB, PFL e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
41	Iram Saraiva	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
42	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
43	Nelson Carneiro	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
44	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
45	Ney Maranhão	Realização de Sessão Especial	Aprovado
46	Irapuan Costa Júnior	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
47	Nelson Carneiro	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
48	João Menezes	Adiamento de Votação	Retirado pelo autor
49	Aluizio Bezerra e outros	Realização de Sessão Especial	Em tramitação
50	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB e PDC	Urgência (371, b)	Prejudicado
51	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Prejudicado
52	Leite Chaves	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
53	Humberto Lucena	Homenagem de pesar	Aprovado
54	Jamil Haddad	Informações	Aprovado
55	Cid Sabóia de Carvalho e outros	Realização de Sessão Especial	Aprovado
56	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (371, b)	Prejudicado
57	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Prejudicado
58	Áureo Mello	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
59	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
60	Líderes do PMDB, PDS, PDT, PSB e PMB	Urgência (371, b)	Prejudicado
61	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
62	Leopoldo Peres e outros	Destaque para votação	Rejeitado
63	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
64	João Menezes	Destaque para votação	Rejeitado
65	Gerson Camata	Destaque para votação	Retirado pelo autor
66	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
67	Francisco Rollemberg	Destaque para votação	Rejeitado
68	Cid Sabóia de Carvalho	Destaque para votação	Aprovado
69	Cid Sabóia de Carvalho	Destaque para votação	Retirado pelo autor
70	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
71	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
72	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
73	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
74	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
75	Leopoldo Peres e outro	Destaque para votação	Retirado pelo autor
76	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
77	João Menezes	Destaque para votação	Aprovado
78	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
79	Jutahy Magalhães	Destaque para votação	Aprovado
80	Jutahy Magalhães	Destaque para votação	Aprovado
81	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
82	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
83	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
84	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
85	Rachid Saldanha Derzi	Destaque para votação	Rejeitado
86	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
87	Rachid Saldanha Derzi	Destaque para votação	Rejeitado
88	Gerson Camata	Destaque para votação	Aprovado
89	Aureo Mello	Destaque para votação	Aprovado
90	Gerson Camata	Destaque para votação	Rejeitado
91	Aureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
92	Aureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
93	Leopoldo Peres e outro	Destaque para votação	Aprovado
94	Nelson Carneiro	Destaque para votação	Aprovado
95	Maurício Correa	Transcrição nos Anais	Em tramitação
96	Mendes Canale	Informações	Aprovado
97	José Ignácio Ferreira	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
98	José Ignácio Ferreira	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
99	Líderes do PMDB — PFL — PDT e outro	Urgência (371, b)	Prejudicado
100	Líderes do PMDB — PTB — PDC — PSB e PMB	Urgência (371, b)	Prejudicado
101	Iram Saraiva	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
102	Mendes Canale	Informações	Aprovado
103	Líderes do PMDB — PFL — PDS — PDT — PDC — PMB — PTB — PSB e outro	Urgência (371, b)	Aprovado
104	Líderes do PMDB — PFL — PDS — PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
105	Rachid Saldanha Derzi	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
106	Mendes Canale	Adiamento de votação	Aprovado
107	João Calmon	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
108	Lourival Baptista	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
109	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
110	Líderes do PMDB — PFL — PDS	Urgência (371, b)	Prejudicado
111	Maurício Correa	Informações	Aprovado
112	José Ignácio Ferreira	Convocação de autoridade	Aprovado
113	Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de discussão	Retirado pelo autor
114	Itamar Franco	Inversão de Ordem do Dia	Aprovado
115	Ronan Tito	Adiamento de votação	Aprovado
116	Fernando Henrique Cardoso	Retirada de requerimento	Deferido
117	José Ignácio Ferreira	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
118	José Ignácio Ferreira	Convocação de autoridade	Aprovado
119	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
120	Rachid Saldanha Derzi	Adiamento de votação	Rejeitado
121	Ronan Tito	Adiamento de votação	Aprovado
122	Ronan Tito	Adiamento de votação	Aprovado
123	Ronan Tito	Adiamento de votação	Aprovado
124	Ruy Bacelar	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
125	Dirceu Carneiro	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
126	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
127	Cid Sabóia de Carvalho	Adiamento de votação	Retirado pelo autor
128	Cid Sabóia de Carvalho	Retirada de requerimento	Deferido
129	João Menezes	Retirada de requerimento	Deferido
130	Lavoisier Maia	Retirada de requerimento	Deferido
131	Líderes do PMDB — PSDB — PDS — PDT — PSB e PTB	Urgência (371, b)	Prejudicado
132	Rachid Saldanha Derzi	Autorização para participar da Reunião da 80ª Conferência Interparlamentar em Sófia, Bulgária	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
133	Líderes do PMDB — PDS — PSDB — PDT	Urgência (371, b)	Aprovado
134	Líderes do PMDB — PSDB — PDC e PTB	Urgência (371, b)	Aprovado
135	Líderes do PMDB — PSDB — PDC e PTB	Urgência (371, b)	Aprovado
136	Irapuan Costa Júnior	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
137	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
138	Líderes do PMDB — PFL — PDS e PSDB	Urgência (371, b) Urgência (371, b)	Aprovado
139	Líderes do PMDB — PDS e PSDB		Prejudicado
140	Divaldo Suruagy	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
141	Líderes do PMDB — PFL e PDS	Urgência (371, b)	Prejudicado
142	Líderes do PMDB — PFL — PDS — PDT — PDC e PMB	Urgência (371, b)	Prejudicado
143	Álvaro Pacheco	Autorização para desempenhar missão do Executivo	Aprovado
144	Marcondes Gadelha	Dispensa de interstício	Aprovado
145	Marcondes Gadelha	Dispensa de interstício	Aprovado
146	Marcondes Gadelha	Dispensa de interstício	Aprovado
147	Líderes do PMDB — PSDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
148	Ronan Tito	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
149	Ronan Tito	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
150	Ronan Tito	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
151	Líderes do PMDB — PSDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
152	Líderes do PMDB — PSDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
153	Líder do PMDB-PSDB e PFL	Urgência 371, b)	Prejudicado
154	Líder do PMDB — PSDB e PFL	Urgência (371, b)	Prejudicado
155	Albano Franco	Autorização para aceitar missão do Exe- cutivo	Deferido
156	João Menezes	Autorização para aceitar missão do Exe- cutivo	Deferido
157	Jutahy Magalhães	Autorização para aceitar missão do Exe- cutivo	Deferido

Nº	Autor	Assunto	Resultado
158	Francisco Rollemberg	Criação de Comissão Especial	Aprovado
159	Raimundo Lira	Autorização para desempenhar missão do Executivo	Deferido
160	Severo Gomes	Autorização para desempenhar missão do Executivo	Deferido
161	Itamar Franco	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido
162	Rachid Saldanha Derzi	Adiamento de discussão	Em tramitação
163	Rachid Saldanha Derzi	Adiamento de discussão	Em tramitação
164	Luiz Viana	Adiamento de discussão	Em tramitação
165	Edison Lobão e outro	Homenagem de pesar	Aprovado
166	Jamil Haddad	Informações	Aprovado
167	Líderes do PMDB — PSDB e PMB	Urgência (371, b)	Aprovado
168	Líderes do PMDB — PSDB — PFL e PMB	Urgência (371, b)	Aprovado
169	Ruy Bacelar	Adiamento de votação	Aprovado
170	Ruy Bacelar	Adiamento de votação	Aprovado
171	Ruy Bacelar	Adiamento de votação	Aprovado
172	Ruy Bacelar	Adiamento de votação	Aprovado
173	Ruy Bacelar	Adiamento de discussão	Aprovado
174	Ruy Bacelar	Adiamento de discussão	Aprovado
175	Rachid Saldanha Derzi	Adiamento de discussão	Aprovado
176	Rachid Saldanha Derzi	Adiamento de discussão	Aprovado
177	Ruy Bacelar	Adiamento de discussão	Aprovado
178	Ruy Bacelar	Adiamento de discussão	Aprovado
179	Ruy Bacelar	Adiamento de discussão	Aprovado
180	Ruy Bacelar	Adiamento de discussão	Aprovado
181	Mansueto de Lavor	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido
182	Iram Saraiva	Prorrogação de prazo de CPI	Deferido
183	Ronaldo Aragão	Informações	Aprovado
184	Irapuan Costa Júnior	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido
185	Teotônio Vilela Filho	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido
186	Mauro Benevides	Autorização para desempenhar missão do Executivo	Deferido
187	Jarbas Passarinho e outros	Adiamento de discussão	Aprovado
188	Luiz Viana	Adiamento de discussão	Aprovado
189	Ronan Tito	Transcrição nos Anais	Aprovado
190	Dirceu Careniro	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
191	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
192	Nelson Wedekin	Informações	Deferido

Nº	Autor	Assunto	Resultado
193	Líderes do PMDB — PFL — PDS e PDT	Urgência (371, b)	Aprovado
194	Líderes do PMDB — PFL — PDS e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
195	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
196	Mário Maia	Adiamento de votação	Aprovado
197	Jutahy Magalhães	Adiamento de discussão	Aprovado
198	Leite Chaves	Adiamento de discussão	Aprovado
199	Carlos Chiarelli	Adiamento de discussão	Aprovado
200	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
201	Humberto Lucena	Constituição de Comissão Especial Mista	Aprovado
202	Edison Lobão	Adiamento de votação	Retirado pelo autor
203	Edison Lobão	Retirada de Requerimento	Deferido
204	João Lobo	Autorização para desempenhar missão do Executivo	Aprovado
205	Líderes do PMDB, PDS PDT, PTB, PSDB e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
206	Mário Maia	Informações	Aprovado
207	Áureo Mello	Adiamento de discussão	Aprovado
208	Jorge Bornhausen	Autorização para desempenhar missão junto à ONU	Aprovado
209	Marcondes Gadelha	Autorização para desempenhar missão do Executivo	Deferido
210	Carlos Chiarelli	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
211	Jamil Haddad	Informações	Em tramitação
212	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
213	Rachid Saldanha Derzi e outro	Adiamento de discussão	Rejeitado
214	Ronan Tito e outro	Preferência para votação de substitutivo	Em tramitação
215	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
216	Leite Chaves	Adiamento de discussão	Aprovado
217	Leopoldo Peres	Adiamento de votação	Aprovado
218	Leopoldo Peres	Adiamento de discussão	Aprovado
219	Leopoldo Peres	Adiamento de discussão	Aprovado
220	Rachid Saldanha Derzi	Adiamento de votação	Em tramitação
221	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
222	Líderes do PMDB e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
223	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
224	Mário Maia	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
225	Lavoisier Maia	Tramitação conjunta	Retirado pelo autor
226	Líderes do PMDB, PDS e PDT	Urgência (371, b)	Aprovado
227	Líderes do PMDB, PDS e PDT	Urgência (371, b)	Aprovado
228	Leite Chaves e outros	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Em tramitação
229	Jamil Haddad	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
230	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
231	Lavoisier Maia	Retirada de Requerimento	Deferido
232	Mário Maia	Destaque para votação	Em tramitação
233	Carlos Chiarelli	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
234	Cid Sabóia de Carvalho	Audiência de Comissão	Aprovado
235	Líderes do PMDB, PFL e PSB	Urgência (371, b)	Prejudicado
236	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PSDB	Urgência (371, b)	Prejudicado
237	Jamil Haddad	Inversão da Ordem do Dia	Retirado pelo autor
238	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
239	Mário Maia e outros	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
240	João Menezes e outros	Adiamento de votação	Aprovado
241	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
242	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
243	João Menezes	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
244	Roberto Campos	Adiamento de discussão	Rejeitado
245	Ronan Tito	Adiamento de discussão	Aprovado
246	Jamil Haddad	Adiamento de discussão	Aprovado
247	Ronan Tito	Adiamento de discussão	Aprovado
248	Itamar Franco	Adiamento de discussão	Aprovado
248-A	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
249	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
250	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado

c) SÚMULA

Requerimentos apresentados nesta Sessão Legislativa:

Urgência	46
Destaque para votação	35
Adiamento de discussão	30
Inversão da Ordem do Dia	21
Adiamento de votação	17
Autorização para aceitar Missão do Executivo	17
Informações	11
Convocação de Ministro de Estado	7
Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito.....	7
Homenagem de pesar	6
Retirada de requerimento	6
Licença para tratar de interesse particular	5
Transcrição nos Anais	5
Dispensa de interstício	3
Prorrogação de prazo de Comissão Especial	3
Realização de sessão especial	3
Convocação de autoridade	2
Destinação do expediente	2
Audiência de Comissão	1
Constituição de Comissão Especial Mista	1
Criação de Comissão Especial Externa	1
Dispensa de publicação de Redação Final	1
Tramitação Conjunta	1
TOTAL	231

I.5.7 — PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Nº	Autor	Assunto
1/87	Itamar Franco	Aplicação ilegal de verbas públicas no mercado financeiro, por parte da Comissão Nacional de Energia Nuclear e conta secreta. (Delta Três).
1/88	Mário Maia	Esclarecimentos sobre o destino dos donativos para atender aos flagelados atingidos pelas enchentes ocorridas no Estado do Acre, especialmente na cidade de Rio Branco.
2/88	Roberto Campos	Instaurar ampla fiscalização com referência às atividades e condições da indústria de transporte aéreo regular.

I.5.8 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

a) Mensagens recebidas em sessões legislativas anteriores

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
145/87	242/87	Murilo Gurgel Valente	Embaixador do Brasil junto à República da Islândia (função cumulativa).
158/87	258/87	Octávio Rainho da Silva Neves	Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal e à República de Sri Lanka (função cumulativa).
206/87	319/87	Aderbal Costa	Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas (função cumulativa).
210/87	334/87	Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo (função cumulativa).
211/87	335/87	Guy Marie de Castro Brandão	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia (função cumulativa).
231/87	392/87	Jayme Villa-Lobos	Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Equatorial (função cumulativa).
445/87	642/87	Sérgio Seabra de Noronha	Embaixador do Brasil junto ao Estado do Coveite.
446/87	643/87	Raymundo Nonato Loyola de Castro	Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.
39/88	37/88	Fernando Silva Alves	Embaixador do Brasil junto à comunidade de Dominica (função cumulativa).
56/88	66/88	Fernando Silva Alves	Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.
79/88	105/88	Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.
80/88	106/88	Brian Michael Frazer Neele	Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

b) MENSAGENS RECEBIDAS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
97/88	119/88	Dr. Ermes Pedro Pedrassani	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.
100/88	125/88	Dr. Marcos Vinicius Rodrigues Vilaça	Ministro do Tribunal de Contas.
101/88	128/88	Renato Prado Guimarães	Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.
108/88	148/88	Rubens Antonio Barbosa	Embaixador do Brasil na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração.
110/88	159/88	Asdrubal Pinto de Ulysséa	Embaixador do Brasil junto à República de Chipre (função cumulativa).
111/88	160/88	Ronaldo Mota Saedenberg	Embaixador do Brasil junto à República Popular da Mongólia (função cumulativa).
156/88	292/88	Brian Michael Frazer Neele	Embaixador do Brasil junto à República do Benin (função cumulativa).
157/88	294/88	Senador Alexandre Costa	Governador do Distrito Federal.
158/88	297/88	Aécio Ferreira da Cunha	Ministro do Tribunal de Contas da União.
159/88	298/88	José Eduardo Barbosa	Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
170/88	321/88	Almir Pazzianotto Pinto	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
172/88	335/88	Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio	Embaixador do Brasil no Canadá.
173/88	336/88	Adolpho Correa de Sá e Benevides	Embaixador do Brasil junto à República do Equador.
174/88	337/88	Paulo Guilherme Villas-Bôas Castro	Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.
175/88	338/88	José Artur Denot Medeiros	Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.
176/88	339/88	Guy Marie de Castro Brandão	Embaixador do Brasil junto à República Popular da Bulgária.
177/88	340/88	Carlos Augusto de Proença Rosa	Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.
178/88	341/88	Ivan Velloso da Silveira Batalha	Embaixador do Brasil junto à República Popular da Hungria.
179/88	342/88	Antonio Sabino Cantuária Guimarães	Embaixador do Brasil junto ao Reino de Marrocos.

Mensagem nº	SF	PR	Nome	Cargo
180/88	358/88		Mauro Mendes de Azeredo	Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.
181/88	359/88		Marcos Antônio de Salvo Coimbra	Embaixador do Brasil junto à República Helênica.
182/88	360/88		Lyle Amauri Tarrise da Fontoura	Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.
184/88	363/88		Wagner Antonio Pimenta	Ministro Togado do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.
185/88	364/88		Joaquim Domingos Roriz	Governador do Distrito Federal.
187/88	366/88		Roberto Pinto Ferreira Maneri Abdenur	Embaixador do Brasil junto à República Popular da China.
196/88	375/88		Lindolfo Leopoldo Collor	Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.
201/88	382/88		Ivan Oliveira Canabrava	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola
202/88	383/88		Sérgio Damasceno Vieira	Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.
204/88	387/88		Homero Santos	Ministro do Tribunal de Contas da União.
209/88	400/88		Milton Bezerra Cabral	Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Romênia.
210/88	401/88		Annunciata Salgado dos Santos	Embaixadora do Brasil junto à República Unida dos Camarões.
212/88	404/88		Paulo Affonso Martins de Oliveira	Ministro do Tribunal de Contas da União.
223/88	418/88		Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni	Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim.
230/88	434/88		Everaldo de Oliveira Reis	Ministro do Superior Tribunal Militar.
243/88	448/88		Carlos Thadeu de Freitas Gomes	Diretor da Dívida Pública do Banco Central do Brasil.
245/88	456/88		Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República do Zaire.
246/88	457/88		Sergio Seabra de Noronha	Embaixador do Brasil junto ao Estado de Bareine.
253/88	482/88		Romero Jucá Filho	Governador do Estado de Roraima.
254/88	483/88		Jorge Nova da Costa	Governador do Estado do Amapá.
256/88	492/88		Regis Novaes de Oliveira	Embaixador do Brasil junto à Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia.
257/88	493/88		Ivan Oliveira Canabrava	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Obs.: Das mensagens relacionadas, apenas as de n.ºs 156, 256 e 257 não tiveram sua apreciação concluída.

J — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

J.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado Federal

Órgãos	Assessores
Presidência da República	Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves
Ministério da Aeronáutica	Ten. Cel. Aviador Pedro Josino Cordeiro
Ministério do Exército	Cel. Gilberto Serra
Ministério da Marinha	Capitão-de-Mar-e-Guerra Alberto Annarumma Jr.
Ministério da Administração	José Wild de Oliveira Cabral
Ministério da Agricultura	Adalberto Roman
Ministério da Ciência e Tecnologia	Arnédio Bastos de Oliveira Neto
Ministério das Comunicações	Álvaro Alberto de Araújo Sampaio
Ministério da Cultura	Marcos Castello Branco Coutinho
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Idair Ceccato Guancino
Ministério da Educação	Marcelo Linhares
Ministério da Fazenda	Humberto Lacerda
Ministério da Indústria e do Comércio	Saulo Santiago
Ministério do Interior	José Carlos Lopes
Ministério da Justiça	Nísio Tostes
Ministério das Minas e Energia	Wolney Siqueira
Ministério da Previdência Social	Dionísio Batista Vieira
Ministério das Relações Exteriores	Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto
Ministério da Saúde	Leila Maria Magalhães
Ministério do Trabalho	João Quirino Júnior
Ministério dos Transportes	Lilian G. Nelson de Senna
EMFA	Capitão-de-Mar-e-Guerra SN Carlos Alberto Gomes Couto
Governo do Distrito Federal	José Flávio de Oliveira
Secretaria de Planejamento	Eurídice Nóbrega

J.2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
João Emílio Falcão Costa Filho José Tarcísio Saboya de Holanda	Agência de Notícias dos Diários Associados (Anda)
Flamarion Mossri Antônio Arrais de Oliveira	Agência Estado (O Estado de S. Paulo)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Eduardo Bentes Monteiro Kim-Ir-Sen Pires Leal	Agência Imprensa Livre (Agil) (Fotojornalismo)
Francisco C. N. Lacerda Filho Alfredo Obliziner Antônio Carlos Antunes Scartezini Josemar Toscano Dantas	Agência Jornalística do Planalto (Aplan) Correio Braziliense S.A.
Amália Maranhão Calmon Adão Osmar dos Santos Oliveira	Folha de S. Paulo Empresa Jornalística Caldas Júnior (Correio do Povo)
Evandro Fonseca Paranaguá Jorge Faria de Souza	Jornal da Tarde (O Estado de S. Paulo)
Helena Maria de Freitas Chagas	Agência Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)
Roberto Reis Stefanelli João Aurélio Franco Mendes de Abreu Francisco José Lustosa da Costa	Jornal O Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.) Diário do Nordeste (Editora Verdes Mares Ltda.)
Mônica Silva Silveira	Jornal O Popular de Goiânia (Jornal de Brasília)
José Haroldo Hollanda Ivaldo Cavalcante Alves Luís José Magalhães Joca Luiz Eduardo da Costa Rubem de Azevedo Lima	Jornal de Brasília
Dario Macedo	José — Jornal da Semana Inteira (DF — Repórter)
Francisco das Chagas Leite Filho	Bom Dia (DF — Repórter)
Thaís Bastos Nogueira Camargo Riomar Bessio da Trindade Adriana Cristina Vera e Silva	Gazeta Mercantil
Josiane Louvain Monteiro de Souza	Tribuna do Ceará (Editora Tribuna do Ceará Ltda.)

Jornalistas	Órgãos
Luiz Alencar Monteiro Manoel Vilela de Magalhães Carlos Chagas Jorge Rosa Luiz Cláudio Cunha David Renault da Silva	O Estado de S. Paulo
Rita Maria Francisco Pereira Lyra Antônio Francisco da Cruz Eduardo Mamcasz Luiz Fernando Prado Fraga	EBN (Empresa Brasileira de Notícias)
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero Wanderval Calaça de Mendonça Esaú Afonso de Carvalho Lélio Raphaneli	OBN (Organização Brasileira de Notícias)
Rejane Sousa de Oliveira Rita de Cássia Nardelli Lontra	Rádio Planalto (FM) (Correio Braziliense)
Sebastião Baptista da Silva — Cecé	TV Brasília — Canal 6 (Correio Braziliense)
Cláudio Renato Kuck	Rádio Eldorado (AM) (O Estado de S. Paulo)
Ary Cícero de Moraes Ribeiro Ana Márcia Costalonga Seraphim	Rádio Eldorado (FM) (O Estado de S. Paulo)
Luiz Einar Neri Solano	Jornal Tribuna de Brasília (Editora Jornalística Tribuna de Brasília Ltda.)
Leda Beatriz de Souza Guedes Antonio de Pádua Aranha Araújo	Diário da Tarde (de Minas Gerais) Rádio Nacional de Brasília (AM) (Empresa Brasileira de Radiodifusão)
Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo	Rádio Nacional de Brasília (FM) (Radiobrás)
José Fábio de Andrade Mendes Maria Macedo Ferreira de Andrade	Revista Visão
Benedito Eustáquio Mendonça Walter Luiz Álvares de Carvalho	Revista Manchete (Bloch Editores S/A)
Vicente Limongi Neto Dilson Ribeiro de Souza	Jornal Tribuna da Imprensa (S.A. Editora)
Maria da Graça Costa Ramos Menandro Luiz Antonio de Souza Ribeiro Mariângela Hamú Jorge Luiz de Souza Ottoni Guimarães Fernandes Jr.	Revista IstoÉ (Gazeta Mercantil)
José Milano Lopes Antonio Carlos Silva Santos	Jornal O Povo Rádio O Povo
Hermano de Deus Nobre Alves Sérgio Rubens Angeli	Diário Popular (de São Paulo)
Júlio Cezar Ramos Silva Jaime Balderrama Herrera	Jornal do Congresso Nacional Voz da América (La Voz de los Estados Unidos de América en Brasil)
Giselda Caixeta Patrícia Leite Lima Sylvia Regina Gadelha Millon Lincoln Brum Elizabeth Belmonte de Athayde Bohrer	Funtevê (Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa)

Jornalistas	Órgãos
Sonia Cristina Ferreira da Silva Edeval Lago	Shopping Brasília (Editora Jornalística Ltda.)
Renato Augusto da Costa	Bizerra & Gebrim Ltda. (BG Fotojornalismo)
Paulo José Araújo da Cunha	Televisão Verdes Mares
Ossian da Silveira Brito	O Liberal
Ilara Maria Viotti	Revista Senhor
Marcos de Oliveira	Correio do Brasil
João Batista Parreira Saraiva	Televisão Capital Ltda.
Antonio Araújo Santos	Jornal Paulista Ltda.
Alícia Gonçalves Santiago	Rádio Bandeirantes S/A (de São Paulo)
Sílvio Leite Campos	Futura (Comunicação Social)
João Ramid B. Borges Expedito Bernardo dos Santos Filho Márcio Osmar Chaer Paulino Viapin	Revista Veja (Editora Abril)
Ari Lago	Revista Exame (Editora Abril)
Jorge Cezar Bellez Wamburg Mário Antonio Garófalo	Rádio Globo de Brasília Ltda. (Sistema Globo de Rádio)
Manuel Ricardo Hollanda	Empresa Editora A Tarde S/A (Salvador — Bahia)
Sérgio de Paula Amaral Denise Jovita Madueño Silva	Rádio Manchete — Brasília
Luiz Gonzaga Silva Mineiro Marise de Martini Fitter Weiller Diniz de Oliveira José Claudio Garcia	TV Manchete
Paulo Cruz de Azevedo	Empresa de Notícias Pirâmide

IV – O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 28 sessões conjuntas, sendo 24 para tratar de matéria legislativa e 4 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
19-3-88	Instalação dos trabalhos da 2. ^a Sessão Legislativa Ordinária da 48. ^a Legislatura.
21-4-88	Homenagem à memória do Presidente Tancredo de Almeida Neves, pelo transcurso do terceiro aniversário de seu falecimento. (Oradores: Deputados Aécio Cunha, Milton Reis e Senador Alfredo Campos.)
12-5-88	Comemoração do transcurso do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil. (Oradores: Senador Afonso Arinos e Deputados Carlos Alberto Caó, Benedita da Silva, Edmilson Valentim, Paulo Paim e Paes de Andrade.)
15-9-88	Homenagem à memória do Deputado Nereu Ramos pelo transcurso do centenário de seu nascimento. (Oradores: Deputado Cláudio Ávila e Senador Jorge Bornhausen.)

B — COMISSÕES MISTAS

B.1 — PARA ESTUDO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foi constituída apenas a Comissão Mista de Orçamento.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987-CN, que introduz disposições especiais no Regimento Comum, foi dispensada a constituição de Comissão Mista, sendo designado relator para:

exame de decretos-leis	69
exame de vetos presidenciais	11

Na ausência de norma regimental regulamentando a tramitação de Medidas Provisórias adotadas pelo Presidente da República, foram designados 15 relatores para exame dessas matérias, de acordo com procedimento estabelecido pela Presidência, **verbis**:

“A presidência, não havendo objeção do Plenário, e na ausência de norma regimental que regule a tramitação das medidas provisórias, para cujo recebimento foi convocada a presente sessão, enquanto não for o Regimento Comum adaptado às novas disposições da Constituição, irá estabelecer o seguinte procedimento para a apreciação das medidas provisórias que forem adotadas pelo Presidente da República:

I — a mensagem submetendo medida provisória ao Congresso Nacional será recebida em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, realizada com qualquer número, com distribuição de avulsos impressos ou em cópias datilografadas de seu texto;

II — uma vez lida a mensagem pelo primeiro secretário, o presidente designará relator para a matéria e convocará, de imediato, nova sessão para sua apreciação;

III — o parecer poderá ser proferido oralmente em Plenário, antes de iniciada a discussão da matéria, se o relator não preferir encaminhá-lo, por escrito, à Mesa, até a abertura da sessão convocada para apreciação da medida provisória;

IV — o parecer deverá concluir, fundamentalmente, pela aprovação ou rejeição da

medida provisória, não podendo o relator emendá-la;

V — em Plenário, a discussão e a votação incidirão sobre a medida provisória que, se aprovada, será promulgada, como lei, pelo presidente do Senado e encaminhada para publicação no **Diário Oficial** da União;

VI — em qualquer fase da tramitação da matéria, se faltarem dez dias para o término do prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, será ela apreciada em regime de urgência, conforme o estabelecido no art. 371, **b**, do Regimento Interno do Senado Federal;

VII — rejeitada a medida provisória ou esgotado o prazo de trinta dias, previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em lei, perderá ela eficácia, a partir de sua edição, devendo o presidente da Mesa do Congresso Nacional designar relator para apresentar, no prazo máximo de dez dias, projeto de decreto legislativo estabelecendo normas que disciplinem as relações jurídicas dela decorrentes e que será apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, iniciando sua tramitação na Casa a que pertencer o relator.”

B.2 — PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) CPMI DA SECA NO NORDESTE

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a avaliar os prejuízos da seca no Nordeste, foi criada através da Resolução nº 2/87-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Deputado Cesar Cals Neto e subscrito por um terço dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ao término da sessão legislativa passada, integravam a Comissão os seguintes Congressistas:

Senadores		Deputados
	PMDB	
Chagas Rodrigues Cid Sabóia de Carvalho Raimundo Lira Mansueto de Lavor Teotonio Vilela Filho Ruy Bacelar Fernando Henrique Cardoso		Celso Dourado Paulo Silva Gonzaga Patriota Ubiratan Aguiar Cássio Cunha Lima Ismael Wanderlei
	PFL	
João Lobo Guilherme Palmeira		Orlando Bezerra Edme Tavares Antônio Ferreira
	PDS	
Afonso Sancho Lavoisier Maia		Cesar Cals Neto
	PDT	
		Moema São Thiago

Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Senador Teotonio Vilela Filho e Deputado Ismael Wanderley, cabendo a função de Relator ao Deputado Cesar Cals Neto.

Prestaram depoimento perante a CPMI as seguintes personalidades:

- Sr. Tasso Jereissati, Governador do Estado do Ceará;
- Sr. Paulo Ganem Souto, Superintendente da Sudene.

Prorrogado, o prazo da Comissão esgotar-se-á em 24-4-89.

b) CPMI DO CIMI

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias de conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional sobre a Região Amazônica foi criada pela Resolução nº 3/87-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Dep. Cardoso Alves e subscrito por um terço dos membros da Câmara e do Senado.

Integravam a Comissão os seguintes Parlamentares:

Senadores		Deputados
	PMDB	
Ronan Tito		Gidel Dantas
Severo Gomes		José Carlos Sabóia
Almir Gabriel		Octávio Elísio
Nelson Wedekin		Cardoso Alves
Pompeu de Sousa		Vasco Neto
Olavo Pires		
	PFL	
Alexandre Costa		Eraldo Trindade
Odacir Soares		Ricardo Fiúza
	PDS	
Jarbas Passarinho		Gerson Peres
	PDT	
		Lysâneas Maciel

Foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Deputados Cardoso Alves e Ricardo Fiúza, sendo designado Relator o Sr. Senador Ronan Tito.

Em 16-3-88 a Comissão foi extinta em virtude do término do prazo.

c) CPMI DA POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades pelo acidente com material radioativo, verificado em Goiânia, e avaliar a política nacional de energia nuclear, foi criada pela Resolução nº 4/87-CN, oriunda de requerimento do Dep. João Natal e outros parlamentares.

Em 12-5-88 a Comissão foi extinta em virtude do término do prazo.

d) CPMI DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar práticas de desrespeito e violência cometidas pelo Estado contra os elementares direitos da pessoa humana, especialmente os menos favorecidos de todo o território nacional, foi criada através da Resolução nº 5/87-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Sen. Pompeu de Sousa e subscrito por um terço dos membros do Senado e da Câmara.

Em 12-5-88 a Comissão foi extinta em virtude do término do prazo.

e) CPMI DO "GRUPO DOS TREZE"

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as causas da constituição do chamado "Grupo dos Treze", que compõe a 1ª Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol foi criada pela Resolução nº 6/87-CN, oriunda de requerimento do Dep. Francisco Amaral e outros Congressistas.

Em 28-3-88 foi lida a Resolução nº 1/88-CN, alterando o número de membros da comissão, passando de 20 para 22.

Em 12-5-88 a comissão foi extinta, em virtude do término do prazo.

f) CPMI DA CRISE NO ESPORTE

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as causas da crise no esporte, especialmente no futebol, foi criada através da Resolução nº 2/88-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Dep. Francisco Amaral e subscrito por um terço dos membros da Câmara e do Senado.

Ao final da sessão legislativa integravam a Comissão os seguintes Congressistas:

Senadores		Deputados
	PMDB	
Nabor Júnior		Arnaldo Martins
Ronaldo Aragão		Francisco Amaral
Ruy Bacelar		Maguito Vilela
Iram Saraiva		Márcio Braga
Jamil Haddad		Onofre Corrêa
	PFL	
José Agripino		José Moura
Divaldo Suruagy		Pedro Canedo
	PSDB	
José Richa		Ziza Valadares
	PDS	
João Castelo		Aécio de Borba
	PTB	
Carlos Alberto De'Carli		Jayme Paliarin
	PDT	
Maurício Corrêa		Floriceno Paixão

Foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Senadores José Agripino e Jamil Haddad, cabendo a função de Relator ao Dep. Francisco Amaral.

O prazo da comissão, salvo se prorrogado, esgotar-se-á em 17-4-89.

g) CPMI DO INAMPS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar irregularidades ocorridas no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Inamps) e na aquisição de imóveis em Brasília e no Rio de Janeiro foi criada pela Resolução nº 3/88-CN, oriunda de requerimento de iniciativa do Dep. Roberto Jefferson e outros Srs. Congressistas.

A comissão, cujo prazo de duração esgotar-se-á em 10-3-89, ainda não teve designados seus membros.

C — MATÉRIA LEGISLATIVA

C.1 — PROPOSTAS DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
98/87	Sen. Leite Chaves	Institui na União o Sistema Parlamentar de Governo e faculta sua adoção pelos Estados e Municípios.	Prejudicadas em virtude da promulgação da Constituição de 1988
99/87	Dep. Evaldo Gonçalves	Altera dispositivo da Constituição Federal.	

C.2 — PROJETO DE LEI

C.1. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO — 1.3

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/88	116/88-CN (333/88, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1989.	Aprovado. Lei nº 7.715, de 3-1-89 veto parcial

Ata da Comissão de Constituição e Justiça

1989, 1 de março de

C.3 — DECRETOS-LEIS

a) Com tramitação iniciada na Sessão Legislativa Anterior

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.335, de 12-6-87	215/87-CN (352/87, na origem)	Dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui a Unidade de Referência de Preços (URP) e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 66/88, oriundo do PDL nº 3/88-CN
2.336, de 15-6-87	216/87-CN (353/87, na origem)	Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 66/88, oriundo do PDL nº 3/88-CN
2.337, de 18-6-87	217/87-CN (354/87, na origem)	Altera os arts. 13 e 14 do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 66/88, oriundo do PDL nº 3/88-CN
2.338, de 19-6-87	221/87-CN (355/87, na origem)	Dispõe sobre o pagamento da remuneração de que tratam os arts. 3º, 4º e 7º do Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, que estabelece limite de retribuição dos servidores da Administração direta e indireta da União, do Distrito Federal e dos Territórios Federais.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 30/88, oriundo do PDL nº 4/88-CN
2.339, de 26-6-87	218/87-CN (356/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 66/88, oriundo do PDL nº 3/88-CN
2.340, de 26-6-87	222/87-CN (357/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 8/88, oriundo do PDL nº 5/88-CN
2.341, de 29-6-87	223/87-CN (358/87, na origem)	Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras, para efeito de determinar o lucro real, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 25/88, oriundo do PDL nº 6/88-CN
2.342, de 10-7-87	219/87-CN (359/87, na origem)	Altera os arts. 13 e 14 do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 66/88, oriundo do PDL nº 3/88-CN
2.343, de 10-7-87	220/87-CN (360/87, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 66/88, oriundo do PDL nº 3/88-CN

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.344, de 23-7-87	224/87-CN (361/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 31/88, oriundo do PDL nº 7/88-CN
2.345, de 23-7-87	225/87-CN (362/87, na origem)	Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Em tramitação
2.346, de 23-7-87	226/87-CN (363/87, na origem)	Cria no Ministério da Fazenda os cargos que especifica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 32/88, oriundo do PDL nº 8/88-CN
2.347, de 23-7-87	227/87-CN (378/87, na origem)	Cria na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República os cargos que especifica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 33/88, oriundo do PDL nº 9/88-CN
2.348, de 24-7-87	228/87-CN (364/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal.	Em tramitação
2.349, de 29-7-87	230/87-CN (365/87, na origem)	Dispõe sobre limite para a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, e dá outras providências.	Em tramitação
2.350, de 31-7-87	231/87-CN (366/87, na origem)	Dispõe sobre o incentivo fiscal a que se refere a Lei nº 7.554, de 16 de dezembro de 1986, concedido às empresas controladas pela Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás (Grupo Siderbrás)	Aprovado. Decreto Legislativo nº 17/88, oriundo do PDL nº 10/88-CN
2.351, de 7-8-87	232/87-CN (367/87, na origem)	Institui o Piso Nacional de Salário e o Salário Mínimo de Referência e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 34/88, oriundo do PDL nº 11/88-CN
2.352, de 7-8-87	233/87-CN (368/87, na origem)	Concede abono salarial e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 18/88, oriundo do PDL nº 12/88-CN
2.353, de 11-8-87	235/87-CN (369/87, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 1.960, de 23 de setembro de 1982.	Em tramitação
2.354, de 24-8-87	236/87-CN (370/87, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda.	Em tramitação
2.355, de 27-8-87	237/87-CN (371/87, na origem)	Estabelece limite de retribuição na Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 35/88, oriundo do PDL nº 13/88-CN
2.356, de 28-8-87	238/87-CN (372/87, na origem)	Altera a tabela para o cálculo do imposto de renda na fonte.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 36/88, oriundo do PDL nº 14/88-CN
2.357, de 28-8-87	239/87-CN (373/87, na origem)	Institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Federais, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 37/88, oriundo do PDL nº 15/88-CN
2.358, de 4-9-87	240/87-CN (374/87, na origem)	Dispõe sobre a percepção de gratificações por servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 19/88, oriundo do PDL nº 16/88-CN

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.359, de 16-9-87	241/87-CN (375/87, na origem)	Estende benefícios fiscais ao empreendimento integrante do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 20/88, oriundo do PDL nº 17/88-CN
2.360, de 16-9-87	229/87-CN (376/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal.	Em tramitação
2.361, de 24-9-87	234/87-CN (377/87, na origem)	Dispõe sobre o reajuste de preços de contratos de prestação de serviços no caso que especifica.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 18/88, oriundo do PDL nº 12/88-CN
2.362, de 21-10-87	9/88-CN 398/87, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados no caso que especifica.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 38/88, oriundo do PDL nº 21/88-CN
2.363, de 21-10-87	10/88-CN (390/87, na origem)	Extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter e dá outras providências.	Em tramitação
2.364, de 22-10-87	11/88-CN (389/87, na origem)	Fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 39/88, oriundo do PDL nº 22/88-CN
2.365, de 27-10-87	12/88-CN (411/87, na origem)	Institui gratificação a ser deferida aos servidores que especifica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 40/88, oriundo do PDL nº 23/88-CN
2.366, de 4-11-87	13/88-CN (412/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 40/88, oriundo do PDL nº 23/88-CN
2.367, de 5-11-87	15/88-CN (408/87, na origem)	Institui gratificação a ser deferida aos servidores que especifica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 41/88, oriundo do PDL nº 24/88-CN
2.368, de 5-11-87	17/88-CN (409/87, na origem)	Fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 42/88, oriundo do PDL nº 25/88-CN
2.369, de 11-11-87	18/88-CN (410/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e dá outras providências.	Em tramitação
2.370, de 17-11-87	19/88-CN (559/87, na origem)	Institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Tributárias do Distrito Federal, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 28/88, oriundo do PDL nº 26/88-CN
2.371, de 18-11-87	20/88-CN (577/87, na origem)	Dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 43/88, oriundo do PDL nº 27/88-CN
2.372, de 18-11-87	21/88-CN (562/87, na origem)	Dispõe sobre a gratificação por operações especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 44/88, oriundo do PDL nº 28/88-CN

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.373, de 18-11-87	22/88-CN (563/87, na origem)	Dispõe sobre o posicionamento dos funcionários pertencentes à categoria de Técnico do Tesouro Nacional da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 45/88, oriundo do PDL nº 29/88-CN
2.374, de 19-11-87	14/88-CN (596/87, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, aos servidores da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 40/88, oriundo do PDL nº 23/88-CN
2.375, de 24-11-87	23/88-CN (710/87, na origem)	Revoga o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.	Em tramitação
2.376, de 25-11-87	24/88-CN (711/87, na origem)	Dispõe sobre a dívida mobiliária interna da União e dá outras providências.	Em tramitação
2.377, de 30-11-87	25/88-CN (719/87, na origem)	Cancela os débitos que menciona e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 46/88, oriundo do PDL nº 30/88-CN
2.378, de 3-12-87	26/88-CN (720/87, na origem)	Concede aos integrantes do Grupo Serviços Jurídicos e da Carreira de Procurador do Distrito Federal as vantagens que menciona, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 47/88, oriundo do PDL nº 31/88-CN
2.379, de 4-12-87	16/88-CN (721/87, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.367, de 5 de novembro de 1987, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 41/88, oriundo do PDL nº 24/88-CN
2.380, de 9-12-87	27/88-CN (722/87, na origem)	Altera a Tabela de Escalonamento Vertical de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.447, de 13 de fevereiro de 1976, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 48/88, oriundo do PDL nº 32/88-CN
2.381, de 9-12-87	28/88-CN (723/87, na origem)	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos que indica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 11/88, oriundo do PDL nº 33/88-CN
2.382, de 9-12-87	29/88-CN (731/87, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos aos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 49/88, oriundo do PDL nº 34/88-CN
2.383, de 17-12-87	30/88-CN (732/87, na origem)	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e dá outras providências.	Aprovado Decreto Legislativo nº 50/88, oriundo do PDL nº 35/88-CN
2.384, de 17-12-87	31/88-CN (733/87, na origem)	Revoga o art. 12 do Decreto-Lei nº 138, de 2 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 12/88, oriundo do PDL nº 36/88-CN
2.385, de 18-12-87	32/88-CN (735/87, na origem)	Dispõe sobre gratificação a ser concedida aos servidores de nível médio e superior do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 13/88, oriundo do PDL nº 37/88-CN

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.386, de 18-12-87	33/88-CN (736/87, na origem)	Dispõe sobre a carreira do Ministério Público Federal, a criação de Núcleos das procuradorias da República, em Municípios, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 51/88, oriundo do PDL nº 33/88-CN
2.387, de 18-12-87	34/88-CN (737/87, na origem)	Dispõe sobre a Gratificação por Operações Especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 52/88, oriundo do PDL nº 39/88-CN
2.388, de 18-12-87	35/88-CN (738/87, na origem)	Dispõe sobre as categorias funcionais de Engenheiro Agrônomo e de Médico Veterinário do Grupo Outras Atividades de Nível Superior dos Planos de Classificação de Cargos e Empregos, instituídos na conformidade das Leis nºs 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e 6.550, de 5 de julho de 1978, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 53/88, oriundo do PDL nº 40/88-CN
2.389, de 18-12-87	36/88-CN (739/87, na origem)	Transforma, no Tribunal de Contas da União, os cargos que especifica, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 14/88, oriundo do PDL nº 41/88-CN
2.390, de 18-12-87	42/88-CN (740/87, na origem)	Concede isenção do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 15/88, oriundo do PDL nº 42/88-CN
2.391, de 18-12-87	43/88-CN (741/87, na origem)	Dá nova redação aos incisos II, III e IV do art. 6º da Lei nº 5.143, de 20-10-66, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 54/88, oriundo do PDL nº 43/88-CN
2.392, de 21-12-87	44/88-CN 742/87, na origem)	Cancela débitos para com a Superintendência Nacional do Abastecimento — Sunab, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 55/88, oriundo do PDL nº 44/88-CN
2.394, de 21-12-87	1/88-CN (744/87, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda incidente sobre rendimentos auferidos em operações financeiras de curto prazo e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 16/88, oriundo do PDL nº 18/88-CN
2.395, de 21-12-87	2/88-CN (745/87, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir mecanismo de garantia para depósitos e aplicações em Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação
2.396, de 21-12-87	3/88-CN (746/87, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Em tramitação (PDL/2/88-CN)
2.397, de 21-12-87	4/88-CN (747/87, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 29/88, oriundo do PDL nº 19/88-CN
2.398, de 21-12-87	5/88-CN (748/87, na origem)	Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União e dá outras providências.	Em tramitação
2.399, de 21-12-87	6/88-CN (749/87, na origem)	Dispõe sobre a transferência das ações representativas do capital da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), de seus bens e dá outras providências.	Em tramitação

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.400, de 21-12-87	7/88-CN (750/87, na origem)	Dispõe sobre a transferência das ações representativas da participação federal nas entidades vinculadas ao Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac) e dá outras providências.	Em tramitação
2.401, de 21-12-87	8/88-CN (751/87, na origem)	Proíbe a utilização de recursos do Tesouro Nacional em operações de compra e venda de açúcar de produção nacional, para fins de exportação, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 9/88, oriundo do PDL nº 20/88-CN

b) Com tramitação iniciada na presente Sessão Legislativa

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.393, de 21-12-87	47/88-CN (743/87, na origem)	Dá nova redação à Lista de Serviços a que se refere o art. 89 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 56/88, oriundo do PDL nº 45/88-CN
2.402, de 21-12-87	48/88-CN (1/88, na origem)	Dispõe sobre os vencimentos e representação mensal devida aos servidores que especifica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 21/88, oriundo do PDL nº 46/88-CN
2.403, de 21-12-87	49/88-CN (2/88, na origem)	Fixa diretrizes do Sistema de Carreira do Serviço Civil da União e dos Territórios Federais e dá outras providências.	Em tramitação
2.404, de 23-12-87	53/88-CN (24/88, na origem)	Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 76/88, oriundo do PDL nº 63/88-CN
2.405, de 29-12-87	55/88-CN (56/88, na origem)	Dispõe sobre a remuneração, no Brasil, dos funcionários da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 22/88, oriundo do PDL nº 47/88-CN
2.406, de 5-1-88	56/88-CN (57/88, na origem)	Transfere a gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Banco Central do Brasil para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e dá outras providências.	Em tramitação
2.407, de 5-1-88	57/88-CN (58/88, na origem)	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos de Valores Mobiliários (IOF) nas Operações de Financiamento relativos à habitação.	Em tramitação
2.408, de 5-1-88	58/88-CN (59/88, na origem)	Restabelece a vigência do art. 12 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, dando-lhe nova redação, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo Nº 23/88, oriundo do PDL nº 48/88-CN
2.409, de 7-1-88	59/88-CN (67/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 1.901, de 22 de dezembro de 1981.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 57/88, oriundo PDL nº 49/88-CN
2.410, de 15-1-88	60/88-CN (68/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987, que estabelece limite de retribuição na Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 26/88, oriundo do PDL nº 50/88-CN

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.411, de 21-1-88	61/88-CN (69/88, na origem)	Dá nova redação ao § 1º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 58/88, oriundo do PDL nº 51/88-CN
2.412, de 10-2-88	62/88-CN (94/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 59/88, oriundo do PDL nº 52/88-CN
2.413, de 10-2-88	63/88-CN (95/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação
2.414, de 12-2-88	54/88-CN (114/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e o Fundo da Marinha Mercante.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 76/88, oriundo do PDL nº 63/88
2.415, de 12-2-88	64/88-CN (115/88, na origem)	Prorroga o prazo da isenção de impostos aos bens destinados à execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 60/88, oriundo do PDL nº 53/88-CN
2.416, de 18-2-88	65/88-CN (121/88, na origem)	Fixa prazo máximo para duração de contratos no âmbito do Ministério da Marinha.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 61/88, oriundo do PDL nº 54/88-CN
2.417, de 26-2-88	66/88-CN (120/88, na origem)	Dispõe sobre as operações de repasse de recursos de fomento do Tesouro Nacional para instituições financeiras e dá outras providências.	Em tramitação
2.418, de 8-3-88	67/88-CN (126/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, que "dispõe sobre o ingresso nas categorias funcionais da Carreira PolíCIA Federal e dá outras providências".	Aprovado. Decreto Legislativo nº 27/88, oriundo do PDL nº 55/88-CN
2.419, de 10-3-88	68/88-CN (127/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e do imposto de renda na fonte.	Em tramitação
2.420, de 18-3-88	69/88-CN (137/88, na origem)	Dispõe sobre correção monetária nos casos de liquidação extrajudicial de sociedades seguradoras, de capitalização e de previdência privada e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 62/88, oriundo do PDL nº 56/88-CN
2.421, de 29-3-88	71/88-CN (168/88, na origem)	Dispõe sobre o aproveitamento de servidores de autarquias federais, de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações públicas que vierem a ser extintas ou dissolvidas e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 63/88, oriundo do PDL nº 57/88-CN
2.422, de 30-3-88	72/88-CN (169/88, na origem)	Dispõe sobre o prazo para inscrição de ocupação de imóveis da União e dá outras providências.	Em tramitação
2.423, de 7-4-88	73/88-CN (170/88, na origem)	Estabelece critérios para o pagamento de gratificações e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos da Administração Federal direta e autárquica e dá outras providências.	Em tramitação
2.424, de 7-4-88	74/88-CN (171/88, na origem)	Dispõe sobre medidas para redução de despesas com pessoal nos órgãos da Administração Federal direta e autárquica e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 64/88, oriundo do PDL nº 58/88-CN
2.425, de 7-4-88	75/88-CN (172/88, na origem)	Dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica e dá outras providências.	Em tramitação

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.426, de 7-4-88	76/88-CN (173/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda aplicável às pessoas jurídicas.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 24/88, oriundo do PDL nº 59/88-CN
2.427, de 8-4-88	77/88-CN (174/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.400, de 21 de dezembro de 1987.	Em tramitação
2.428, de 14-4-88	78/88-CN (175/88, na origem)	Dispõe sobre o imposto de renda incidente sobre os ganhos auferidos por pessoas físicas, nas operações a prazo em bolsas de valores, de mercadorias e mercados outros de liquidação futura.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 65/88, oriundo do PDL nº 60/88-CN
2.429, de 14-4-88	79/88-CN (176/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação
2.430, de 20-4-88	80/88-CN (177/88, na origem)	Dispõe sobre pagamento de débito previdenciário.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 10/88, oriundo do PDL nº 61/88-CN
2.431, de 12-5-88	83/88-CN (206/88, na origem)	Altera os arts. 27 e 28 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dá outras providências.	Em tramitação
2.432, de 17-5-88	84/88-CN (207/88, na origem)	Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração — Rencor, estabelece normas relativas ao equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.	Em tramitação
2.433, de 19-5-88	85/88-CN (208/88, na origem)	Dispõe sobre os instrumentos financeiros relativos à política industrial, seus objetivos, revoga incentivos fiscais e dá outras providências.	Em tramitação
2.434, de 19-5-88	86/88-CN (209/88, na origem)	Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos na importação de bens e dá outras providências.	Em tramitação
2.435, de 19-5-88	87/88-CN (210/88, na origem)	Dispõe sobre dispensa de controles prévios na exportação.	Em tramitação
2.436, de 24-5-88	88/88-CN (211/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda.	Em tramitação
2.437, de 24-5-88	89/88-CN (212/88, na origem)	Altera a redação do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.401, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação
2.438, de 26-5-88	90/88-CN (219/88, na origem)	Dispõe sobre a percepção de gratificações e complementação salarial por servidores do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e dá outras providências.	Em tramitação
2.439, de 2-6-88	91/88-CN (220/88, na origem)	Dá nova redação aos arts. 4º e 7º do Decreto-Lei nº 2.423, de 7 de abril de 1988.	Em tramitação
2.440, de 3-6-88	92/88-CN (221/88, na origem)	Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira — Funcafé.	Em tramitação

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.441, de 17-6-88	93/88-CN (244/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.430, de 20 de abril de 1988, que dispõe sobre o pagamento de débito previdenciário.	Em tramitação
2.442, de 23-6-88	94/88-CN (255/88, na origem)	Dispõe sobre o pagamento das dívidas da extinta autarquia Superintendência Nacional da Marinha Mercante — Sunamam, no exercício de 1988.	Em tramitação
2.443, de 24-6-88	95/88-CN (252/88, na origem)	Institui sistemática para atualização monetária do Orçamento Geral da União, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais e dá outras providências.	Em tramitação
2.444, de 29-6-88	96/88-CN (275/88, na origem)	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados.	Em tramitação
2.445, de 29-6-88	97/88-CN (276/88, na origem)	Altera a legislação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.	Em tramitação
2.446, de 30-6-88	99/88-CN (277/88, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos tributos relativos ao ingresso de bens de procedência estrangeira, nas condições que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação
2.447, de 18-7-88	100/88-CN (278/88, na origem)	Dispõe sobre a fixação de reajuste do valor das Obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.	Em tramitação
2.448, de 21-7-88	101/88-CN (279/88, na origem)	Altera a redação da Lei nº 5.108, de 21 de dezembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
2.449, de 21-7-88	98/88-CN (280/88, na origem)	Altera disposições do Decreto-Lei nº 2.445, de 29 de junho de 1988, e dá outras providências.	Em tramitação
2.450, de 29-7-88	102/88-CN (293/88, na origem)	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados.	Em tramitação
2.451, de 29-7-88	107/88-CN (308/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988.	Em tramitação
2.452, de 29-7-88	108/88-CN (309/88, na origem)	Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.	Em tramitação
2.453, de 10-8-88	109/88-CN (310/88, na origem)	Dispõe sobre a reposição, no mês de agosto de 1988, do reajuste mensal que especifica e dá outras providências.	Em tramitação
2.454, de 19-8-88	110/88-CN (326/88, na origem)	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência de incentivos fiscais para empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — Sudam, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene.	Em tramitação
2.455, de 19-8-88	111/88-CN (327/88, na origem)	Autoriza a capitalização dos créditos da União, nas empresas que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.456, de 22-8-88	112/88-CN (328/88, na origem)	Dispõe sobre a instituição de Caixa Único no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências.	Em tramitação
2.457, de 25-8-88	113/88-CN (329/88, na origem)	Prorroga o prazo previsto no caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.446, de 30 de junho de 1988, e dá outras providências.	Em tramitação
2.458, de 25-8-88	114/88-CN (330/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos distribuídos pelos fundos de aplicações de curto prazo.	Em tramitação
2.459, de 25-8-88	115/88-CN (331/88, na origem)	Concede isenção do IPI para a aguardente de cana e de melaço, destinada à fabricação de álcool etílico para fins combustíveis, e dá outras providências.	Em tramitação
2.460, de 26-8-88	117/88-CN (343/88, na origem)	Autoriza a concessão de garantia da União aos títulos que menciona.	Em tramitação
2.461, de 30-8-88	118/88-CN (344/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda.	Em tramitação
2.462, de 30-8-88	119/88-CN (345/88, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação
2.463, de 30-8-88	120/88-CN (346/88, na origem)	Altera a destinação dos recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e do Fundo de Investimento Social — Finsocial, e dá outras providências.	Rejeitado. Decreto Legislativo nº 77/88, oriundo do PDL nº 65/88-CN
2.464, de 31-8-88	121/88-CN (347/88, na origem)	Altera a denominação da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — Nuclebrás, transfere bens de sua propriedade, e dá outras providências.	Em tramitação
2.465, de 31-8-88	122/88-CN (348/88, na origem)	Dispõe sobre medidas para redução de despesas com pessoal nos órgãos da Administração Federal direta e autarquias federais e dá outras providências.	Em tramitação
2.466, de 19-9-88	123/88-CN (349/88, na origem)	Dispõe sobre a destinação do produto da alienação dos imóveis residenciais da União, no Distrito Federal.	Em tramitação
2.467, de 19-9-88	124/88-CN (350/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.	Em tramitação
2.468, de 19-9-88	125/88-CN (351/88, na origem)	Autoriza a emissão especial de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) e dá outras providências.	Em tramitação
2.469, de 19-9-88	126/88-CN (352/88, na origem)	Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos fundos, sociedades e carteiras de investimentos de que participem, exclusivamente, não residentes no Brasil.	Em tramitação
2.470, de 19-9-88	127/88-CN (353/88, na origem)	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências.	Em tramitação

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.471, de 1º-9-88	128/88-CN (354/88, na origem)	Modifica a legislação referente à contribuição de que tratam os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.712, de 14 de novembro de 1979, e do adicional de que trata o Decreto-Lei nº 1.952, de 15 de julho de 1982, e dá outras providências.	Em tramitação
2.472, de 1º-9-88	129/88-CN (355/88, na origem)	Altera disposições da legislação aduaneira, consubstanciada no Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.	Em tramitação

Obs.: Os decretos-leis em tramitação deverão ser apreciados pelo Congresso Nacional, nos termos do disposto no § 1º, incisos I e II do art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

c) Convertidos em medidas provisórias

(Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — § 2º do art. 25)

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.473, de 8-9-88	131/88-CN (392/88, na origem)	Altera valores da taxa de fiscalização de instalação dos Serviços de Telecomunicações, constantes do Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.	Convertido na Medida Provisória nº 1/88
2.474, de 12-9-88	132/88-CN (393/88, na origem)	Dispõe sobre prazo para liquidação de débitos que menciona.	Convertido na Medida Provisória nº 2/88
2.475, de 14-9-88	133/88-CN (394/88, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985, aos servidores do Tribunal Federal de Recursos, e dá outras providências.	Convertido na Medida Provisória nº 3/88
2.476, de 16-9-88	134/88-CN (395/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e dá outras providências.	Convertido na Medida Provisória nº 4/88
2.477, de 22-9-88	135/88-CN (396/88, na origem)	Altera disposição da legislação aduaneira e dá outras providências.	Convertido na Medida Provisória nº 5/88
2.478, de 27-9-88	137/88-CN (424/88, na origem)	Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.	Convertido na Medida Provisória nº 6/88
2.479, de 3-10-88	138/88-CN (425/88, na origem)	Dispõe sobre a redução de impostos de importação de bens e dá outras providências.	Convertido na Medida Provisória nº 7/88
2.480, de 3-10-88	139/88-CN (426/88, na origem)	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-Lei nº 2.442, de 23 de junho de 1988.	Convertido na Medida Provisória nº 8/88
2.481, de 3-10-88	140/88-CN (427/88, na origem)	Dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal em território nacional.	Convertido na Medida Provisória nº 9/88

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos decretos-leis:

— Total dos decretos-leis	147
Sendo:	
com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	66
com tramitação iniciada nesta sessão legislativa	81
— Aprovados	70
Sendo:	
com tramitação iniciada na sessão anterior	51
com tramitação iniciada nesta sessão legislativa	19
— Rejeitado (desta sessão legislativa)	1
— Convertidos em medidas provisórias (desta sessão legislativa)	9
— Em tramitação	67
Sendo:	
com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior.....	15
com tramitação iniciada nesta sessão legislativa	52

C.4 — MEDIDAS PROVISÓRIAS

a) Decorrentes de decretos-leis editados entre 3-9 e 5-10-88

Nº	Decreto-lei	Mensagem	Ementa
1/88	2.473, de 8-9-88	131/88-CN (392/88, na origem)	Altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos Serviços de Telecomunicações, constantes do Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.
2/88	2.474, de 12-9-88	132/88-CN (393/88, na origem)	Dispõe sobre prazo para liquidação de débitos que menciona.
3/88	2.475, de 14-9-88	133/88-CN (394/88, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985, aos servidores do Tribunal Federal de Recursos, e dá outras providências.
4/88	2.476, de 16-9-88	134/88-CN (395/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e dá outras providências.
5/88	2.477, de 22-9-88	135/88-CN (396/88, na origem)	Altera disposição da legislação aduaneira e dá outras providências.
6/88	2.478, de 27-9-88	137/88-CN (424/88, na origem)	Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.
7/88	2.479, de 3-10-88	138/88-CN (425/88, na origem)	Dispõe sobre a redução de impostos de importação de bens e dá outras providências.
8/88	2.480, de 3-10-88	139/88-CN (426/88, na origem)	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-Lei nº 2.442, de 23 de junho de 1988.
9/88	2.481, de 3-10-88	140/88-CN (427/88, na origem)	Dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal em território nacional.

Obs.: As Medidas Provisórias não chegaram a ser apreciadas, não sendo convertidas em lei e nos termos do parágrafo único do art. 62 da Constituição, perderam eficácia a partir de sua edição.

b) Editadas após a promulgação da Constituição

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
10, de 21-10-88	143/88-CN (453/88, na origem)	Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 7.679, de 23-11-88

Nº - Data	Mensagem	Ementa	Resultado
11, de 3-11-88	144/88-CN (463/88, na origem)	Altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos Serviços de Telecomunicações, constantes do Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.	Convertida na Lei nº 7.680, de 2-12-88
12, de 3-11-88	145/88-CN (464/88, na origem)	Dispõe sobre prazo para liquidação de débitos que menciona.	Convertida na Lei nº 7.681, de 2-12-88
13, de 3-11-88	146/88-CN 465/88, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985, aos servidores do Tribunal Federal de Recursos, e dá outras providências.	Rejeitada. Perdeu eficácia a partir de sua edição
14, de 3-11-88	147/88-CN (466/88, na origem)	Altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 7.682, de 2-12-88
15, de 3-11-88	148/88-CN (467/88, na origem)	Altera disposição da legislação aduaneira, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 7.683, de 2-12-88
16, de 3-11-88	149/88-CN (468/88, na origem)	Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.	Convertida na Lei nº 7.684, de 2-12-88
17, de 3-11-88	150/88-CN (469/88, na origem)	Dispõe sobre a redução de impostos incidentes sobre importação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição
18, de 3-11-88	151/88-CN (470/88, na origem)	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-Lei nº 2.442, de 23 de junho de 1988.	Não apreciada. Perde eficácia a partir de sua edição
19, de 3-11-88	152/88-CN (471/88, na origem)	Dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal em território nacional.	Convertida na Lei nº 7.685, de 2-12-88
20, de 11-11-88	154/88-CN (481/88, na origem)	Dispõe sobre a reposição, no mês de novembro de 1988, do reajuste que especifica e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 7.686, de 2-12-88
21, de 6-12-88	157/88-CN (517/88, na origem)	Altera a legislação dos incentivos fiscais relacionados com o imposto de renda.	Em tramitação
22, de 6-12-88	158/88-CN (518/88, na origem)	Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 7.689, de 15-12-88
23, de 6-12-88	159/88-CN (519/88, na origem)	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953.	Convertida na Lei nº 7.690, de 15-12-88
24, de 7-12-88	160/88-CN (525/88, na origem)	Dispõe sobre o pagamento de tributos e contribuições federais.	Convertida na Lei nº 7.691, de 15-12-88

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às medidas provisórias:

— Total das medidas provisórias	24
Sendo:	
decorrentes de decretos-leis	9
editadas após 5-10-88	15
— Convertidas em lei	11
— Rejeitada, perdeu sua eficácia	1
— Não apreciadas perderam eficácia	11
Sendo:	
decorrentes de decretos-leis	9
editadas após 5-10-88	2
— Em tramitação	1

C.5 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa
4/79	Dep. Ruben Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Produção Animal, e determina outras providências.
3/80	Dep. Sérgio Murilo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.
1/82	Dep. Ruy Côdo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério do Abastecimento.
1/83	Dep. Paulo Mincarone	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da previdência social e da legislação do trabalho.
1/84	Dep. Nilson Gibson	Delega competência ao Poder Executivo para regulamentar, mediante lei, a exploração da loteria denominada jogo-do-bicho.
1/85	Dep. Brandão Monteiro, Líder do PDT	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Banco do Trabalho.
2/85	Dep. Horácio Ortiz	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério da Energia.
3/85	Sen. Marco Maciel	Propõe delegação de poderes ao Senhor Presidente da República para criar uma comissão nacional com a incumbência de programar, desenvolver e coordenar estudos, debates e atividades comemorativas relativos ao Centenário da Proclamação da República.

Obs.: As propostas de delegação legislativa foram arquivadas em virtude do disposto no art. 68 da Constituição.

C.6 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/88	Dep. Furtado Leite e outros	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional, e dá outras providências.	Aprovado. Decreto Legislativo nº 72/88
64/88	Dep. Adolfo Oliveira e outros	Dispõe sobre os vencimentos dos ministros de Estado.	Em tramitação

C.7 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Prejudicado em virtude do art. 68 da Constituição
3/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da previdência social e da legislação do trabalho.	Prejudicado em virtude do art. 68 da Constituição
1/84	Sen. Henrique Santillo e outros	Altera o art. 146 do Regimento Comum do Congresso Nacional.	Em tramitação
2/84	Dep. Aluízio Campos	Substitui o parágrafo único do art. 72 do Regimento Comum.	Em tramitação
1/85	Dep. Francisco Amaral	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/88	Mesas da Câmara e do Senado	Prorroga o prazo de vigência da Resolução nº 1, de 1987-CN, e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos projetos de resolução:

— Total dos projetos	6
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	5
da presente sessão legislativa	1
— Prejudicados (de sessões legislativas anteriores)	2
— Em tramitação	4
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	3
da presente sessão legislativa	1

C.8 — VETOS PRESIDENCIAIS

a) Da Sessão Legislativa anterior

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
37/88-CN (386/87, na origem)	PLC nº 35/87 (PL/5.532/85 na origem)	Dispõe sobre a profissão de trabalhador de bloco e determina outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
38/88-CN (402/87, na origem)	PLC nº 36/87 (PL/197/87, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987, e determina outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
39/88-CN (403/87, na origem)	PLC nº 20/87 (PL/3/87, na origem)	Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S.A. — EXEC no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
40/88-CN (406/87, na origem)	PLC nº 41/87 (PL/185/87, na origem)	Dispõe sobre os preços mínimos da uva.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
41/88-CN (706/87, na origem)	PLS nº 33/86 (PL/8.347/86, na Câmara)	Acrescenta § 3º ao art. 17 do Decreto-Lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
45/88-CN (707/87, na origem)	PLC nº 37/87 (PL/184/87, na origem)	Regulamenta a transferência de recursos do Imposto sobre Transportes — IST, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
46/88-CN (709/87, na origem)	PLC nº 46/87 Complementar (PL Complementar nº 12/87, na origem)	Dá nova redação à Lista de Serviços a que se refere o art. 8º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

b) Da presente Sessão Legislativa

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
50/88-CN (713/87, na origem)	PLC nº 44/87 (PL/5.438/85, na origem)	Dispõe sobre o cálculo do salário-benefício e o reajustamento dos benefícios de aposentadoria.	Mantido o veto total por decurso de prazo
51/88-CN (734/87, na origem)	PLC nº 24/87 (PL/8.551/86, na origem)	Dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
52/88-CN (108/88, na origem)	PLS nº 73/86 (PL/263/87, na Câmara)	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
70/88-CN (154/88, na origem)	PLS nº 14/86 (PL/301/87, na Câmara)	Altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito.	Mantido o veto total por decurso de prazo
81/88-CN (192/88, na origem)	PLC nº 19/88 (PL/216/87, na origem)	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
82/88-CN (194/88, na origem)	PLC nº 5/88 (PL/240/87, na origem)	Faculta aos servidores públicos federais a opção pelo regime de que trata a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
103/88-CN (218/88, na origem)	PLC nº 24/88 (PL/408/88, na origem)	Dispõe sobre as medidas de proteção e amparo às vítimas das enchentes e desabamentos ocorridos nos Estados do Rio de Janeiro e Acre e de fomento às atividades econômicas das áreas atingidas.	Mantido o veto total por decurso de prazo
104/88-CN (228/88, na origem)	PLC nº 183/84 (PL/169/83, na origem)	Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, incluindo a "Rodovia de Integração Sul-Centro-Oeste".	Mantido o veto total por decurso de prazo
105/88-CN (256/88, na origem)	PLC nº 8/86 (PL/6.933/85, na origem)	Dispõe sobre a utilização de imóveis residenciais de propriedade da União, das entidades da Administração Federal e das fundações sob supervisão ministerial, localizadas no Distrito Federal.	Mantido o veto total por decurso de prazo
106/88-CN (257/88, na origem)	PLC nº 26/88 (PL/201/87, na origem)	Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 15 de novembro de 1988, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
130/88-CN (362/88, na origem)	PLC nº 28/88 (PL/7.183/86 na origem)	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos e dá outras providências.	Mantido o veto total
136/88-CN (421/88, na origem)	PLS nº 31/85 (PL/8.340/86, na Câmara)	Estabelece normas para voto por instrumentos e dá outras providências.	Mantido o veto total
141/88-CN (432/88, na origem)	PLC nº 99/86 (PL/5.289/85, na origem)	Regula a profissão de Supervisor Educacional e determina outras providências.	Mantido o veto total
142/88-CN (433/88, na origem)	PLC nº 53/86 (PL/3.319/84, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial
153/88-CN (472/88, na origem)	PLC nº 46/88 (PL/7.861/86, na origem)	Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.	Em tramitação (veto parcial)

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos vetos:

— Total dos vetos	22
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	7
desta sessão legislativa	15
— Mantidos	21
Sendo:	
com tramitação iniciada na sessão anterior (todos por decurso de prazo)	7
desta sessão legislativa (10 por decurso de prazo)	14
— Em tramitação	1

C.9 — REQUERIMENTOS

a) De sessões legislativas anteriores

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
11/85	17-5-85	Dep. Djalma Falcão	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades na admissão de pessoal para os serviços administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Em tramitação
4/86	5-5-86	Dep. Amaral Netto	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas das epidemias de dengue, febre amarela e meningite e as razões da escassez de soro antiofídico.	Em tramitação
5/86	9-5-86	Dep. Matheus Schmidt	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar todos os aspectos do Programa Nuclear Brasileiro.	Em tramitação
9/86	4-8-86	Dep. José Maurício	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para promover o levantamento das causas da crise que assola a citricultura brasileira.	Em tramitação
2/87	18-11-87	Dep. Gastone Righi e outros	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias sobre o levantamento de recursos destinados ao aliciamento de parlamentares, com vistas à alteração de decisões na Comissão de Sistematização.	Em tramitação
1/88	6-1-88	Dep. Vivaldo Barbosa	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar os fatos ocorridos com o massacre de garimpeiros de Serra Pelada, na cidade de Marabá.	Em tramitação

b) Da presente sessão legislativa

Nº	Leitura Data	Auútor	Finalidade	Resultado
3/88	2-3-88	Dep. Ibsen Pinheiro e outros	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Mensagem nº 3, de 1988-CN, seja apreciada em primeiro lugar.	Aprovado
4/88	17-8-88	Sen. Teotônio Vilela Filho	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a avaliar os prejuízos da seca no Nordeste.	Aprovado
5/88	17-8-88	Dep. Jorge Uequet e outros	Inversão da Ordem do Dia a fim de que as matérias constantes dos itens 1, 7, 10, 11, 15, 23, 25, 26, 27, 30, 35, 40, 41, 59, 60, 62, 63, 69, 72, 74, 77, 78, 80, 82 e 84 sejam apreciadas em último lugar.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
6/88	17-8-88	Dep. Luiz Inácio Lula da Silva	Inversão da Ordem do Dia a fim de que as Mensagens n.ºs 236/87-CN, 24/88-CN e 79/88-CN, sejam apreciadas em último lugar.	Aprovado
7/88	14-9-88	Dep. Carlos Alberto Caó e outros	Constituição de Comissão Externa do Poder Legislativo destinada a observar os efeitos do apartheid na África do Sul, Namíbia, Angola e Moçambique.	Aprovado
8/88	9-11-88	Sen. Teotônio Vilela Filho	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a avaliar os prejuízos da seca no Nordeste.	Deferido
9/88	1-12-88	Dep. Jorge Uequet e outro	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Medida Provisória nº 11, de 1988, seja apreciada em último lugar.	Aprovado
10/88	6-12-88	Dep. Nelton Friedrich e outros	Inversão da Ordem do Dia a fim de que as Mensagens n.ºs 53 e 54, de 1988-CN, sejam apreciadas em primeiro lugar.	Aprovado
11/88	8-12-88	Dep. Inocêncio Oliveira	Adiamento da votação do Projeto de Lei nº 1, de 1988-CN.	Prejudicado
12/88	9-12-88	Dep. Nelton Friedrich e outros	Votação em separado da Emenda nº 481-9 oferecida ao Projeto de Lei nº 1, de 1988-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1989.	Aprovado
13/88	13-12-88	Dep. Vivaldo Barbosa e outros	Adiamento da apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia da sessão.	Aprovado
14/88	14-12-88	Sen. Ronan Tito e outros	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Mensagem nº 120/88-CN, seja apreciada em primeiro lugar.	Aprovado

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos requerimentos:

— Total dos requerimentos	18
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	6
desta sessão legislativa	12
— Aprovados (todos desta sessão legislativa)	10
— Deferido (desta sessão legislativa)	1
— Prejudicado (desta sessão legislativa)	1
— Em tramitação (todos de sessões legislativas anteriores)	6

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas					Relator Designado (Res. nº 1/87-CN)		
	Req.	Emenda	Proj. Dec. Legislativo	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	Parl. de Inquérito	Proj. de Lei	Função			Parecer	
															Presidente	Vice-Presidente			Relator
Bernardo Cabral	—	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Beth Azize	—	5	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Bezerra de Melo	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Bocayuva Cunha	—	—	—	3	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Bonifácio de Andrada	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Brandão Monteiro	—	—	—	—	—	1	1	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Alberto Caó	1	7	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Benevides	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Cardinal	—	3	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Cotta	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Sant'Anna	—	—	—	—	1	—	—	8	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Vinagre	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Cassio Cunha Lima	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Célio de Castro	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Celso Dourado	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
César Cals Neto	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
César Maia	—	51	—	6	1	—	1	2	1	—	—	—	1	—	1	—	2	2	
Chagas Duarte	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Chagas Neto	—	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Chico Humberto	—	11	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Christóvam Chiaradia	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Cid Carvalho	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	2	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas					Relator Designado (Res. nº 1/87-CN)		
	Req.	Emenda	Proj. Dec. Legislativo	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	Parl. de Inquérito	Proj. de Lei	Função			Parecer	
															Presidente	Vice-Presidente			Relator
Marcelo Cordeiro	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Márcia Kubitschek	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Márcio Braga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Márcio Lacerda	—	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Marcos Lima	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Marcos Queiroz	—	11	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Maria de Lourdes Abadia	—	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Maria Lúcia	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mário Assad	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mário Martins	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Marluce Pinto	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Maurício Campos	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Maurício Fruet	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Maurício Nasser	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Maurílio Ferreira Lima	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mauro Miranda	—	11	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mauro Sampaio	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Max Rosenmann	—	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Mendes Ribeiro	—	8	—	14	2	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Messias Góis	—	19	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Messias Soares	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Miltom Lima	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Milton Reis	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	4	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas					Relator Designado (Res. nº 1/87-CN)		
	Req.	Emenda	Proj. Dec. Legislativo	Breves Comunic.	Discussão	Enc de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	Parl. de Inquérito	Proj de Lei	Função			Parecer	
															Presidente	Vice-Presidente			Relator
Roberto Brant	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto Freire	—	9	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Roberto Jefferson	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Roberto Rollemberg	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Roberto Torres	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rodrigues Palma	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ronaro Corrêa	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rosa Prata	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rosário Congro Neto	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rospide Netto	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rubem Branquinho	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rubem Medina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Ruben Figueiró	—	35	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Ruberval Pilotto	—	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ruy Nedel	—	21	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sadie Hauache	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salatiel Carvalho	—	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sandra Cavalcanti	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santinho Furtado	—	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—
Saulo Queiroz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—
Sérgio Brito	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Sérgio Spada	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sigmaringa Seixas	—	31	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sílvio Abreu	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas					Relator Designado (Res. nº 1/87-CN)		
	Req.	Emenda	Proj. Dec. Legislativo	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	Parl. de Inquérito	Proj. de Lei	Função			Parecer	
															Presidente	Vice-Presidente			Relator
Simão Sessim	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Siqueira Campos	—	31	—	1	—	—	—	—	2	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Sólon Borges dos Reis	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Stélio Dias	—	12	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Tadeu França	—	1	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Telmo Kirst	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Theodoro Mendes	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	
Tito Costa	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Ubiratan Aguiar	—	25	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Uldurico Pinto	—	—	—	2	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Valmir Campelo	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Vicente Bogo	—	6	—	8	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	4	4	
Victor Faccioni	—	17	—	10	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Victor Fontana	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Vinicius Cansanção	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Virgildásio de Senna	—	1	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Virgílio Guimarães	—	—	—	1	1	—	—	2	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Vivaldo Barbosa	1	6	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Vladimir Palmeira	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Wagner Lago	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Waldeck Ornelas	—	9	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Walmor de Luca	—	38	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	
Wilma Maia	—	3	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Wilson Campos	—	12	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Ziza Valadares	—	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	1	—	—	

ERRATAS DO RELATÓRIO DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1987

- Pág. 75 — PLS nº 90/81 — onde se lê: Nelson Carneiro — Dispõe sobre, etc.
leia-se: Gastão Müller — Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo”.
- Pág. 80 — PLS nº 127/86 — onde se lê: “...Lei nº 6.695”
leia-se: “...Lei nº 6.965”.
- PLS nº 150/86 — onde se lê: “...Decreto-Lei nº 1.947”
leia-se: “...Decreto-Lei nº 1.497”.
- Pág. 82 — PLS nº 98/80 — onde se lê: alistamento eleitoral
leia-se: alistamento militar.
- Pág. 88 — PLS nº 58/82 — onde se lê: Decreto-Lei nº 277
leia-se: Decreto-Lei nº 227.
- Pág. 91 — PLS nº 44/83 — onde se lê: “redação do § 6º...”
leia-se: “redação do § 6º do art. 3º...”.
- Pág. 96 — PLS nº 190/83 — onde se lê: “...vigilantes”
leia-se: “...viajantes”.
- PLS nº 214/83 — onde se lê: “Dispõe sobre a obrigatoriedade... etc.”
leia-se: “Estende ao pessoal de máquinas e manobras, dos portos organizados, o direito ao adicional da Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965, pelo domingo trabalhado”.
- Pág. 97 — PLS nº 235/83 — onde se lê: “...tributação”
leia-se: “...retribuição”.
- PLS nº 243/83 — onde se lê: “...objetivo”
leia-se: “...objeto”
- Pág. 100 — PLS nº 19/84 — onde se lê: “acrescenta à legislação...”
leia-se: “acrescenta dispositivo à legislação...”.
- Pág. 106 — PLS nº 164/84 — onde se lê: Nelson Carneiro
leia-se: Roberto Saturnino.
- Pág. 109 — PLS nº 217/84 — onde se lê: “Ciências Agrícolas...”
leia-se: “Ciências Agrícolas e Escolas Agrícolas...”
- PLS nº 228/84 — onde se lê: “aparelho para surdez...”
leia-se: “aparelho para correção da surdez...”
- Pág. 113 — PLS nº 47/85 — onde se lê: “encargo de obrigações...”
leia-se: “encargo de pagar obrigações...”
- Pág. 120 — PLS nº 214/85 — onde se lê: “função dos tributos...”
leia-se: “função exclusiva de arrecadação dos tributos...”
- Pág. 124 — PLS nº 316/85 — onde se lê: “...e dá outras disposições”
leia-se: “...e dá outras providências”.
- Pág. 127 — PLS nº 366/85 — onde se lê: “funções instituídas”
leia-se: “...fundações instituídas”

- Pág. 129 — PLS nº 30/86 — onde se lê: "...serviço"
leia-se: "...servidão"
- Pág. 130 — PLS nº 50/86 — onde se lê: "...Decreto-Lei nº 3.639"
leia-se: "...Decreto-Lei nº 3.689".
- PLS nº 55/86 — onde se lê: "Fundo de Exaustão Mineral."
leia-se: "Fundo Nacional de Exaustão Mineral."
- Pág. 135 — PLS nº 156/86 — onde se lê: "...oficiais"
leia-se: "...suboficiais".
- PLS nº 172/86 — onde se lê: "...1968"
leia-se "...1986".
- Pág. 136 — PLS nº 190/86 — onde se lê: "...art. 1.º do Decreto-Lei..."
leia-se: "art. 2º do Decreto-Lei..."
- Pág. 137 — PLS nº 204/86 — onde se lê: "...exercício de vendedor..."
leia-se: "...exercício da profissão de vendedor..."
- PLS nº 206/86 — onde se lê: "...conhecimentos em estágios..."
leia-se: "...conhecimentos adquiridos em estágios..."
- PLS nº 210/86 — onde se lê: "...devido a pessoas"
leia-se: "...devido por pessoas".
- PLS nº 214/86 — onde se lê: "...constituídos..."
leia-se: "...construídos..."
- Pág. 138 — PLS nº 237/86 — onde se lê: "Nivaldo Machado"
leia-se: "Afonso Sancho".
- Pág. 140 — PLS nº 264/86 — onde se lê: "...Decreto-Lei nº 2.493"
leia-se: "...Decreto-Lei nº 1.493".
- Pág. 141 — PLS nº 2/87-DF — onde se lê: "...Lei nº 7.590 de 29-3-78"
leia-se: "...Lei nº 7.590 de 29-3-87".
- Pág. 236 — Mensagem nº 38/87 — onde se lê: "...José Guilherme Alves Mesquita"
leia-se: "...José Guilherme Alves Merquior".
- Pág. 237 — Mensagem nº 117/87 — onde se lê: "...Carlos Luezilde Hildebrant"
leia-se: "...Carlos Luzilde Hildebrant".

Pág. 278 — Substitua-se a ementa do Decreto-Lei nº 2.211 pela seguinte:

"Altera o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências".

Pág. 281, na coluna Nº — Data.

Onde se lê:

2.224, de 14-2-85,

leia-se:

2.244, de 14-2-85.

Págs. 295 a 301, no cabeçalho,

onde se lê:

Nº — Data

leia-se:

Mensagem.